

## **IBERACI APARECIDO DE PONTES – Cap QOPM**

### **NOVA VISÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, Setor de Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento em Segurança Pública.

Orientador: ROBERSON LUIZ BONDARUK,  
CEL QOPM

CURITIBA

2008

Dedico este trabalho  
a minha querida filha Pâmela  
a maior razão da minha vida

## AGRADECIMENTOS

A DEUS por esta oportunidade.

Ao Sr. Cel QOPM Roberson Luiz Bondaruk, orientador de conteúdo desta monografia, pelos ensinamentos transmitidos, sua atenção, interesse e principalmente pela sua prontidão em aceitar ser orientador deste trabalho.

A minha tia Vera, que sempre me apoiou nos momentos difíceis.

Ao amigo Walfrido Takasaki Costa, pela colaboração na realização desta Monografia.

A todos que de forma direta ou indireta ajudaram para realização deste trabalho, que o Senhor com sua infinita graça há de recompensá-los.

Devemos visar essencialmente transformar o Estado Megalomaníaco que criamos em um Estado Moderno, muito mais inteligente, buscando colocar-se a serviço da sociedade e não a comandá-la.

Michel Crozier



## RESUMO

O policiamento proativo\*, através de uma nova visão de emprego poderá diminuir os efeitos dos problemas de Segurança Pública que o Homem enfrentará. O ser humano terá muitos problemas para o futuro de sua existência, um deles será o grande aumento da população que em 2050 será, segundo o relatório da UNFA (Fundo das Populações das Nações Unidas) de aproximadamente 9 bilhões de pessoas, um aumento de aproximadamente 50% em quatro décadas. No ano de 2007 metade da população mundial passou a viver em cidades, o que pode ser um problema ou também uma solução, pois, em aglomerações humanas mais concentradas o poder público poderá otimizar o uso dos recursos públicos, depende de como os governos se prepararão para enfrentar essa situação. Esse problema será maior em países do Terceiro Mundo, do qual o Brasil faz parte. Em 2030 aproximadamente 2 bilhões de pessoas estarão vivendo em favelas pelo mundo afora nos grandes centros urbanos, realidade da qual o Brasil não estará isento, com o agravante dessa situação aumentar a violência em nosso país, já atordoado com as dimensões que ela vem tomando. A migração de população e o próprio crescimento vegetativo das cidades vem aumentando a insegurança pública no país, à medida que os jovens, principalmente os oriundos das camadas mais pobres da população não encontram oportunidades na sociedade estruturada e, assim, são facilmente cooptados para o mundo do crime, por grupos marginais que transformam a periferia das cidades em verdadeiros Estados Paralelos, oferecendo muita vezes a única oportunidade a esses jovens e até mesmo crianças. Curitiba inserida neste contexto, também vem sofrendo com o aumento populacional desordenado e o aumento da insegurança que, se não pode ser extinta, pode ser ao menos diminuída com o policiamento comunitário, coordenado com ações sociais de promoção humana junto às populações carentes, procurando assim diminuir o surgimento de marginais através de um trabalho proativo\*.

Palavras-chave: População Mundial. Cidades. Aglomerações Humanas. Favelas. Migração Populacional. Cooptação de Crianças e Adolescentes. Estado Paralelo. Policiamento Comunitário. Ação Social. Promoção Humana.

*\*proativo, termo relativamente novo em língua portuguesa, com origem no inglês "pro-active/proactive" e que se refere a algo ou alguém que antecipa futuros problemas, necessidades ou mudanças, que seja capaz de mudar eventos em vez de reagir a eles, fazendo com que as coisas aconteçam; é ser ágil e competente.*

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....                                       | 10 |
| 1.1. Aspectos gerais.....  | 10 |
| 1.1.2. Curitiba e Região Metropolitana.....                      | 12 |
| 1.1.3. Da metodologia utilizada.....                             | 13 |
| <b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....                            | 15 |
| 2.1. CONTEXTO ATUAL NO MUNDO.....                                | 15 |
| 2.1.1. A Migração Humana para os grandes Centros Urbanos.....    | 15 |
| 2.1.2. A Marginalização das Periferias.....                      | 18 |
| 2.1.3 O Brasil no Contexto Mundial.....                          | 20 |
| 2. CONTEXTO ATUAL DE CURITIBA.....                               | 22 |
| 2.1 Curitiba e Região e sua formação cultural.....               | 22 |
| 2.2. Curitiba e a realidade atual.....                           | 12 |
| 2.3. A CRIMINALIDADE E A VIOLÊNCIA.....                          | 28 |
| 2.3.1 A Cultura da Violência.....                                | 28 |
| 2.3.2 A lucratividade da atividade Criminosa.....                | 29 |
| 2.3.3 O Medo do Crime.....                                       | 29 |
| 2.3.4 As Conseqüências do Crime..                                | 30 |
| 2.3.5 As Causas do Crime.....                                    | 32 |
| 2.4. FATORES GERADORES DE CRIME E VIOLÊNCIA EM CURITIBA.....     | 34 |
| 2.4.1 A Impunidade.....  | 34 |
| 2.4.2 O Anonimato.....   | 35 |
| 2.4.3 A Oportunidade.....  | 36 |
| 2.4.4 As Causas Sociais.....                                     | 37 |
| 2.5. O ESTADO PARALELO.....                                      | 40 |
| 2.5.1. Estado Paralelo uma Ficção. ....                          | 40 |
| 2.5.2. O Mecanismo do Tráfico.....                               | 41 |
| 2.5.3. Estado Paralelo em Curitiba.....                          | 42 |
| 2.6. O CUSTO DA VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE.....                 | 44 |
| 2.6.1 Por que calcular o Custo da Violência e Criminalidade..... | 44 |
| 2.6.2. O Custo Social.....                                       | 44 |
| 2.6.3 O Custo Econômico.....                                     | 45 |
| 2.7. A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....                            | 48 |

|  |    |
|--|----|
| 2.7.1 Breve Histórico.....   | 48 |
| 2.7.2 A estruturação da Policia Militar.....   | 49 |
| 2.7.3. Da Missão da PMPR.....  | 50 |
| 2.7.4 A Base Legal da PMPR.....  | 52 |
| 2.7.5 As mudanças no Sistema de Policiamento.....  | 54 |
| 2.8. DESMILITARIZAÇÃO DAS POLICIAIS MILITARES.....   | 59 |
| 2.8.1.Desmilitarização.....  | 59 |
| 2.8.2. Das conseqüências da desmilitarização.....  | 62 |
| 2.8.3.O Sistema Policial no Mundo. ....  | 64 |
| 2.9. A POLÍCIA COMUNITÁRIA COMO BASE PARA UMA NOVA VISÃO DE<br>POLICIAMENTO OSTENSIVO..... | 66 |
| 2.9.1. A Origem do Policiamento Comunitário.....   | 66 |
| 2.9.2.Polícia Comunitária. ....  | 66 |
| 2.9.3. A Polícia Moderna.....  | 67 |
| 2.9.4. A Reaproximação com a População.....  | 68 |
| 2.9.5. A Nova Visão de Policiamento Ostensivo.....   | 69 |
| 2.9.5.1.Do conceito de policiamento.....   | 69 |
| 2.9.5.2. A visibilidade policial como forma de presença do Estado.....                     | 71 |
| 2.9.5.3. Atuar proativamente dentro de uma nova visão de policiamento.....                 | 72 |
| 2.10. O POLICIAMENTO NOS BOLSÕES DE POBREZA EM OUTROS<br>ESTADOS.....                      | 74 |
| 2.10.1. O Caso Jardim Ângela em São Paulo. ....  | 74 |
| 2.10.2. Favela Morro das Pedras.....   | 76 |
| 2.10.3.Morro do Cavalão em Niterói Rio de Janeiro.....                                     | 79 |
| 2.11. DA ACEITABILIDADE DO PROJETO. ....   | 83 |
| 2.11.1. Da Aplicação dos questionários.....  | 83 |
| 2.11.2 A aceitabilidade do projeto pelos Policiais Militares.....                          | 83 |
| 2.11.3. Uma Visão Geral do grupo pesquisados. ....   | 85 |
| 2.11.4. Da aceitação pela População de bolsões de pobreza.....                             | 87 |
| 2.11.4.1. Da aplicação do questionário externo.....  | 87 |
| 2.12.UMA NOVA VISÃO DE POLICIAMENTO: PROPOSTAS.....  | 90 |
| 2.12.1. O trabalho da Polícia. ....  | 90 |
| 2.12.2. Da intervenção em áreas de invasão (onde se localizam bolsões de pobreza)..        | 91 |

|   |     |
|---|-----|
| 2.12.3. O Controle Estatal dessas Comunidades. ....                     | 92  |
| 2.12.4. A fixação da Polícia Militar em bolsões de pobreza.....         | 92  |
| 2.12.5. A Coordenação do Serviço Social pela Polícia Militar.....       | 94  |
| 2.12.6. Como Funcionaria o Centro de Atividades (Base Comunitária)..... | 94  |
| 2.12.6.1 O policiamento e o Centro de Atividades.....                   | 94  |
| 2.12.6.2 Na Área da Saúde.....  | 95  |
| 2.12.6.3 Na Área de Atividades Esportivas. ....                         | 95  |
| 2.12. 6.4. Espaço Cultural.....   | 96  |
| 2.12.6.5. Na Área da Assistência Social.....                            | 96  |
| 2.12.6.6. Na Área da Educação Profissional.....                         | 96  |
| 2.12.6.7. A Execução das Atividades Sócioeducativas.....                | 97  |
| 2.12.6.8. Da Urbanização da área de bolsões de pobreza.....             | 97  |
| 2.12.6.9. Proposta para um Projeto Experimental.....                    | 98  |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....  | 100 |
| 3.1. Desenvolvimento das pesquisas.....                                 | 100 |
| 3.2. Conclusões finais.....   | 100 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 102 |
| <b>APÊNDICE 01</b> .....  | 106 |
| <b>APÊNDICE 02</b> .....  | 109 |
| <b>APÊNDICE 03</b> .....  | 111 |

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem como maior objetivo, tentar apontar um caminho para uma nova visão de policiamento ostensivo, a partir de um trabalho policial combinado com ações sociais, que venha fixar o policiamento em áreas de pobreza, fomentando e induzindo as referidas ações, visando com isso o desenvolvimento daquelas comunidades, e principalmente venha a concorrer com o tráfico, no sentido de impedir que crianças e adolescentes venham a ser cooptadas pelos mesmos.

### 1.1. Aspectos gerais da introdução

O mundo nos próximos anos terá um considerável aumento populacional, principalmente em países do chamado terceiro mundo, dos quais o Brasil faz parte. Embora seja o Brasil um país em desenvolvimento, ele não está livre das conseqüências que poderão trazer esse aumento populacional, que incidirão no aumento dos problemas sociais principalmente das cidades e por conseqüência aumentarão o problema da insegurança e da violência, reflexo direto do aumento da criminalidade.

Ao falar-se de policiamento, especialmente do policiamento ostensivo que é competência da Polícia Militar, sabe-se que não há como “reinventar a roda”. O policiamento administrativo de prevenção que é feito pela Polícia Militar, já é feito desde os tempos mais remotos da civilização, onde uma tribo destacava alguns de seus membros para fazer a vigilância protegendo suas plantações, de tribos inimigas, para que essas não fossem furtar os resultados do seu trabalho.

Portanto a nova visão de policiamento, a qual propõe-se nesta monografia é uma tentativa de quebrar paradigmas conceituais, modificando o viés preconcebido das populações que moram em áreas de invasão, tentando através dessa ação policial e social, trabalhar no nascedouro do problema, para num futuro minimizar as conseqüências, pois sempre a prevenção é mais barata do que a tentativa de recuperação posterior e em se tratando de seres humanos, essa conjuntura tem conseqüências danosas, dramáticas e imensuráveis.

Trabalhar com um conceito de uma nova visão de policiamento implica necessariamente em repensar o atuar da polícia com populações de baixo poder aquisitivo, pois não obstante, serem carentes materialmente falando são também

carentes emocionais, sentindo-se inferiorizados como pessoas pela própria condição em que vivem. A nova proposta é fazer com que essas pessoas olhem a polícia com outros olhos também, não como aquele militar que está pronto para combater seu inimigo, mas sim ver nele um amigo, um companheiro em que possa confiar, fazer na verdade o que o chefe do tráfico faz, pois apesar de impor o terror esse mesmo traficante é respeitado e considerado, pois em muitos casos ele com o dinheiro do tráfico supre as necessidades das pessoas nessas localidades, evidentemente em que se tratando de uma ação de Estado, sempre seria pautada na legalidade e respeitabilidade ao Ser Humano.

A pobreza não é o único fator gerador de crime, mas no Brasil expressiva parcela dessa população de pobres e miseráveis vivem à margem da sociedade e cometem delitos aumentando o índice de violência .

No sistema penitenciário do Paraná 75,02 % dos internos têm menos de 34 anos<sup>1</sup>, além da baixa média de idade da população carcerária, parte desses internos provêm de bolsões de pobreza, nos quais órgãos do Estado, órgãos não governamentais e a população de uma forma geral, numa convergência de esforços poderiam evitar ou minimizar as conseqüências do descaso com qual a sociedade trata essas pessoas.

A solução para os problemas nacionais não é fácil e em se tratando de Segurança Pública, é ainda mais difícil, pois a complexidade de fatores que determinam o estado de insegurança pública que vivemos é interligado com os demais problemas sociais e é na Segurança Pública que deságuam todos as conseqüências dos problemas anteriores.

O Estado em todos os níveis, (Município, Estado e União); embora com a máquina pública que tem grande poder de ingerência na vida das pessoas, não pode resolver sozinho os problemas sociais brasileiros, pois problemas como pobreza, educação, saúde e segurança, só se resolvem com a participação de todos. Há que haver um envolvimento coletivo na solução de todos os problemas que nos circundam, para que talvez num futuro não muito distante, não se tenha Curitiba e região metropolitana mergulhada num caos urbano de insegurança, como verifica-se em alguns Estados brasileiros.

---

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/Faixa\\_Etaria.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/Faixa_Etaria.pdf).

### 1.1.2. Curitiba e Região Metropolitana.

O crescimento desordenado das cidades brasileiras transformou os grandes centros, especialmente as periferias no entorno dessas aglomerações humanas, em gigantescos bolsões de miséria.

Curitiba e Região Metropolitana, conhecida e divulgada em nível nacional como cidade de primeiro mundo, de excelente qualidade de vida e, em nível mundial como cidade modelo, é a quarta cidade brasileira em atração de mão de obra qualificada, com uma renda “per capita” aproximadamente de R\$ 11.000,00, é também um atrativo muito grande à migração populacional da mão de obra desqualificada, que se soma a grande população carente de recursos financeiros e intelectuais já existente.

Para piorar esse quadro caótico da cidade, os que aqui chegam com baixa escolaridade dificilmente acham emprego formal e amparo social, piorando assim os níveis de qualidade de vida e condição social da cidade, conseqüentemente aumentando a população nos bolsões de miséria, a dificuldade do controle da Ordem Pública e da Paz Social, por extensão um aumento da criminalidade na cidade e um verdadeiro estado paralelo naquelas comunidades, com mandatários e regras próprias, diferentes às regras do Estado Democrático de Direito, os quais por sua vez são até desconhecidos da população.

Com essa situação, somando-se à predisposição da mídia sensacionalista em supervalorizar fatos e alguns marginais, cresce na população uma grande sensação de insegurança, maior do que a realmente existente, passa para o imaginário coletivo a idéia que o estado legal não consegue frear a crescente criminalidade, através de seus organismos de segurança, porque é incapaz e desorganizado, em contraponto o crime está cada vez mais organizado e armado.

Curitiba e Região Metropolitana tinha no ano de 2.000, segundo o censo do IBGE, 2.798.394 habitantes, em 2007 tem a população estimada em 3.172.357 de pessoas. Em 2.000 a Polícia Militar, através do Copom atendeu 18.856 ocorrências de natureza violenta, contra 31.359 ocorrências de natureza violenta 2005.

O crime tem inegavelmente aumentado muito em Curitiba e Região, aumentaram nos últimos anos os homicídios, roubos, e outros crimes de natureza violenta. Mas o tráfico de drogas é o mais nocivo deles, este sim um verdadeiro inimigo da sociedade ordeira, também um ótimo negócio para o crime e ao mesmo

tempo o seu grande financiador, tem como “habitat” preferido e fértil para desenvolver-se, justamente os grandes bolsões de miséria onde recrutam jovens e crianças, os quais engrossam as fileiras desse crime. Dá a essas crianças e jovens a sensação e a esperança que a sociedade formal não oferece, juntamente com a possibilidade de poder e dinheiro, o que para eles é um horizonte impossível de vislumbrar, pelo meios legais e honesto de estudo e trabalho.

Cria-se assim um círculo vicioso: de pobreza, marginalidade, falta de expectativa, facilidade de se marginalizar, poder e dinheiro fáceis, que se locupletam e passam de geração a geração nas populações jovens daquelas localidades, realimentando esse ciclo pernicioso, deixando-nos todos a questionar o que fazer para refrear tal situação.

Neste crítico cenário, a Polícia Militar, como instituição encarregada da Manutenção da Ordem e da Segurança Pública, atua justamente no sentido de socorrer a sociedade, dando amparo e energia necessários para atuar contra os fatores nocivos ao bem comum. Dentro de sua missão, está implícita a idéia de atuação contra organismos avessos ao bem comum e também uma idéia sólida de valores, os quais norteiam os conceitos de uma sociedade justa, o Estado Democrático de Direito, entre outros valores. Como desdobramento de sua missão Constitucional, verifica-se a atuação da Polícia Militar no policiamento ostensivo, colocando a seguinte questão: Como nessa conjuntura, poderia a Polícia Militar desenvolver suas atividades dentro dos limites de sua missão legal e constitucional, de forma eficiente, visando fazer frente a crescente desordem e o possível desenvolvimento de um estado paralelo, que se percebe no cenário descrito, considerando uma atuação coordenada pela Polícia Militar, convergindo para uma mesma finalidade, juntamente com as forças vivas da sociedade, outros órgãos governamentais de todos os níveis e órgãos não governamentais?

### 1.1.3. Da metodologia utilizada

Para a elaboração deste trabalho, foram utilizados os seguintes métodos de pesquisa: coleta de dados através questionários respondidos por 56 pessoas pesquisadas junto ao público interno e externo e entrevista com o Capitão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Felipe Gonçalves Romeo, comandante do GPAE (Grupo de Policiamento de Áreas Especiais).



A aplicação do questionário interno foi realizado dentro do Quartel do Comando Geral, com 26 Policiais Militares da Diretoria de Apoio Logístico, policiais militares afastados das atividades operacionais, e que teoricamente não tem contato com o público objeto desta Monografia.

A aplicação do questionário externo foi realizado com 30 pessoas na Vila Zumbi, Município de Colombo, onde verificou-se a percepção que os moradores têm sobre o serviço público a eles oferecido e como receberiam projetos como o que se propõe neste trabalho.

A entrevista concedida pelo comandante do GPAE, vem ao encontro a pretensão deste trabalho, que é poder vislumbrar junto à Polícia Militar do Paraná, essa nova forma de fazer policiamento, atuando junto às comunidades carentes antecipando aos problemas e suas conseqüências.

## REVISÃO DE LITERATURA

### 2.2.1. CONTEXTO ATUAL NO MUNDO

#### 2.1.1 A Migração Humana para os grandes Centros Urbanos

A humanidade deverá enfrentar, nas próximas décadas, os maiores problemas da existência humana na Terra: o desequilíbrio do Meio Ambiente e o conseqüente superaquecimento do planeta, como um dos efeitos desse desequilíbrio; não deverão num primeiro momento dar causa à criminalidade e violência que vivemos hoje, das quais trataremos neste trabalho, mas poderão, quem sabe, agravar a situação da segurança no futuro, em razão da escassez de recursos naturais, como água potável e alimentos, por exemplo.

Juntamente com esse grave quadro previsto, um outro grande problema que a humanidade enfrentará e poderá ser tão catastrófico como os anteriores, afetando diretamente a criminalidade e a violência principalmente nas cidades, é o aumento da população mundial, estimada em cerca de 9 bilhões de pessoas<sup>2</sup> para 2050. Esses problemas serão, sem dúvida, os maiores que a humanidade deverá enfrentar num futuro próximo, que trará uma maior disputa pela sobrevivência, pois com o mundo finito em seus recursos naturais e a população crescendo geometricamente, a luta para sobreviver, se tornará mais selvagem do que a existente hoje em dia.

Embora seja o Brasil um país com um vasto potencial energético, detentor de um dos maiores patrimônios em recursos naturais do mundo, com a metade da extensão territorial da América do Sul, não está imune aos problemas e agruras com as quais o futuro nos acena, principalmente se hoje a humanidade não tomar medidas que possam reverter esse quadro cataclísmico anunciado.

As cidades, especialmente as do Terceiro Mundo, sofrem com o aumento desordenado da população, principalmente nas periferias das grandes metrópoles, com uma população crescente de marginalizados, também denominados "excluídos".

O fenômeno da migração que verifica-se no comportamento humano atual, ocorre em razão do aumento da população mundial, da falta de oportunidade de

---

<sup>2</sup> Relatório do UNFA (Fundo de Populações da Nações Unidas).

trabalho e sobrevivência no local de origem do imigrante, pela facilidade e rapidez dos meios de transporte hodiernamente, pela insegurança em determinadas regiões rurais do planeta e principalmente em razão da globalização econômica.

Essa grave situação da migração das populações das áreas rurais para áreas urbanas nos traz uma possibilidade de caos para o futuro dos grandes centros urbanos do mundo, que tem no ano de 2007 um marco histórico para humanidade. Neste ano metade da população mundial passou a viver nas cidades, em especial nos países pobres, como a Nigéria. Lagos, a maior cidade do país, com aproximadamente 10 milhões de habitantes que cresce a 3% por ano, em razão do grande contingente de pessoas que fogem da miséria e da insegurança do campo; ou ainda como a expressiva migração na China, onde o alto crescimento econômico nos grandes centros, atrai grandes massas populacionais da área rural.

Com base no relatório do UNFA (Fundo de População das Nações Unidas), o Jornal O Estado de São Paulo publicou reportagem, em sua edição de 28 de Junho de 2007, com o título "População das cidades se iguala à rural no planeta", na qual podemos ver as implicações e até possíveis soluções para o futuro da população mundial, se houver possibilidade de administrar essa grande demanda que está por acontecer.

*O mundo vivencia em 2007 um marco histórico: pela primeira vez, a população urbana se igualou à rural e, a partir de 2008, será cada vez mais predominante. Esse ponto de transição levou o UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) a abordar o tema em seu relatório mundial de população, divulgado ontem. As principais conclusões são:*

- 1) a urbanização é inevitável, mas seus efeitos podem ser altamente positivos se as cidades se prepararem ou desastrosos em caso contrário;*
- 2) não são as megacidades que concentram o crescimento. Ele se dá principalmente em cidades médias;*
- 3) também não é a migração rural-urbana que mais explica a expansão, mas sim o crescimento vegetativo nas cidades;*
- 4) a concentração populacional é melhor para o meio ambiente do que a dispersão;*
- 5) os pobres têm direito à cidade e a decisão de migrar ou permanecer lá é racional. A pobreza é, em média, maior nas áreas rurais, onde também é mais difícil para os governos universalizar o acesso a serviços como educação e saúde.*

*O desafio de preparar as cidades para o crescimento existe desde que, entre 5.000 e 15 mil anos atrás (não há data consensual), as primeiras vilas urbanas surgiram. A melhoria das técnicas agrícolas permitiu que a produção superasse o consumo, liberando mão-de-obra para outras atividades.*

### **Segunda Onda**

*Desde então, ocorreram duas grandes ondas de urbanização. A primeira começou na Europa e na América do Norte durante a Revolução Industrial e durou dois séculos (1750 a 1950). A mais recente teve início na segunda metade do século passado e acontece em ritmo mais acelerado. Ela está num estágio bastante adiantado na América Latina -onde as taxas de urbanização já superam as européias- e cresce principalmente na Ásia e na África. Essa segunda onda acontece também num período em que as projeções da ONU indicam que a população mundial sairá dos atuais 6,6 bilhões para 9 bilhões em 2050. O relatório do UNFPA tem visão positiva desse processo e sustenta que, se é fato que as cidades concentram pobreza, também é verdade que elas representam maior esperança de escapar dela. Mas o texto alerta que os benefícios da urbanização dependem de uma mudança das políticas públicas. A primeira dessas mudanças é a aceitação de que o processo é inevitável. Segundo o relatório, quase todas as tentativas para conter a migração rural-urbana no mundo foram em vão, e as poucas que funcionaram fizeram uso de métodos autoritários (Vietnã e China), com resultados temporários.*

*Mesmo assim, um número crescente de países em desenvolvimento (51% em 1996 e 73% em 2005) tinham políticas para reduzir a migração. "As pessoas migram para as cidades por que têm consciência de que estarão melhores lá. Muitos governos tentaram conter esse fluxo evitando a oferta de serviços, despejando-as, ou até pagando a passagem de volta, mas isso não teve efeito", diz George Martine, autor principal do relatório. Martine, que é também presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, afirma que ele mesmo já participou, no Brasil, de um grupo de estudos criado na década de 70 para discutir a migração do Nordeste para São Paulo.*

*"Era um plano bem-intencionado. O pressuposto era de que a concentração populacional era negativa. Havia na época a idéia de que a igualdade social seria maior se houvesse igualdade espacial. Olhando hoje em retrospectiva e dentro de uma economia de mercado é um raciocínio triste"*

### **Crescimento vegetativo**

*A mudança de política depende também de um melhor entendimento das razões da urbanização. Elas são distintas em cada cidade, mas o relatório sustenta que, na média mundial, o maior componente é o crescimento vegetativo (mais nascimentos do que morte). Por isso, a diminuição das taxas de fecundidade -por meio da equidade de gênero e da melhoria da saúde reprodutiva- seria mais eficiente para reduzir o crescimento do que a tentativa de controle da migração. Outra característica do crescimento que, para o UNFPA, exige adaptação imediata é que, como o processo acontece principalmente em cidades de médio porte, é preciso fortalecer os governos municipais. Para o fundo, isso não significa que as grandes cidades devam deixar de ser alvo de ações de governos, pois uma variação percentual pequena, como uma taxa de 1% ao ano, significa para uma cidade de dez milhões de habitantes mais um milhão de pessoas em dez anos. Martine destaca também que o fato de reconhecer que o crescimento urbano é inevitável não deve levar governos a deixarem de se preocupar com o desenvolvimento rural: "Não são duas opções excludentes".(GÓIS, 2007)*

### 2.1.2. A Marginalização das Periferias

A marginalização dos que vivem nas periferias não é um problema exclusivo do Brasil, é na verdade um problema de ordem internacional. Nas cidades do Primeiro Mundo como nas manifestações de Clichy<sup>3</sup>, em Paris, ou nas cidades do Terceiro Mundo como a grande periferia da Cidade do México; em ambos os casos, considerando-se as condições econômicas de cada país, existem grandes bolsões de miséria, ou seja, do Primeiro ao Terceiro mundo todas as grandes cidades atraem populações de migrantes.

Na América Latina se tem, como exemplos, além das Cidade do México, São Paulo e Buenos Aires, cidades em que as populações migram de outras localidades do seu próprio país, ou ainda na Europa, como o caso de Paris, para onde migram muitos africanos, muçulmanos, latinos e até mesmo pessoas de outros países da Comunidade Européia, sem que a cidade tenha desejo, suporte e tempo para acolhê-las.

Nessas localidades sabe-se que há problemas de Segurança Pública comuns a todos os moradores, geralmente ligados à aflição e ao sofrimento impingidos às pessoas que moram naqueles locais. Nas cidades dos países desenvolvidos, como na periferia de Paris, em que o Estado dá às famílias subsídios mensais em torno de 330 dólares como renda mínima<sup>4</sup> para a manutenção das mesmas, a presença estatal é ainda muito incipiente.

Embora recebam do Estado meios de subsistência, tais populações, em sua grande maioria formadas por pessoas oriunda de países muçulmanos, africanos, principalmente de países que foram Colônias Francesas, bem os como filhos desses imigrantes que, embora naturais da França, não se identificam com o país onde nasceram, sentem-se “excluídos” no próprio país natal, sem perspectivas de vida, isto por falta de trabalho digno, locais para atividades desportivas e lúdicas, enfim do mesmo tratamento que é dado aos demais cidadãos franceses.

É evidente que as populações de periferias como a de Paris, se comparadas às brasileiras, parecem na verdade viver em condomínios de classe média no Brasil, mas nem por isso com menos problemas. O tráfico de drogas, mal que se entranhou no tecido social das populações em todos os cantos do mundo, marca presença

---

<sup>3</sup> *Clichy-sous-Bois, bairro da periferia parisiense, onde em outubro de 2005 ocorreu a revolta da população da periferia em Paris.*

<sup>4</sup> *Valor médio de renda mínima atribuída às famílias francesas-IPEA Dezembro de 2007.*

constante naquelas localidades, juntamente com o que vem com ele. Assim: juntamente com todos os males que essa ação criminosa pode trazer consigo, outros problemas de Segurança Pública dela provém, como confronto de gangues, prostituição, roubos, furtos, homicídios e a violência.

Certamente no Brasil e nos demais países do chamado Terceiro Mundo, o quadro caótico das periferias, é muito mais grave do que se apresenta nas periferias do Primeiro Mundo, pois com aumento das ocupações irregulares de terrenos das nossas cidades, países como o Brasil terão um impacto muito maior. A respeito do crescimento das áreas de ocupação irregulares no entorno das grandes cidades a revista *Época* em sua edição de número 339, de 10 de novembro de 2004, publicou matéria intitulada *Favela Globalizada*, chamando a atenção para este problema mundial de grande relevância.

**1 bilhão de pessoas moram em favelas. Em 2030, serão 2 bilhões**

*Em todo o planeta, aproximadamente 1 bilhão de pessoas vivem hoje em barracos sem água potável e saneamento nos subúrbios das grandes cidades - desse total, cerca de 200 milhões tornaram-se favelados há menos de dez anos. Em 2030, serão 2 bilhões de pessoas vivendo em bolsões de pobreza. Durante esse mesmo período, a população das megalópoles dos países em desenvolvimento deverá crescer em 2,12 bilhões de pessoas. Nas nações do Primeiro Mundo, espera-se um incremento de apenas 28 milhões.*

*Apesar de afetar principalmente os países atrasados, o problema também afeta os ricos. Atualmente, cerca de 2,86 bilhões de pessoas - quase metade da população mundial - vivem em áreas urbanas. Em 2025, essa taxa será de 61%. Em 1975, uma centena de cidades tinha mais de 1 milhão de habitantes. Em 2025, serão 527. Em 1960, apenas duas cidades reuniam, cada uma, mais de 10 milhões de habitantes. Em 2015, o mundo terá 26 megalópoles. "As causas e conseqüências desse incremento variam muito. É preciso diferenciar as cidades globais, no Norte, e as megalópoles, no Sul", alerta Jorge Wilhelm, secretário de Planejamento Urbano de São Paulo e um dos palestrantes do último Fórum Mundial Urbano, realizado em Barcelona.*

*No continente africano, além da miséria, os conflitos entre as tribos e as guerrilhas por riquezas naturais, como diamantes, empurram a população das zonas rurais para os centros urbanos, onde, em tese, a segurança é maior. Na Nigéria, cerca de 250 etnias convivem em permanente estado de tensão. Em países como a China, o crescimento urbano segue uma política governamental de êxodo rural. Nas cidades européias, principalmente em países como Espanha, Alemanha e Itália, onde o aumento populacional costuma ser negativo, os imigrantes cumprem um papel fundamental no equilíbrio demográfico. Em São Paulo, a quarta maior aglomeração humana do mundo, o crescimento agora é vegetativo, e não mais migratório, ao contrário do que ocorria nas décadas de 50 e 60.*

*As conseqüências também são próprias de cada contexto. Os países africanos assistem ao aumento da pobreza e à deterioração das condições sociais e sanitárias - há regiões onde mais de 30% da população é portadora do vírus da Aids. Em Pequim, na China, um sinal visível do caos urbano é o trânsito congestionado por bicicletas e automóveis. Nos países do Velho Mundo, a imigração de habitantes das ex-colônias africanas e asiáticas, apesar de gerar um processo de fusão cultural a longo prazo, leva de início a conflitos sociais, xenofobia e fortalecimento de partidos de extrema direita, em reação aos recém-chegados. "Boa parte das populações não participa dos processos de decisões que têm impacto sobre elas", alerta Wilhelm, sobre esses cidadãos de segunda classe.(PADILLA, 2004).*

### 2.1.3 O Brasil no Contexto Mundial

Embora seja uma situação que afeta diretamente a todos, muito pouco se tem feito para reverter ou minimizar os efeitos do quadro caótico que parece iminente; paralelamente a esse estado de coisas, a criminalidade aumenta em proporções nunca verificadas anteriormente em nosso país, com índices de mortalidade equivalentes aos de um país em guerra; só no ano de 2005, foram 38.180 pessoas assassinadas, segundo a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública).

Ainda se verifica, segundo a SENASP, que nesse mesmo ano os crimes patrimoniais totalizaram 2.022.896 furtos, e os de roubo totalizaram 903.298, esse último com o agravante de usar da violência contra a pessoa; com a maior concentração de ocorrências na Região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo, em razão obviamente por ser o Estado com maior densidade demográfica.

Todos esses fatos e situações trágicas que fazem parte do cotidiano das cidades brasileiras e de suas regiões metropolitanas, têm como fato gerador a luta pela sobrevivência, num ambiente geograficamente pequeno, para um grande acúmulo de população, onde as oportunidades são limitadas e a pressão por consumir bens é muito grande e estimulada principalmente pelos meios de comunicação; toda essa complexidade de situações culminará numa sociedade díspar como a nossa, em crise, insegura e violenta.

Neste contexto globalizado o Estado ganhará mais importância e terá uma necessidade maior do que a atual, de intervenção na vida privada de seus administrados. As Forças de Segurança do Estado terão mais trabalho e atribuições das que existem atualmente.

Embora talvez a concentração de pessoas em determinados pontos do mundo, se bem administrada, em especial pelos governos regionais daquelas localidades, possa acabar sendo uma possível alternativa para os problemas que se desenham no horizonte do futuro da humanidade. Em contrapartida, uma vez não planejado esse crescimento demográfico, e sem a percepção da sociedade e dos governantes para este grande problema, a vida nas cidades, será possivelmente extremamente caótica.

Dentro desse quadro mundial o Brasil, como país em desenvolvimento, embora com muitos recursos naturais, capazes de suprir as necessidades de seu povo, pela sua má distribuição de riquezas, não estará livre deste terrível quadro. Para se ter uma breve idéia, segundo relatório do UNFA, São Paulo terá 19.700 milhões de habitantes no ano de 2010.

De forma regional, o problema dos Bolsões de Pobreza em razão do aumento populacional dos grandes centros; também já são verificados em Curitiba e Região Metropolitana.

Localidades como Vila Torres e Vila Parolim em Curitiba, Vila Zumbi, situada em Colombo, constantemente são noticiadas em jornais locais e dependendo do teor da notícia, até em nível nacional, sempre fazendo referências a notícias de homicídios, tráfico de drogas, roubos e furtos e outros conflitos gerados pela população em geral.

Assim, verifica-se que o futuro que se desenha para o nosso país e para a humanidade, a partir da região em que se vive, pode ser de extrema dificuldade ou muito catastrófico em todas as áreas, mas principalmente na área de Segurança Pública. Porém como alerta o relatório do UNFA, também pode ser a saída, isto se os governos, principalmente os regionais, administrarem bem essa tendência humana que é viver em grandes cidades.



## 2.2. CONTEXTO ATUAL DE CURITIBA

### 2.2.1 Curitiba e Região e sua formação cultural

Os imigrantes quando aqui chegaram para dar forma a Curitiba jamais imaginariam como seria a região cem anos depois. A cidade tranqüila, pacata e provinciana, hoje em dia é só uma bela lembrança do que foi no passado. Para nos situarmos no tempo e no espaço, voltamos algumas décadas, através do texto do Jornalista TOBIAS MONTEIRO, na época considerado um dos mais importantes do país, quando esteve em Curitiba, no ano de 1903, do qual extraímos parte de seus relatos:

#### **A chegada:**

*“...enfim surgiu Curityba. Havia no panorama algo a lembrar São Paulo. A cidade despontava no dorso das collinas; as torres da Cathedral surgiam de vez em vez, dominando a paisagem, e a casaria elevava-se pouco à pouco, manchando de Branco a verdura do quadro. Curityba parecia maior do que eu esperava. ...”*

#### **Aspectos gerais e população:**

*“...A cidade triplicou nos últimos anos. Quem lá não esteve ao inaugurar-se a estrada de ferro em 1885, nem pode hoje imaginar o que eram a rua principal e a praça onde depois se erigiu a cathedral. O último recenseamento dá 53.000 habitantes para o município; muitas ruas são calçadas, algumas de pararellepipedos; a praça da cathedral é ajardinada; toda a cidade e arredorres, illuminados a luz eléctrica e servidos de bondes; as construções já tem melhor aspecto, e grandes prédios de boa architettura são dignos de figurar em maiores cidades. ...”*

#### **Visão da administração municipal da época:**

*“... A administração municipal parece descurada. Dizem-me que é uma velha praga local, aliás endêmica em todo o Brazil. Ainda na República, a municipalidade teve um período de saldos orçamentários; mas depois tudo foi esbanjado, e restou uma dívida de mais de mil contos de réis. Há flagrante contraste entre as finanças do município e as do Estado, agora em bom pé; enquanto um Secretário do Governador ganha 800\$000 mensaes, o Prefeito percebe 1:000\$000. Para construir a rede de água e esgotos, cuja falta ameaçava seriamente o futuro da cidade, o estado teve de arcar com os riscos da operação considerada de resultados promissores. A despeito dessa incúria, Curityba desenvolve-se embora o que está sendo feito de útil esteja mal feito. As ruas são largas, muito bem delineadas; mas as lâmpadas de iluminação são fracas e, collocadas de um só lado, deixam o outro na penumbra. ...”*

#### **O ambiente e mais críticas a administração local:**

*“... Chove muito na cidade, mais de duzentos dias no anno, e como há muitas ruas por calçar até as dotadas desse melhoramento enlameiam-se*

*facilmente pelo tráfego de veículos; não há serviço regular de limpeza pública; nas principais artérias da cidade os paralelepípedos estão quase sempre cobertos de uma crosta de lama."*

*"... A mais triste prova da má administração municipal: o abandono do Passeio Público, digno de qualquer cidade adiantada ..."*

#### **Uma visão do futuro:**

*"... Mas Curitiba, embora sem ajuda, tem por si só um grande futuro. O clima e a população vicejante debaixo daquelle céu são sua principal riqueza. Collocada a 920 metros acima do nível do mar, no inverno a temperatura desce commumente quatro graus abaixo de zero centígrado e já tem chegado a 8. Nos primeiros dias de março, quando os telegramas do Rio noticiavam casos de insolação, desfructávamos à noite a delícia de 14 graus. Seu índice de mortandade é abaixo de 15 por 1000, inferior ao de Londres. Allemães, polacos, italianos, estão formando ali um vasto laboratório de mestiçagem branca. Já é fácil dispor de operários inteligentes, e várias indústrias começam a ensaiar-se, fiadas nesse contingente, que há de aumentar. Além de uma fábrica de phosphoros, modelo no genero, montada para receber das mattas os toros de pinho e transformá-los em palitos e caixinhas, há também fábricas de velas, sabão, cerveja, meias e agora começa a funcionar, sob os melhores auspícios, outra destinada a produzir louças e cujos primeiros artefactos fazem augurar bem do seu futuro."*

#### **Sobre a povo da cidade:**

*"... Em volta da cidade cresce a raça nova, que já a invadiu, ostentando na frente das casas de comércio os seus nomes de origem."*

*"Duas manhãs sucessivas, em companhia de alguns amigos pude ver de perto o florescimento de uma obra duradoura" – (Referindo-se às colônias próximas do grande centro de consumo: Curitiba) – " Às 7 horas saíamos de Curitiba em carruagem e voltávamos às 10 e meia, 11 horas. A municipalidade tem descurado as estradas em muitos pontos; felizmente a leveza dos veículos, a segurança dos cavallos e a pericia dos conductores punhamnos ao abrigo de accidentes. ..."*

*"...Ninguém se esquecerá daquelle espetáculo animador. As carroças vem de todos os lados e levam à cidade os productos da pequena lavoura. Não são homens somente a guiá-las descansados na boléa, as pernas metidas nas botas compridas, o chapéu desabado, o cachimbo fumegando ao canto da boca; muitas vezes vêm trazidas por mulheres, cuja saia espessa de lã o avental resguarda dos salpicos de lama da estrada, e a cabeça é protegida de amplo lenço de cores vivas, atado sob o queixo, ou preso à nuca à guiza de touca às vezes uma família inteira, os rapazes e as raparigas também, saudando frequentemente os caminheiros. ..."*

*"... De todos os jardins, de todas as portas surgiam cabecinhas louras, espiando-nos com olhos azues; era um viveiro de gente forte, rosada, que parecia brotar alli, tão fácil como os fructos da terra. (MONTEIRO, 1986, p.33).."*

Esta visão romanceada da cidade, fica no registro das reportagens e na saudosa memória de uma Curitiba bucólica, que se perdeu com o passar do tempo, e em nada lembra a metrópole em que vivemos hoje, com seus parques, grandes

avenidas, grandes edifícios, uma cidade que cresce rapidamente, fugindo dos padrões de planejamento, que existiam anteriormente.

## 2.2 Curitiba a realidade atual

Em 1993 a região metropolitana tinha uma população de 2.096.704 habitantes, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), já no ano de 2007, viviam na região uma população de 3.080.765 habitantes. Desta população 1.788.559 habitantes viviam no município de Curitiba, 1.095.952, viviam no entorno da capital e 196.254 na região periférica da Região Metropolitana.<sup>5</sup>

Curitiba e seu entorno, seguindo a tendência de todas as grandes cidades do mundo, vêm crescendo populacionalmente de uma forma descontrolada, o que nos próximos anos poderá trazer condições insustentáveis da qualidade de vida. Nas últimas décadas, ocupações irregulares surgiram repentinamente, sem planejamento, sem estrutura para que cidade e região pudessem dar suporte a essas populações migrantes, como pode-se constatar se andarmos na região periférica da cidade.

O crescimento desordenado da cidade iniciou-se juntamente com o êxodo rural ocorrido no Brasil nas décadas de 70 e 80, coincidentemente quando se deu início, em Curitiba, à criação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba) em 1973, trazendo progresso e tecnologia industrial, bem como os problemas que advêm deles.

A Polícia Militar em Curitiba e região, através do COPOM (Centro de Operações Policiais Militares), atendeu no ano de 2000, a 18.859 crimes de natureza violenta; no ano de 2005 foram atendidos 31.559 crimes da mesma natureza. Em 2000 somente as ocorrências de tráfico de drogas atendidas pela Polícia Militar foram 136, contra 516 do ano de 2005. Em 2007 a Polícia Militar atendeu a 366.416 ocorrências, o que resulta em uma média mensal de 30.535 atendimentos; e 1.017 ocorrências atendidas diariamente<sup>6</sup>.

Hoje, os bairros do Cajuru, na região leste da cidade, do Sítio Cercado, CIC 1, Boqueirão, situados na região sul da cidade, fora o centro pelo grande número de

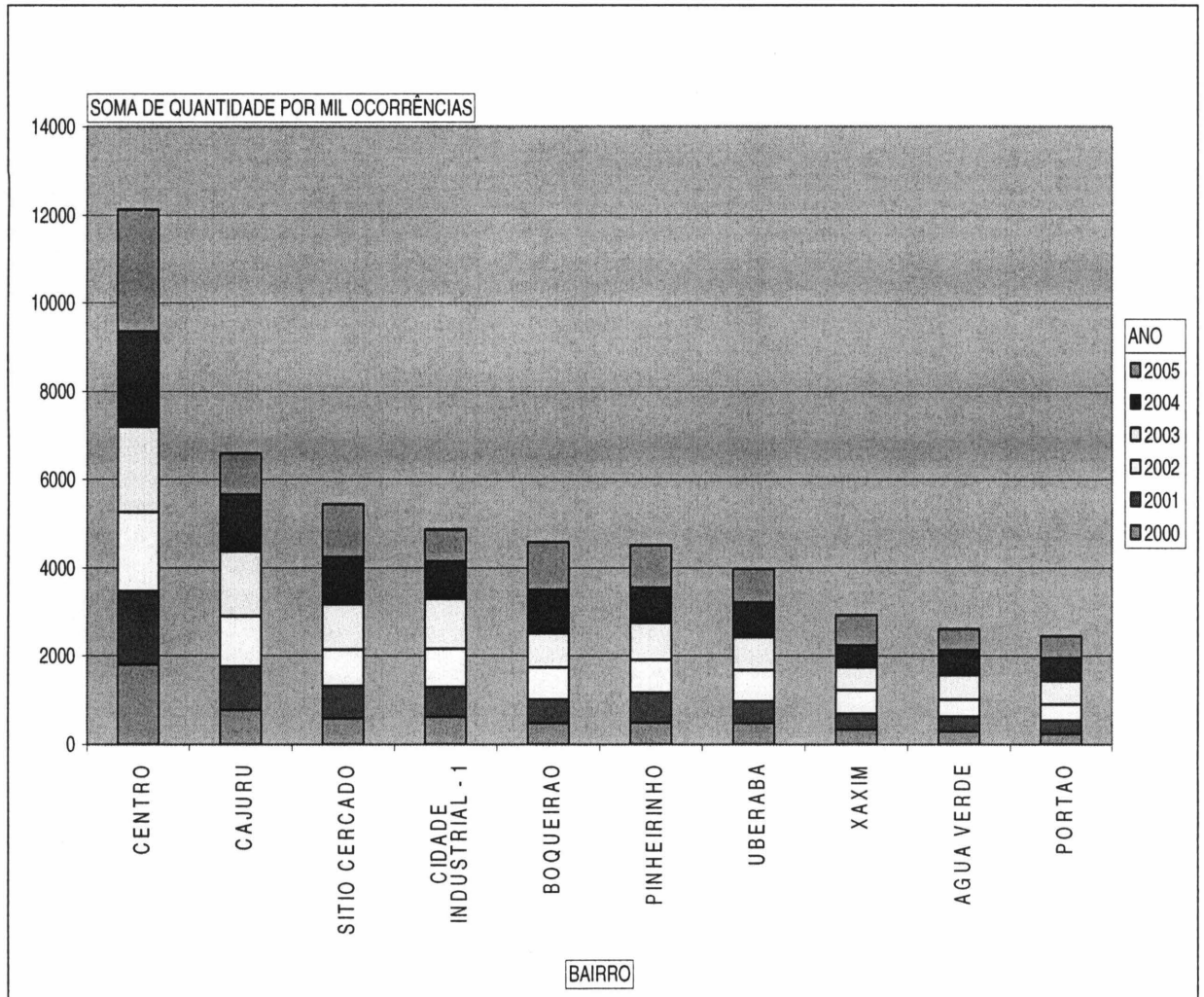
---

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

<sup>6</sup> Fonte: 3ª Seção EM-Comando do Policiamento da Capital.

população residente e flutuante, têm um grande número de ocorrência de natureza violenta, como se vê no gráfico abaixo:

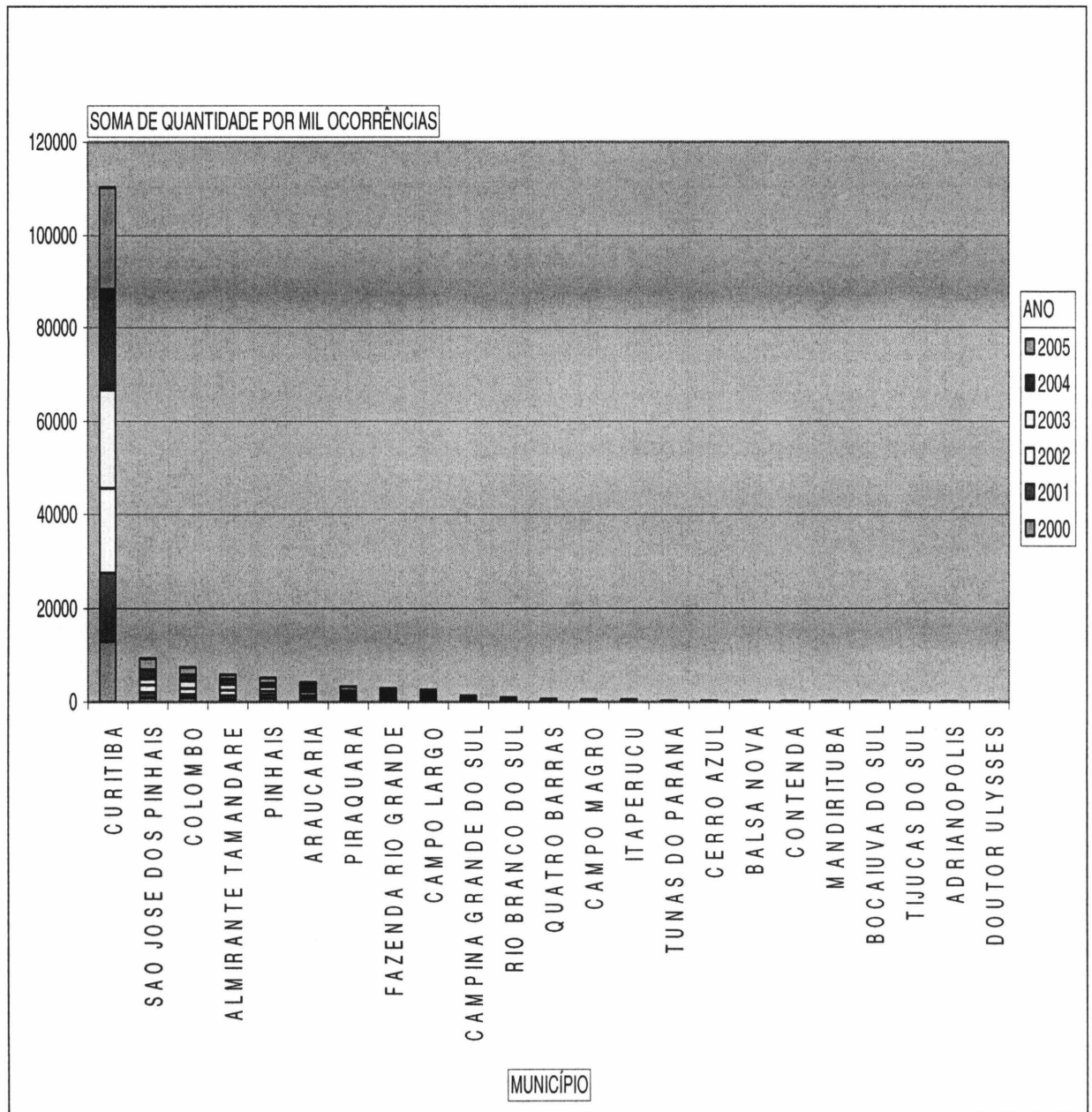
**GRÁFICO 1- OCORRÊNCIAS VIOLENTAS EM CURITIBA(2000-2005)**



FONTE: 3ª Seção do EM CPC. (2008)

Situação idêntica ocorre nos municípios que se localizam geograficamente no entorno de Curitiba, como São José dos Pinhais, Colombo, Almirante Tamandaré, Pinhais e Araucária, que também são locais que apresentam os mais altos índices de ocorrências policiais na região metropolitana, como se pode verificar no gráfico adiante.

## GRÁFICO 2- OCORRÊNCIAS VIOLENTAS EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA (2000-2005)



FONTE: 3ª Seção do EM CPC (2008)

Coincidentemente, os municípios e bairros acima citados, são os que têm grandes concentrações de ocupações irregulares, com seus respectivos bolsões de pobreza e toda uma série de dificuldades para os quais a população organizada e o poder público têm que fazer frente.

Todas essas mudanças na trajetória econômica de vida da cidade e região, ocorridas na década de 1970 e agora, mais recentemente, com a chegada das

montadoras de automóveis, mudaram radicalmente o perfil regional, bem como a vida de seus cidadãos, pois esta situação só piorou o quadro de miséria na periferia da cidade.

Com o aumento inevitável da população de Curitiba e da Região Metropolitana, será necessário que os habitantes desta região, e o poder público, criem mecanismos para acolher e estruturar a vida das pessoas que estão vindo somar-se ao grande contingente humano que é hoje Curitiba e região, porque conforme se observa nas conclusões do relatório do UNFA, uma saída para o controle da população e da diminuição da miséria de grande parte da população humana poderá ser as cidades, onde o poder público pode atuar de forma mais eficiente e efetiva, desde que para isso exista um planejamento nos municípios.

Assim observa-se que Curitiba, embora no seu nascimento tenha recebido uma forte influência da colonização européia, de gente trabalhadora que veio para esta terra construir sua vida, e transmitiu esses valores a seus descendentes, é hoje uma metrópole, com todos os problemas que advêm dessa condição.

## 2.3. A CRIMINALIDADE E A VIOLÊNCIA

### 2.3.1 A Cultura da Violência

O crime e a violência fazem parte da história da humanidade, pois o ser humano nunca foi “bom” na acepção ampla da palavra. Basta para tanto observar a história da humanidade, suas lutas e guerras para dominar outros povos; mesmo nos relatos bíblicos encontram-se muitos crimes e muita violência; a sociedade humana só veio criar uma mentalidade menos violenta e com mais respeito ao ser humano como indivíduo a partir de grandes revoluções culturais, como o cristianismo e as idéias iluministas da Idade Média.

O ser humano em sua existência na terra vem sofrendo toda a sorte de violência, a mais antiga de todas é a violência do Homem contra o Homem, que se perpetua até os dias de hoje, e que está enraizado na cultura de formação do Brasil, o país traz na história de seu nascimento o estigma de violência, como podemos observar na abordagem histórica do texto abaixo:

*Como não poderia ser privilégio do resto do mundo, a violência existe e sempre existiu em nosso País. Nossos colonizadores, encontrando resistência à dominação, logo lançaram mão das armas dos conquistadores: a violência, expressa pela força, a intimidação, o terror, o morticínio. A resistência de nossos índios, no Brasil Colonial, resultou em luta cruel, que por sua vez propiciou o aparecimento de um ignominiosa forma de violência, que é a escravidão. Foram 300 anos em que seres humanos, se submeteram, no Brasil, a trabalhos forçados e foram agredidos com as mais ignóbeis torturas.(AFONSO, 1985, p.35)*

A sociedade moderna tem se deparado com um fenômeno crescente e assustador, que é a criminalidade organizada <sup>7</sup>e semi-organizada <sup>8</sup>e o aumento da violência principalmente nos grandes centros urbanos, bem como a insegurança em nível internacional, sejam quais forem os motivos: ideológicos, religiosos, financeiros.

Em nosso país um dos grandes motivadores para o aumento da violência, são os crimes de natureza econômica perpetrados pelo crime semi-organizado, e pela má distribuição de renda, que leva o país a uma das piores distribuições de

---

<sup>7</sup> Estruturado como empresa, atuando em grandes grupos, com chefia, planejamento e logística.

<sup>8</sup> Atuam em pequenos grupos, tem meios e distribuição de tarefas, mas não chegam a se organizar como empresa.

renda do mundo, pois o crime, diferente da máxima popular "o crime não compensa", é altamente lucrativo.

### 2.3.2 A lucratividade da atividade criminosa.

Segundo Giovanni Quaglia, representante do UNODC (Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime) para o Brasil e Cone Sul, o crime organizado movimenta, anualmente, em todo o mundo, de 2% a 5% do PIB (Produto Interno Bruto) global, um volume de recursos que pode ser estimado em cerca de US\$ 2 trilhões. Diz ele, ainda: "*Dos US\$ 2 trilhões movimentados pelo crime organizado, US\$ 1 trilhão está diretamente associado à corrupção*", e afirma também que o narcotráfico é responsável por um montante que varia entre US\$ 300 bilhões e US\$ 400 bilhões, sendo que esse mesmo valor é associado ao tráfico de armas. "*O restante equivale a roubo de cargas, contrabando e tráfico de seres humanos*", explicou o representante, que considera difícil trabalhar com números precisos quando o tema é o crime organizado.

Segundo ele, as cifras anunciadas são "um consenso entre os especialistas". O representante do UNODC ressaltou que a realidade no Brasil não é muito distante do cenário internacional. Sendo assim, o crime organizado no país movimenta recursos que variam entre 2% e 5% do PIB nacional.<sup>9</sup>

Como pode se observar, o crime no mundo todo tem seu atrativo econômico, mais ainda num país como o Brasil, onde a luta pela sobrevivência chega a ser desumana e as desigualdades e a falta de oportunidades são bem delimitadas.

### 2.3.3 O Medo do Crime

O crime em si potencializa o medo do crime, especialmente do modo como é veiculado nos meios de comunicação, e não podemos mais negar seu poder de organização e força, pois os acontecimentos de maio de 2006 em São Paulo, perpetrados pela organização criminosa paulista PCC<sup>10</sup> (PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL) liderada e composta por internos do sistema prisional, simplesmente paralisou uma das maiores cidades do mundo e a maior da América Latina,

---

<sup>9</sup> Entrevista dada a [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br) em 01 de setembro de 2004.

<sup>10</sup> Disponível em: [http://veja.abril.com.br/240506/p\\_042.html](http://veja.abril.com.br/240506/p_042.html)



deixando um rastro de sangue com mais de cem mortos, em sua maioria agentes da Segurança Pública ou ligadas a ela.<sup>11</sup>

O Coronel da Polícia Militar do Paraná Roberson Luiz Bondaruk, com base na edição da Revista Veja, de 24 maio de 2006, lista em sua obra, “A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano”, os principais fatos do acontecido, que horrorizaram o Brasil e tiveram ampla divulgação em nível mundial, sendo um dos episódios mais violentos da história recente brasileira ocorridos numa cidade:

*Os reflexos do medo:*

1. 5.100 ônibus pararam de circular, deixando 5 milhões de pessoas sem transporte;
2. 40% das escolas particulares e públicas de ensino fundamental e médio da capital suspenderam as aulas;
3. 12 universidades fizeram o mesmo;
4. 12 shoppings centers fecharam suas portas;
5. Todas as 3.000 lojas da Rua 25 de Março encerraram o expediente no meio da tarde. Outros centros de comércio importantes, como as ruas Teodoro Sampaio e Oscar Freire fizeram o mesmo;
6. O Aeroporto Santos Dumont, no Rio, cancelou 15 vôos para São Paulo, alegando falta de segurança;
7. Com toda população correndo para casa, às 17h30 o congestionamento na cidade era quatro vezes maior do que o normal, chegando a 195 quilômetros;
8. Às 22 horas, já não se viam carros nem pedestres nas ruas. Avenidas como a Paulista e a Rebouças estavam desertas. (BONDARUK, 2007, p.53).

#### 2.3.4 As Conseqüências do Crime

No Brasil, a falta de oportunidade aos jovens que todos os anos deveriam entrar no mercado de trabalho e uma injusta distribuição de renda, levam muitas famílias a ocuparem locais denominados “favela”, onde o crime tem como sua face mais perversa a utilização de crianças e adolescentes para suas ações, que compõem um significativo contingente dos chamados “Soldados do Tráfico”. Cria-se assim um círculo vicioso; de pobreza, marginalidade, falta de expectativa, facilidade de se marginalizar, poder e dinheiro fáceis, que se locupletam e passam de geração a geração nas populações jovens daquelas localidades, realimentando esse ciclo pernicioso.

Ao falarmos de crime a primeira imagem que nos vem à mente é do traficante no morro, com um fuzil ou uma pistola automática na mão; efetivamente nesses locais concentram-se grande quantidade de marginais, mas o crime se organiza hoje também em jovens da classe média que, atraídos, quem sabe pela

<sup>11</sup> Disponível em [http://veja.abril.com.br/240506/p\\_042.html](http://veja.abril.com.br/240506/p_042.html).

aventura e pelo proibido, fazem tráfico de drogas, participam de quadrilhas de assaltantes, algumas até comandadas por mulheres<sup>12</sup>.

Não se pode deixar de falar dos ilícitos cometidos pelo crime não organizado, pois embora a mídia potencialize e dramatize combates entre traficantes, policiais e traficantes, o que mais deixa insegura a população, particularmente no caso de Curitiba, além da exploração irresponsável pela imprensa é o crime cometido próximo de onde as pessoas moram, como roubos a ônibus, roubos a estações-tubos, à farmácia, padarias, o homicídio e o roubo à mão armada, este último, segundo o Coronel da reserva José Vicente da Silva Filho da Polícia Militar paulista e ex-secretário nacional de Segurança Pública<sup>13</sup> é o exponencial da violência nas grandes cidades.

O mapa do crime da SENASP, traz uma idéia da violência no País nos anos de 2004 e 2005, onde se observa um crescimento numérico em quase todas as modalidades de ocorrências com uso da violência, embora em alguns casos tenha um decréscimo percentual, como se observa no quadro a seguir:

**QUADRO 1 - MAPA DO CRIME (2004-2005)**

| INDICADORES CRIMINAIS                     | 2004                  |                       | 2005                  |                       |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|   | Número de Ocorrências | Taxa por 100 mil hab. | Número de Ocorrências | Taxa por 100 mil hab. |
| Crimes Violentos Letais e Intencionais    | 40.793                | 24,1                  | 40.974                | 23,6                  |
| Crimes Violentos Não-Letais Contra Pessoa | 58.418                | 34,5                  | 61.232                | 35,2                  |
| Crimes Violentos contra o Patrimônio      | 874.046               | 516,9                 | 903.773               | 519,6                 |
| Delitos Envolvendo Drogas                 | 82.288                | 48,7                  | 87.170                | 50,1                  |
| Delitos de Trânsito                       | 330.806               | 195,6                 | 320.265               | 184,1                 |
| Homicídios Dolosos                        | 38.115                | 22,5                  | 38.180                | 22                    |
| Tentativas de Homicídio                   | 34.598                | 20,5                  | 36.080                | 20,7                  |
| Lesões Corporais                          | 658.485               | 389,4                 | 696.774               | 400,6                 |
| Estupros                                  | 14.153                | 16,5                  | 14.557                | 16,5                  |
| Atentados Violentos ao Pudor              | 9.443                 | 7,3                   | 10.355                | 7,8                   |
| Extorsões Mediante Seqüestro              | 346                   | 0,3                   | 475                   | 0,4                   |
| Roubos                                    | 873.700               | 516,7                 | 903.298               | 519,4                 |
| Furtos                                    | 2.050.070             | 1.212,40              | 2.022.896             | 1.163,10              |

FONTE: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública (2004-2005)

<sup>12</sup> Como Ana Paula Jorge Souza, de 21 anos, estudante de classe média alta, chefe de quadrilha presa em março de 2007 na cidade de Campinas-SP.

<sup>13</sup> Entrevista concedida a revista ISTO É edição 1575, 04 de Junho de 2003, p27.

### 2.3.5 As Causas do Crime

Segundo Luiz Eduardo Soares<sup>14</sup>, ex-coordenador da Segurança, Justiça e Cidadania do governo de Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro, falar de crime é um conceito muito amplo, para ele não há uma teoria geral sobre criminalidade, porque não há uma criminalidade em geral; crime para ele é transgressão de uma lei, que engloba uma infinidade de situações diferentes, cada uma favorecida por determinadas condições.

Há muitas teorias para explicar as causas do crime com ênfase no indivíduo; abaixo examinaremos algumas que foram aceitas ao longo dos séculos:

*Há quem procure as causas do crime no indivíduo que o comete. Nesse caso, há duas linhas de pesquisa. A primeira explica o comportamento criminoso de um ponto de vista biológico. Uma das mais famosas dessas teorias hoje completamente descartada é a frenologia, criada no século XVIII segundo o qual o criminoso possui características físicas, como saliências no crânio, que diferenciam das demais pessoas. Outros pesquisadores encontraram indícios de que o crime é algo transmitido geneticamente comparando famílias de condenados. Segundo esses, está nos genes a explicação para o fato de que entre a população carcerária é mais comum encontrar pessoas com parentes também envolvidos no crime. E há ainda as linhas de pesquisa que culpam a má nutrição pelo comportamento criminoso.*

*A outra linha de pesquisa com foco no indivíduo procura causas do crime na psique do criminoso. Segundo Sigmund Freud, o pai da Psicanálise, o comportamento anti-social e a delinqüência são decorrentes de um desequilíbrio entre o ego, o superego e o id, as três partes que constituem a personalidade individual. Se o superego – que apresenta a internalização do código moral da sociedade – é muito fraco, o indivíduo não consegue reprimir seu id – seus instintos e desejos naturais. Resultado: ele força as regras sociais e comete um crime. A equação psicológica resulta criminosa se o superego é forte demais. Nesse caso, a pessoa, sente-se culpada e envergonhada e procura o crime esperando ser punida para satisfazer seu desejo de culpa.*

*No começo do século XX, a popularização dos testes de QI (quociente de inteligência) possibilitou o surgimento de uma nova teoria criminológica, segundo a qual os criminosos têm intelecto abaixo da média. Nos anos 70, um estudo mais sofisticado na mesma linha, feito por dois pesquisadores americanos, revelou que os delinqüentes tinham em média oito pontos nos testes de QI, se comparados ao resto da população, a explicação dos pesquisadores, que focaram especialmente adolescentes infratores, foi que os jovens menos inteligentes se envolvem mais facilmente com crimes porque têm pior desempenho escolar, menos capacidade de entender e de se engajar na moral da sociedade e, por fim, são menos capazes de avaliar as conseqüências de seus atos, além de serem mais influenciáveis por outros jovens. (VERGARA, 2002, p.10)*

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida a revista SUPER ESPECIAL SEGURANÇA edição Abril de 2002, p.10.

Explicar o crime e como ele acontece, é extremamente difícil ou talvez impossível; há muitas teorias para explicá-lo, cada uma poderia explicar ou se aplicar pelo menos a cada uma das situações criminosas, mas nenhuma consegue explicar o nascedouro de todos os crimes. Embora um assunto relevante, não faremos uma análise profunda sobre o tema, em razão do escopo deste trabalho não ser o estudo do crime.

## 2.4. FATORES GERADORES DE CRIME E VIOLÊNCIA EM CURITIBA

### 2.4.1 A Impunidade

Curitiba e região, se comparada a outras capitais do Brasil, é ainda uma cidade que pode ser chamada de segura, pois apesar de seu tamanho o Estado tem ainda o controle da cidade, que embora grande, tem na sua cultura de formação pessoas trabalhadoras em sua grande maioria.

Percebe-se que os elementos geradores de crime e violência na cidade, são parecidos, se não iguais aos de outras cidades do Brasil, pois os crimes, apesar das diferenças geográficas, acontecem via de regra pelos mesmos motivos.

A impunidade parece ser um dos principais motivos da criminalidade aqui, bem como em qualquer lugar do Brasil, pois as chances de alguém que comete um delito grave ser devidamente processado, julgado e cumprir pena é muito pequena e em delitos de menor potencial ofensivo essa possibilidade é quase nenhuma.

Quem matar alguém no Brasil tem nove chances de ficar impune contra uma de ser pego. A alta taxa de impunidade decorre do mísero índice de 8% de solução dos homicídios. Ou seja: 36 mil assassinatos cometidos por ano no país são simplesmente arquivados. Já em Curitiba, as chances do homicida escapar ileso caem para oito em dez: dos 4.237 inquéritos abertos nos últimos seis anos em Curitiba, 45% não têm sequer autoria conhecida; os 884 casos que foram a júri perfazem 20% desse total representam o dobro da média nacional, mas não há motivo para comemoração, já que para cada dez casos só dois são concluídos<sup>15</sup>.

Essa sensação de impunidade se traduz em números, quando vemos que em Curitiba no ano de 2000 ocorreram 406 homicídios, contra 715 ocorrências desse tipo em 2005, um aumento de 51,4%; e 12.058 ocorrências de roubo em 2000, sendo 20.802 ocorrências de mesma natureza em 2005, um aumento de 75,2%, com tendência de aumento em todas as ocorrências de natureza violenta.<sup>16</sup>

Ainda sobre a impunidade no Brasil, num comentário a respeito da estrutura da Polícia Civil de São Paulo, Marcos Rolim em sua obra, cita José Vicente Filho, que diz o seguinte:

---

<sup>15</sup> *Crime nas Sombras, Gazeta do Povo 25 de Fevereiro de 2007.*

<sup>16</sup> *Fonte 3ª Seção do EM CPC.*

*Sua estrutura pesadíssima, (da Polícia Civil) no caso de São Paulo, corresponde a 29% do efetivo total da Segurança Pública, quando nas Polícias do mundo o pessoal de investigação corresponde a 15%, em média, do total. Praticamente todas as suas viaturas são preparadas com chamativas pinturas e equipamentos típicos de polícia ostensiva, inviabilizando o uso de veículos para investigação, sua principal atividade. Com um contingente além da média mundial, seria de esperar houvesse condições privilegiadas para a atividade de esclarecer crimes de autoria desconhecida. Entretanto, em 1997, os distritos policiais da cidade de São Paulo apresentaram em média de 2,5 de esclarecimentos, com alguns distritos como o da Vila Maria e da Brasilândia apresentando índice zero de esclarecimentos.(ROLIM, 2007, p.45)*

Se a probabilidade da punibilidade fosse maior, os índices de crime no Brasil tenderiam a ser menores, pois leis mais rígidas, com penas coercitivas duras, de pouco valem se o indivíduo que opta, por escolha ou necessidade pela vida criminosa, não tiver certeza que ele pode ser pego e punido pelos crimes que vier a praticar. Já no século XVIII o Jurista italiano Cesare Beccaria disse: “ O que inibe o crime não é o tamanho da pena, mas a certeza da punição”.

#### 2.4.2 O Anonimato

O tamanho das cidades tem um papel significativo na probabilidade de punição reduzindo a possibilidade da mesma. Isto pelo anonimato existente em grandes cidades. Inicialmente, não existe uma ligação entre a polícia e os residentes, ou seja, diferentemente de uma cidade pequena, em que a polícia conhece praticamente toda a população, em cidades maiores os policiais têm dificuldades para identificar criminosos potenciais. Além disso, o anonimato diminui muito a chance de reconhecimento do criminoso por parte da vítima.

O anonimato é certamente um componente que integra os fatores que geram crime em Curitiba, pois as grandes aglomerações humanas proporcionam aos agentes delituosos a possibilidade de se homizarem incógnitos na grande massa humana que é hoje Curitiba e região.

Assim, após a ocorrência de um crime, o processo de investigação fica prejudicado em uma grande cidade, pois torna-se difícil restringir o número de suspeitos. Isto gera um grande número de crimes que não são solucionados em cidades maiores, que acabam por gerar outro problema: a sub-denúncia<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Sub-denúncia, são as ocorrências não informadas à Polícia.

Como as vítimas conhecem as dificuldades encontradas pela polícia em solucionar crimes, elas não denunciam, o que dificulta ainda mais o trabalho policial, pois a população existente e também a população flutuante, que passa diariamente pela cidade, tornam impossível aos órgãos do Estado controlar a população e toda essa movimentação de pessoas.

#### 2.4.3 A Oportunidade

Outro elemento de relevância no cometimento do crime é a “oportunidade”, pois principalmente crimes contra o patrimônio, como o furto por exemplo, ocorrem geralmente quando a vigilância sobre o objeto do delito diminui ou inexistente. Ainda sobre a oportunidade, tem que se observar a chance que é dada àquele indivíduo que se torna um criminoso, porque, quando tratamos de criminalidade em cidades é necessário considerar que a decisão de cometer um crime envolve um processo evolutivo anterior ao momento da decisão, em que o ambiente de cada cidade é fundamental neste processo. Uma cidade constitui um macro-sistema próprio que afeta não somente o custo moral, mas também o custo de oportunidade.

Cada cidade possui um mercado de trabalho lícito que determinará o custo de oportunidade de ingressar no mercado ilícito. A cidade também tem influência na história do indivíduo, pois o seu acesso ao mercado de trabalho pode depender, por exemplo, do seu acesso à escola, que depende de uma decisão individual ou da família, como também depende fundamentalmente das condições oferecidas pelo setor público.

Neste caso, cada cidade tem as suas características, pois a inexistência de uma escola, de cursos qualificantes, de uma instituição com ensino superior, não são determinadas pelo indivíduo e sim pelo contexto em que está inserido.

Falando do “crime” e a “oportunidade” em seu livro, Bondaruk listou dez princípios extraídos de um artigo chamado *Opportunity makes the thief* (A oportunidade faz o ladrão) traduzidos para o Português, pelo autor:

- *As oportunidades desempenham um papel na causa de todos os crimes – o design (desenho, no sentido de projeto) e o gerenciamento desempenham um importante papel em gerar o crime ou preveni-lo;*
- *As oportunidades para o crime são altamente específicas – o furto de veículos para disputar corridas em via pública (“rachas”) tem um padrão de*

*oportunidade bem diferente do furto de carro para desmontagem e tráficos de suas peças ("desmanche");*

- *As oportunidades para o crime são concentradas no tempo e no espaço – há grandes entre um endereço e outro dentro de uma determinada área criminal. O crime varia largamente com a hora do dia e a hora da semana, refletindo as oportunidades para que ocorra;*
- *As oportunidades para o crime dependem da forma como as atividades ocorrem diariamente. Delinqüentes e seus alvos mudam de acordo com o itinerários para o trabalho, escola e atividades de lazer. Arrombamentos frequentemente ocorrem à tarde, quando os residentes estão no trabalho ou na escola.*
- *Um crime produz oportunidade para o outro – um arrombamento bem-sucedido pode encorajar o arrombador a retornar em outra data;*
- *Alguns produtos são mais tentadores conforme as oportunidades para o crime – essas oportunidades refletem um valor particular, a inércia do objeto, sua visibilidade ou acesso para um alvo de um delito;*
- *Mudanças sociais tecnológicas produzem novas oportunidades para o crim- produtos que são mais comercializáveis ( por serem a "sensação" do momento) são alvos preferenciais. Ex. laptops( computadores portáteis);*
- *O crime pode ser prevenido pela redução da oportunidade: métodos de prevenção devem ser estabelecidos para cada situação específica;*
- *Reduzir o crime normalmente não desloca, mas cada esforço para reduzir o crime pode obter algum ganho real. Mesmo crimes que sejam deslocados podem ser dirigidos para longe dos piores alvos, lugares e momentos;*
- *A redução acentuada de oportunidades pode produzir amplos declínios dos índices de crime. Medidas de prevenção em uma localidade podem levar a uma difusão de benefícios, para horário e locais próximos, pois parece que delinqüentes costumam superestimar o alcance destas medidas.(BONDARUK, 2007, p. 57)*

#### 2.4.4 As Causas Sociais

Um outro componente que gera a criminalidade, são as causas sociais. Seus elementos têm grande relevância na incidência do crime tais como: a miséria, alcoolismo, drogas, desemprego, analfabetismo, falta de planejamento familiar nas populações de baixa renda, delinqüência juvenil e crescimento desordenado dos grandes centros urbanos.

A pobreza faz diferença na criminalidade porque, geralmente, nas famílias mais pobres, diminui-se o contato entre os pais e filhos, o que enfraquece a transmissão do legado familiar de como se viver em sociedade, pois pais e mães normalmente trabalham o dia todo deixando seus filhos para serem criados na rua, à mercê da influência de outros jovens, muitos deles delinqüentes, isso quando essas crianças e jovens têm pai e mãe.

No Brasil há 53 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Destas, 30 milhões vivem entre a linha de pobreza e acima da linha de miséria (pessoas que vivem em condições mínimas de existência). Cerca de 23 milhões estariam na



situação que se define como indigência ou miséria (pessoas que não têm condições nem para comprar alimentos). Em Curitiba essa porcentagem era de 6% da população em 2006, segundo o site [www.unicamp.br/unicamp/canal\\_aberto](http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto).

Nos cálculos da OMS (Organização Mundial de Saúde), o dano social provocado pelo consumo de álcool no Brasil equivale a 7,3% do PIB (Produto Interno Bruto). A dependência ao álcool responde por 40% das consultas psiquiátricas e nada menos que 78% das mortes do trânsito no país têm influência da bebida. O alcoolismo não é um problema concernente só à família, mas também ao Poder Público.

Durante o período pós-guerra, houve um declínio nos índices criminais, o que também ocorreu nos países europeus e nos Estados Unidos. No entanto, a partir da década de 80, observou-se aumento da criminalidade, do número de delitos relacionados com drogas (tráfico e uso), de delitos contra o patrimônio e crimes violentos, tais como o roubo, seqüestro e homicídio. Sendo que 1985, o tráfico e o uso de drogas foram responsáveis por três vezes mais condenações que há 20 anos, nos países europeus e nos Estados Unidos. Neste mesmo período, os crimes contra o patrimônio representaram 57% das condenações naqueles países. Esse fenômeno ocorreu em quase todos os Estados e grandes cidades brasileiras, principalmente nas regiões metropolitanas. Nos anos 90, o fato se estendeu às cidades do interior, especialmente as situadas nas rotas de tráfico.

O Brasil hoje tem uma alta taxa de desemprego para os jovens que vivem um período de transição, do sistema educacional para o mundo do trabalho; segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de cada 100 jovens que ingressaram no mercado de trabalho nos últimos 10 anos, 55 ficaram desempregados e apenas 45 encontraram uma ocupação.

No período de 1995 a 2005, o desemprego entre a população jovem, entre 15 e 24 anos, cresceu muito mais do que para as demais faixas etárias. A PNAD – IBGE (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) registra que, em 2005, a quantidade de jovens sem emprego era quase 107% superior a de 1995. Para o resto da população, o desemprego foi 90,5% superior nos últimos 10 anos; este cenário crítico do desemprego faz parte de Curitiba e região, principalmente entre

jovens, o que pode ser verificado pela baixa média de idade da população do Sistema Penitenciário do Paraná.<sup>18</sup>

Segundo balanço da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o Brasil está ao lado de países como Egito, Marrocos, China, Indonésia, Bangladesh, Índia, Irã, Paquistão, Etiópia e Nigéria como país com mais de 10 milhões de analfabetos. A PNAD aponta que em 2006 o Brasil tinha 14,9 milhões de pessoas que não sabiam ler e escrever.

No Brasil o analfabetismo está concentrado entre os mais pobres, mais idosos, negros ou pardos e em áreas mais pobres. A PNAD mostra que dos analfabetos, 67,4% eram negros ou pardos, enquanto 32% eram brancos; ainda segundo a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) o Brasil ocupa o 9º lugar no ranking do analfabetismo.

A falta de planejamento familiar nas populações de baixa renda, delinqüência juvenil e o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos são problemas que englobam as causas sociais, que se relacionam entre si e agravam seriamente a situação da Segurança Pública, conseqüentemente aumentam o índice de criminalidade nos grandes centros urbanos e suas regiões metropolitanas, particularmente em Curitiba e região.

Observa-se então que essa situação, exposta acima, bem como as causas sociais, geram crimes e criminosos. Muito se tem discutido na mídia e opinião pública, mas na realidade, pouco se tem feito com efetividade para resolver tais problemas, entretanto, sabe-se que uma vez trabalhando para reverter tal situação, poderiam ser resolvidos ou diminuídos os problemas de Segurança Pública nas cidades.

---

<sup>18</sup> Disponível em [http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/Faixa\\_Etaria.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/Faixa_Etaria.pdf).

## 2.5. O ESTADO PARALELO

### 2.5.1. Estado Paralelo uma Ficção

Uma face do crime que só é discutida pela sociedade ocorre quando quadrilhas de traficantes enfrentam a Polícia em confrontos que quase sempre resultam em morte de policiais ou traficantes, quando afrontam a autoridade constituída impondo o medo aterrorizador a bairros e até a cidades inteiras ou, ainda, quando matam pessoas que tenham expressão na sociedade, como o caso do Jornalista TIM LOPES<sup>19</sup>. Esse lado do crime é o chamado “Estado Paralelo”, que se cria através da pobreza nos locais onde o crime atua, impondo um estado de terror aos moradores, os quais ficam sujeitos às regras impostas pelo “senhor” do local, ou seja, o chefe do tráfico, que faz suas próprias leis, julga e sentencia, na grande maioria das vezes condenando seus réus à morte.

Esta situação cruel de julgamentos feitos por marginais, foi inclusive reproduzida no cinema nacional, no polêmico filme “Tropa de Elite”, em uma das cenas em que dois jovens de classe média aparecem, um deles sendo submetido ao microondas<sup>20</sup> e outra jovem recebendo um disparo na cabeça, representando bem a existência desse Estado Marginal.

O Estado Paralelo é um Estado Marginal dentro de um Estado Legal de Direito, é portanto para nós um Estado que podemos chamar de virtual, que tem em suas ações conseqüências no mundo real, a ponto de o Poder Público só conseguir nele intervir com a força das armas, como se fosse uma intervenção de guerra, o que dá à população a sensação de existir mesmo um Estado com uma determinada área geográfica, paralelo ao Estado Regular, comandado por marginais. Sobre o assunto Carlos Amorim diz o seguinte:.

*O CRIME ORGANIZADO e a política se cruzam em muitos pontos do caminho. Quando o Comando Vermelho assumiu o controle de quase 70% dos pontos de venda de drogas, se constituiu numa espécie de governo paralelo das comunidades pobres. O “dono do morro” é também o juiz e o prefeito da área controlada. Até o mesmo sobe e desce das pessoas é feita sob vigilância armada. O chefe do tráfico tem poderes quase absolutos, incontestáveis. Como já vimos, o bandido investe no samba e na educação, no saneamento e na moradia. Com o passar do tempo, essa administração de fato se torna uma administração de direito. Com respaldo ou com e*

<sup>19</sup> Repórter da Rede Globo morto pelo traficante Elias Maluco em junho de 2002 na favela Vila Cruzeiro-Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> Situação em que traficantes queimam suas vítimas envolta em pneus.

*complacência dos próprios favelados, a organização disputa e vence inúmeras eleições para a diretoria de moradores. (AMORIM, 2005, p.280).*

Em contrapartida aos baixos salários e ao esforço e energia que se desprende para se educar e trabalhar, a marginalização e o tráfico têm argumentos sedutores como o uso de armas modernas e sofisticadas e o dinheiro fácil e em grande quantidade, que não seriam obtidos em um trabalho lícito, e ainda o *status* e a respeitabilidade, que conseguem em suas comunidades por pertencerem ao chamado “movimento”.<sup>21</sup>

Os adolescentes desses bolsões de pobreza sentem-se invisíveis à sociedade de consumo e o fato de ter o poder pelo uso das armas e muito dinheiro, para comprar bens, que dão a eles a visibilidade pela posse de produtos e marcas, tornando qualquer ação governamental ou não, muito difícil, porém não impossível. Acerca da visibilidade da juventude, o texto abaixo nos traz uma abordagem bastante explicativa.

*Essa situação define, também, o seu inverso, que se desdobrará como experiência mortificadora para aqueles alijados do consumo: eles simplesmente não existirão. O processo de exclusão não se delimita apenas espacialmente a partir das fronteiras que separam o centro ou as áreas privilegiadas de nossas cidades de suas periferias esquecidas. Ele se afirma, antes, pelas possibilidades e impossibilidades de consumo. Dessa forma, no momento da vida que se espera que os jovens formem sua identidade no aprazamento que se convencionou chamar de adolescência, o que se observa é que as expectativas geradas pela sociedade de consumo lhes oferecem um padrão de beleza e saúde, de diversões e prazeres, de inteligência e atração sexual, todos diretamente ligados ao consumo de produtos que são como signos de sucesso, grifes de felicidade. O que é oferecido simbolicamente a todos, não obstante, é o mesmo que é subtraído de milhões de jovens pobres, negros e semi-alfabetizados que habitam nossas periferias. Esses jovens transitam desequipados de todos os símbolos da inclusão. Não podem freqüentar os espaços dos que estão “dentro” da sociedade, nem ostentar suas marcas. Logo, são invisíveis e, por isso, “não existem”. (ROLIM, 2006, p.182).*

## 2.5.2. O Mecanismo do Tráfico

O livro “A máquina e a revolta” relata as experiências da Socióloga ALBA ZALUAR, que morou entre os anos 80 e 81 na Cidade de Deus, onde escreveu o referido livro, que também fala do estado marginal paralelo que existe naquele local,

---

<sup>21</sup> Como são chamados pelos moradores as quadrilhas de traficantes nas regiões onde moram e atuam.

do jovem e sua relação com o mundo marginal, bem como descreve o funcionamento do negócio do tráfico:

*O tráfico de tóxicos oferece, de fato aos jovens em dificuldades com o mercado de trabalho, a oportunidade de ganhar dinheiro que aumenta a proporção que se sobe na hierarquia dessa vasta rede organizada de tráfico. Em linha gerais, essa hierarquia funciona do seguinte modo: o traficante é aquele que tem o capital para comprar grandes quantidades de droga, seja diretamente do produtor, seja de seus grandes distribuidores. Andam sempre armados e montam quadrilhas tanto para defender suas áreas de comércio quanto para cobrar dos seus vapores e aviões a droga entregue em "confiança". Como o tráfico é ilegal, não há nenhum meio jurídico de realizar cobrança, e a lealdade pessoal não é suficiente para garantir o cumprimento do contrato. Quem o garante, no final das contas, é o revólver usado sem contemplação em cima dos traidores. O vapor é aquele que recebe a droga no local e espera os fregueses. Ele é o "homem de confiança" do traficante e deve prestar conta a ele do que for vendido e dos gastos para manter a neutralidade policial. O avião é o que vai até o freguês, ou melhor, o que "aponta o freguês" para o vapor e, ao mesmo tempo, vigia a polícia. Dele, portanto, depende o vapor para avisá-lo da chegada de um freguês ou da polícia. Dele, uma traição pode ser fatal para o vapor. Sobre ele, o vapor mantém o poder também através do revólver, no final das contas. A dependência vital entre os elos dessa hierarquia e a conseqüente possibilidade de traição e engano, tanto no que diz respeito à neutralidade policial quanto ao pagamento neste rendoso comércio, torna necessária a coerção pela força das armas.*

*Mas as afirmações de senso comum dos moradores, acima reproduzidas, estas ligações entre o aparecimento do revólver e as necessidades do tráfico e do comércio de armamentos em expansão não ficam claras. Os vilões da violência urbana são, então, o revólver, o policial corrompido e o pivete. (ZALUAR, 1994, p.151)*

Nesse relato observa-se que o tráfico funciona como um negócio criminoso semi-organizado, pois diferentemente do crime organizado não tem uma estrutura empresarial definida, com contabilidade, advocacia contratada, e um mentor intelectual que não se expõe aos riscos da atividade criminosa, mas não obstante a isso, este tipo de crime, que prolifera em bolsões de pobreza, traz muitos problemas de Segurança Pública às cidades brasileiras, como comumente são noticiados pela imprensa de todos os cantos do país.

### 2.5.3.O Estado Paralelo em Curitiba.

Não se pode dizer que exista em Curitiba um Estado Paralelo, até porque verifica-se que não há um Estado Paralelo Marginal e sim espaços deixados pelo poder público ocupados pelo crime; Curitiba, por questões físico-geográficas e culturais, e pela pequena organização do crime, se comparada a outras cidades,

embora com muitos bolsões de pobreza, não propicia, ainda, locais onde esse chamado Estado Paralelo possa existir.

A cidade, e sua região metropolitana, tem a grande vantagem em não haver aqui instalado o crime organizado da maneira como é estruturado em São Paulo; mas há três aspectos importantes a serem observados: primeiro, em razão do crime organizado não ser expressivo em Curitiba e região, existe uma grande lacuna, que facilita a inserção desse tipo de crime, que aqui se instale ou venha a nossa capital atuar<sup>22</sup>, como freqüentemente tem ocorrido; segundo, em razão da distância da capital paulista, pois em poucas horas pode-se vir de lá até Curitiba; e terceiro, bandidos como "Geleião" já estiveram presos no sistema penitenciário do Paraná, onde teriam criado uma extensão do PCC.<sup>23</sup>

Notícias das atuações do PCC na cidade e região não são novidade, já se tem verificado há algum tempo, inclusive em jornais locais. A SEJU (Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania) no dia 26 de maio de 2006<sup>24</sup> emitiu nota alertando para a presença do PCC, também em maio de 2006 um advogado foi preso por passar determinação do referido grupo para iniciar rebelião em presídio de São José dos Pinhais<sup>25</sup>.

Esse chamado "Estado Paralelo", embora não exista em Curitiba e região, ainda, é uma possibilidade que se não for vista com atenção e cuidado pelas autoridades; quer pela proximidade com a capital paulista, quer pela ausência de algo similar na região que possa concorrer com esse tipo de crime, ou pela própria existência de bolsões de pobreza no entorno da capital, que é terreno fértil para proliferação desse tipo de situação, poderá trazer problemas para a Segurança Pública da região, sérios problemas como consequência da atividade do crime semi-organizado.

---

<sup>22</sup> PF prende mais dois acusados de integrar quadrilha de assaltos a banco- 13 de fevereiro de 2008- *Gazeta do Povo*.

<sup>23</sup> José Márcio Felício, ex-líder do PCC conhecido como "Geleião", que esteve preso em Curitiba, em março de 1998.

<sup>24</sup> Documento alerta sobre a presença do PCC no Paraná- 19 de junho de 2006- *Gazeta do Povo*.

<sup>25</sup> Paraná registra nova rebelião supostamente ligada ao PCC- 15 de maio de 2006- *Gazeta do Povo*.

## 2.6. O CUSTO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE

### 2.6.1 Por que calcular o Custo da Violência e Criminalidade.

O combate à criminalidade envolve grandes custos. E para se dar combate a eles, há a necessidade de pelo menos, mesmo que aproximadamente, calcular os custos dos crimes para um efetivo enfrentamento à criminalidade, descobrindo também de que forma, e onde eles ocorrem, com fins de alocar recursos para seu enfrentamento e definir políticas sociais que possam minimizar o efeito deletério do crime; o extrato do texto abaixo trata essa situação de forma bem clara:

*[...]que existem três propósitos para se estimar os custos sociais da violência e criminalidade. Primeiro, identificar a importância da violência como uma questão de política social. Segundo, prover um primeiro passo para a alocação de recursos entre problemas sociais alternativos e a questão da segurança pública, de forma mais estrita. Por fim, possibilitar a orientação de políticas eficientes, em termos da alocação dos recursos públicos dentre os possíveis programas específicos voltados para a questão da segurança pública. (CERQUEIRA et al , 2007, p. 5)*

Entretanto, há outros estudiosos no campo da criminologia, que criticam o uso dessa forma de análise fundamentados em dois argumentos: primeiro a não justificativa moral para quantificar e valorar os custos intangíveis relacionados a vitimização (como, por exemplo, a perda de capital humano por vidas perdidas) e; o risco de medidas e dados não serem precisos e corretos gerar resultados, que venham induzir à conclusões equivocadas.

### 2.6.2. O Custo Social

As estatísticas representam a face mais traumática e mais visível da violência e da criminalidade no Brasil, e não representam o fim das diversas formas e os respectivos custos que a violência e a criminalidade impõem à sociedade. Além dos seus efeitos diretos sobre as vítimas e seus familiares e um maior dispêndio do Estado com os sistemas de saúde, de justiça e de previdência social, a simples expectativa da violência e da criminalidade propicia alocações de recursos pelas famílias a empresas de (segurança privada), e pelo próprio setor público (segurança pública).

Cumulativamente, tais expectativas geram uma perda na acumulação de capital físico ocasionadas por mudanças de hábitos que inibem, além do turismo interno e externo, o consumo de determinados bens e serviços, fazendo com que potenciais vítimas passem a fazer menos atividades de lazer em locais públicos; consumir bens mais baratos, que não atraiam muito a atenção dos criminosos. Do lado da oferta, o custo da proteção leva as empresas a aumentarem os preços dos seus bens e serviços, o que gera uma diminuição dos negócios.

Muitas vezes, em situações extremas e localizadas, onde a desordem e a criminalidade dominam, algumas empresas são mesmo forçadas a abandonar determinadas operações e mudar de região, o que impõe custos de mobilização do capital.

A perda de capital humano ocasionada pela violência em si ou pela expectativa da violência é um fenômeno ainda mais grave. Isso além das milhares de pessoas mortas, e da morbidade física e psicológica, que suscitam diminuição de produtividade, uma maior taxa de mortalidade juvenil e conseqüente prejuízo do investimento do capital humano feito pelos pais e também pelo próprio país.

### 2.6.3 O Custo Econômico

Uma das causas que aumentam a criminalidade é a convergência de pessoas para as grandes cidades, o que potencializa os problemas que já existem, se o Estado não prever uma forma de organizar o acolhimento dessa população que afliu para esses centros, as cidades e em especial as cidades brasileiras perderão ainda mais qualidade de vida, aumentando o problema que mais nos aflige hoje, ou seja, a segurança, que tem um custo Social e Econômico muito grande chegando a 5% do PIB nacional, conforme reportagem de Isabel Clemente que fala sobre o custo da violência (edição de 23 de Abril de 2007 da revista Época), da qual inserimos parte do assunto tratado na matéria e um gráfico desses custos com base em dados do IPEA:

*Isso tem um custo enorme para o país, em perdas de vidas, gastos com tratamento de saúde de vítimas de violência, despesas com segurança, desestímulo à atividade econômica. O tamanho desse custo permanecia uma variável desconhecida, por falta de pesquisas de abrangência nacional. Apenas estudos sobre o custo da violência em três grandes cidades brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte - haviam sido feitos*



até agora. Essa lacuna acaba de ser preenchida. Pela primeira vez, graças a um trabalho de dois anos do Grupo de Estudos da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um órgão do governo federal, o custo da violência no Brasil pôde ser calculado com método e rigor científico. Resultado: o crime custa cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), o conjunto de todas as riquezas produzidas pelo país em um ano. Em 2004, ano-base do estudo do Ipea, isso representou R\$ 92,2 bilhões. (CLEMENTE, 2004).

## QUADRO 2 - CUSTOS ECONÔMICOS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

| Setor Público                       | Custo Total*  | %PIB         | Custo per capita** |
|-------------------------------------|---------------|--------------|--------------------|
| Segurança Pública                   | 28.087        | 1,45%        | 154,89             |
| Sistema Prisional                   | 2.814         | 0,15%        | 15,52              |
| Sistema de Saúde***                 | 988           | 0,06%        | 5,44               |
| <b>Custo Total do Setor Público</b> | <b>31.889</b> | <b>1,65%</b> | <b>175,85</b>      |
| Setor Privado                       | Custo Total*  | %PIB         | Custo per capita** |
| Perda de Capital Humano****         | 23.868        | 1,35%        | 131,44             |
| segurança Privada                   | 14.317        | 0,80%        | 79,94              |
| Seguros                             | 12.709        | 0,75%        | 80,30              |
| Transferências por Roubos e Furtos  | 9.419         | 0,53%        | 51,87              |
| <b>Custo Total do Setor Privado</b> | <b>60.313</b> | <b>3,43%</b> | <b>343,55</b>      |
| <b>CUSTO SOCIAL</b>                 | <b>92.202</b> | <b>5,09%</b> | <b>519,40</b>      |

FONTE: IPEA- Grupo de Estudo de Violência

\*Em milhões de Reais de 2004

\*\*Em reais de 2004

\*\*\*Cálculo efetuado para 2003 e atualizado monetariamente para reais de 2004 pelo IGP-DI da FGV\*\*\*\*Cálculo efetuado para 2001 e atualizado monetariamente para reais de 2004 pelo IGP-DI da FGV

Não há dados atualizados e confiáveis de estudos com relação ao custo do crime em Curitiba, mas é consenso entre estudiosos da área, que os custos do crime no Brasil ficam em torno de 2% a 5% do PIB; no caso de Curitiba em que o

PIB estimado é de U\$\$ 5.573.796.668,02<sup>26</sup> de dólares, um valor aproximado seria entre U\$\$ 115.000.000,00 e 290.000.000,00 milhões de dólares.

Verifica-se portanto que o custo do crime é alto e conseqüentemente lucrativo para quem faz dele seu meio de vida. Contudo se pensássemos de forma preventiva, atuando principalmente junto aos jovens e crianças, o investimento ao longo do tempo geraria economia de recursos e, portanto, lucros incalculáveis à sociedade, não só econômicos, mas em forma de paz social e segurança.

---

<sup>26</sup> <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/economiacuritiba>.

## 2.7. A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.

### 2.7.1 Breve Histórico.

A Polícia Militar do Paraná foi criada em 10 de Agosto de 1854, como Companhia da Força Policial, pelo presidente da nova Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos que nomeou o Capitão de 1ª Linha do Exército Imperial, Joaquim José Moreira Mendonça, seu primeiro Comandante Geral, para organizar a Corporação, composta por 67 homens, sendo 03 oficiais e 64 praças.

Seu contexto histórico, em nosso Estado, iniciou com a emancipação do Estado do Paraná, em 1853, quando houve a necessidade de uma força policial para assegurar a Segurança Pública. O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos designado por D. Pedro II, em sua primeira medida em relação à Segurança Pública através da Lei nº. 07, de 10 de agosto de 1854, criou a Companhia da Força Policial da Província do Paraná, que foi a primeira organização policial do Estado, de fato e de direito. A história da milícia paranaense é marcada por honrosas participações em episódios que marcaram a vida nacional, combatendo na Guerra do Paraguai em 1865, Revolução Federalista em 1893 e na Guerra do Contestado em 1913, entre outras.

A Corporação cresceu junto com o Paraná, adaptou-se aos nossos dias evoluindo com a sociedade. Hoje, está voltada aos anseios da comunidade, integrando-se a ela através do policiamento comunitário, garantindo a paz e a proteção de vidas e bens de toda comunidade paranaense, sempre presente nos 399 municípios do nosso Estado, atuando ostensiva e preventivamente, nas cidades, nas matas e estradas.

Sendo organizada militarmente, está alicerçada na hierarquia e disciplina. Com 153 anos de existência, à serviço de toda comunidade paranaense, hoje com aproximadamente 10 milhões de habitantes. Constitui-se na verdade como uma empresa prestadora de serviços comunitários, tendo representantes nos 399 municípios do Estado do Paraná, e é o único serviço público presente em todo os locais do Estado, que pode ser acionado com um simples aceno de mão, sendo o serviço público estadual de mais fácil acesso prestado à comunidade.

## 2.7.2 A estruturação da Polícia Militar

A Corporação faz parte do Poder Executivo, diretamente subordinada ao Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e em situações de grande convulsão nacional ou em caso de guerra passa a ser subordinada ao Exército Nacional, como força auxiliar.

Atualmente conta com aproximadamente 17.222 mil funcionários militares estaduais<sup>27</sup>, distribuídos em Administração Geral e três grandes Comandos de Área, os quais são distribuídos em: (CPC), Comando do Policiamento da Capital, (CPI) Comando do Policiamento do Interior e (CCB). Comando do Corpo de Bombeiros

A Administração Geral é a responsável por organizar, programar e gerir recursos para os demais comandos realizarem as atividades fins de Segurança Pública, sendo compreendida em Comando Geral, Estado Maior e Diretorias.

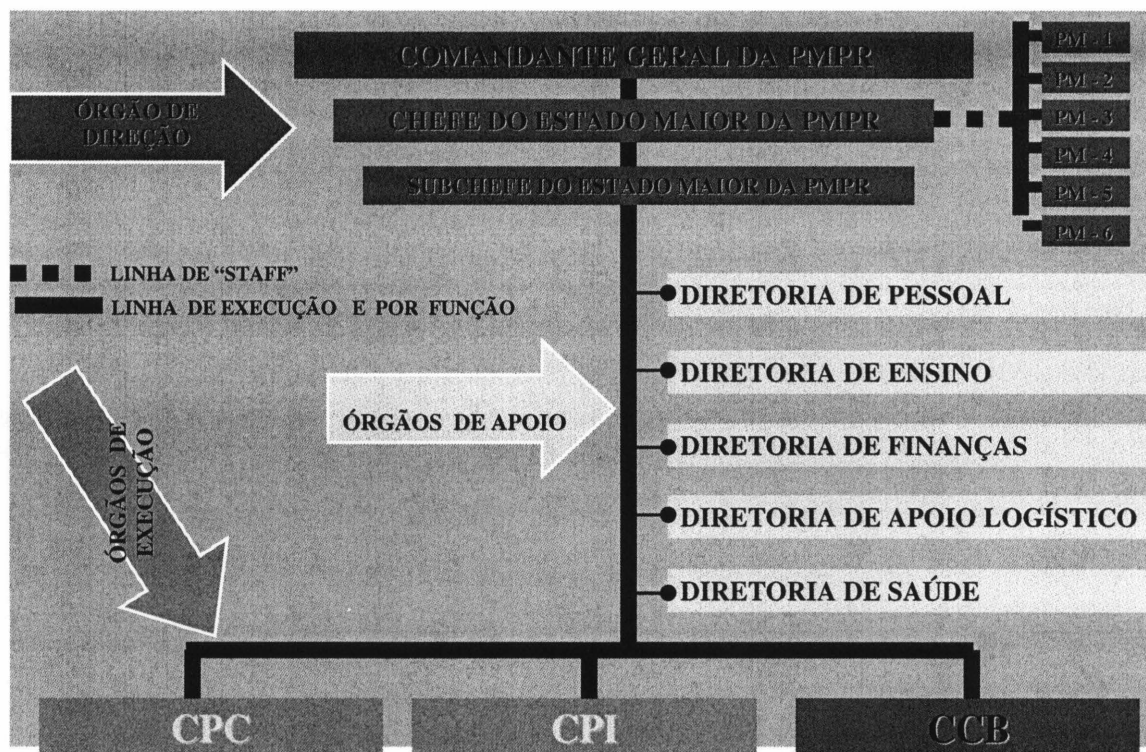
Os grandes comandos são os responsáveis por desenvolver as atividades de policiamento ostensivo de preservação da ordem e restabelecimento dela, quando houver rompimento, também a repressão imediata de ilícitos; sendo competência do CCB: a preservação o combate a incêndios florestais, no atendimento a acidentes com produtos perigosos, atividade de busca e salvamento, atuação na defesa civil e SIATE.<sup>28</sup> Desenvolvidos através de um organograma funcional, hierarquicamente organizado e que possuem áreas de competência, bem como atribuições específicas.

---

<sup>27</sup> Fonte 1ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar.

<sup>28</sup> Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência.

FIGURA 1 – ESTRUTURA DA PMPR



FONTE: 1ª Seção do EM/PMPR (2008)

### 2.7.3. Da missão da PMPR

A PMPR tem como missão o disposto no § 5º Art.144 da Constituição Federal que diz o seguinte “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução das atividades de defesa civil”..

A corporação tem sua missão geral, particular e eventual prevista na diretriz nº 004/2000 da 3ª seção do Estado Maior da PMPR, como pode verificar-se abaixo:

#### Missão Geral

*Exercer no Estado do Paraná, dentro das respectivas regiões de responsabilidade territorial, inerente a cada Comando Intermediário, o exercício de Polícia Ostensiva de Preservação da Ordem Pública e atividades de Bombeiro, de acordo com os preceitos constitucionais, cabendo-lhes, portanto, planejar, organizar, dirigir e controlar o emprego de suas unidades subordinadas.*

*c. Missão Particular*

- 1) Executar as atividades de socorrimento público inerentes à PMPR como integrante do sistema estadual de defesa civil, através de medidas preventivas, de socorro, de assistência e recuperativas;*
- 2) Executar ações/operações policiais militares, preventivas ou repressivas imediatas visando o combate sistemático ao crime organizado em todo o Estado;*
- 3) Planejar e executar ações/operações preventivas e/ou restauração, nos casos de saques, depredações, greves, distúrbios civis, rebeliões, motins, desobediência coletiva, terrorismo ou outro ilícito que cause a ruptura da ordem pública;*
- 4) Executar escolta de presos dos presídios e estabelecimentos penais, mediante requisição de autoridades do Poder Judiciário, consoante o efetivo disponível, por intermédio da autoridade policial militar competente;*
- 5) Executar ações/operações de polícia ostensiva e de bombeiro, visando a proteção, a preservação e a melhoria do meio ambiente no Estado;*
- 6) Executar ações/operações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública visando a prevenção e repressão ao tráfico e ao uso de drogas;*
- 7) Executar as ações/operações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública com a finalidade de prevenir e reprimir a prática de atos de extorsão mediante seqüestro em todo o Estado do Paraná;*
- 8) Desenvolver ações/operações, diligenciando nos limites de sua competência e capacidade operativa, quando em procura ou busca ao infrator;*
- 9) Desenvolver ações/operações preventivas e/ou repressivas em todo o Estado, com prioridade para os pontos estratégicos localizados nas áreas de divisa com outros Estados da Federação, além de outros pontos também considerados, visando ao combate sistemático das infrações penais;*
- 10) Executar o policiamento velado dentro dos parâmetros estabelecidos na presente Diretriz;*
- 11) Realizar investigações criminais previstas na legislação militar ou por delegação ou solicitação de órgãos federais/estaduais;*
- 12) Realizar operações de prevenção, combate a incêndio, busca e salvamento, dentro de todo o território paranaense;*
- 13) Realizar ações e operações de preservação da ordem pública até a capacidade de atuação do Governo Estadual, antecedendo ao emprego das Forças Armadas, em caso de grave comprometimento da ordem pública;*
- 14) Em ações de defesa integrada e territorial, estando a Corporação sob o controle operacional do Comando Militar da Área, realizar operações de choque, restauração e do tipo polícia;*
- 15) Realizar ações/operações de trânsito urbano e rodoviário nas formas preventiva/educativa e repressiva, no controle e fiscalização de acordo com a legislação em vigor, dentro de sua competência e mediante delegação através de convênios.*
- 16) Apoiar, mediante solicitação ou convênio, os demais órgãos públicos, a fim de garantir-lhes o poder de polícia inerentes;*
- 17) Executar ações/operações de polícia ostensiva que visem prevenir e/ou reprimir o furto/roubo de veículo e cargas em todo o Estado, atuando especialmente junto aos estabelecimentos de recuperação e/ou desmanche de veículos e/ou comércio de peças usadas;*
- 18) Planejar e executar as atividades de responsabilidade da Polícia Militar, em parceria com a comunidade, visando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.*
- 19) Realizar em suas áreas de competência, nos crimes de menor potencial ofensivo, o Termo Circunstanciado, regido pela Lei 9.099/95 e 10.259/01.*

*d. Missão Eventual*

- 1) *Realizar operações de contraguerrilha urbana e rural;*
- 2) *Realizar operações anti-terrorismo;*
- 3) *Realizar operações contra sabotagem.*
- 4) *Realizar operações cívico comunitárias;*
- 5) *Realizar reintegração de posse;*
- 6) *Defesa de pontos sensíveis e instalações vitais; e*
- 7) *Atender a convocação das Forças Armadas(PARANÁ, 2000)*

#### 2.7.4 A Base Legal da PMPR

O embasamento legal de existência da Polícia Militar do Paraná, encontra-se inserido nas Constituições Federal e Estadual e em leis ordinárias que dão fundamento ao emprego da Corporação. Na Constituição Federal encontra-se o seguinte dispositivo:

*[...] Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*

*I - polícia federal;*

*II - polícia rodoviária federal;*

*III - polícia ferroviária federal;*

*IV - polícias civis;*

*V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.[...]*

*[...]§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.*

*§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.[...](BRASIL,1988)*

Em nível Estadual a previsão de emprego encontra-se inserida no Art.42 da Constituição do Estado do Paraná, o qual também traz as missões que a Polícia Militar deverá realizar:

[...]Art. 46. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica.

Inciso acrescentado pela Emenda Constitucional nº 10/2001.

Parágrafo único: O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

Parágrafo acrescentado pela Emenda Constitucional nº 10/2001.[...]

[...] **Art. 48.** À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.[...] (PARANÁ, 1999).

Também a missão e o emprego da Polícia Militar ainda em nível federal, tem sua previsão no decreto lei 667 de 02 de Julho de 1969, como observamos abaixo:

[...] Art 1º As Polícias Militares consideradas forças auxiliares, reserva do Exército, serão organizadas na conformidade deste Decreto-lei.

Parágrafo único. O Ministério do Exército exerce o controle e a coordenação das Polícias Militares, sucessivamente através dos seguintes órgãos, conforme se dispuser em regulamento:

a) Estado-Maior do Exército em todo o território nacional;

b) Exércitos e Comandos Militares de Áreas nas respectivas jurisdições;

c) Regiões Militares nos territórios regionais. [...]

[...]Definição e competência

Art. 3º - Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições: (Redação dada pelo Del nº 2010, de 12.1.1983)

a) executar com exclusividade, ressalvas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 12.1.1983)

b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 12.1.1983)

c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 12.1.1983)



*d) atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo Federal em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Interna e da Defesa Territorial; (Redação dada pelo Del nº 2010, de 12.1.1983)*

*e) além dos casos previstos na letra anterior, a Polícia Militar poderá ser convocada, em seu conjunto, a fim de assegurar à Corporação o nível necessário de adestramento e disciplina ou ainda para garantir o cumprimento das disposições deste Decreto-lei, na forma que dispuser o regulamento específico. (Incluída pelo Del nº 2010, de 12.1.1983)*

*Art. 4º - As Polícias Militares, integradas nas atividades de segurança pública dos Estados e Territórios e do Distrito Federal, para fins de emprego nas ações de manutenção da Ordem Pública, ficam sujeitas à vinculação, orientação, planejamento e controle operacional do órgão responsável pela Segurança Pública, sem prejuízo da subordinação administrativa ao respectivo Governador. (Redação dada pelo Del nº 2010, de 12.1.1983)[...](BRASIL, 1969).*

Ainda dá embasamento à atuação da Polícia Militar do Paraná o decreto nº 88.777, de 30 de Setembro de 1983, que aprova o R-200, que traz em seu texto principalmente a competência, conceituação, estrutura, organização das Polícias Militares.

#### 2.7.5 As mudanças no Sistema de Policiamento

Para a execução do policiamento ostensivo geral, em Curitiba e região, o Comando de Policiamento da Capital está articulado da seguinte forma: três Unidades Operacionais de Policiamento Especializado, O Batalhão de Polícia de Guarda, Companhia Independente de Polícia Guarda e Batalhão de Polícia de Trânsito e quatro Batalhões de policiamento de área, 12º Batalhão de Polícia Militar, 13º Batalhão de Polícia Militar, 20º Batalhão de Polícia Militar, e 17º Batalhão de Polícia Militar.

O esforço das Unidades Operacionais de Policiamento de Área é suplementado, por mais duas unidades especializadas: o Regimento de Polícia Montada e a Companhia de Polícia de Choque, que cobre locais de riscos não ocupados, satura locais críticos e reprime crimes violentos de grande repercussão, tais como roubos com arma, extorsão mediante seqüestro, tráfico de drogas, dentre outros.

Em razão da necessidade de mudanças e de adoção de novos modelos profissionais de atuação policial, desde o início da década de 1980, a Polícia Militar do Paraná, vem realizando experiências em seus procedimentos.

Assim a década de 80 foi marcada pela criação do SMPU (Sistema Modular de Policiamento Urbano), que consistia na construção de um posto policial, baseados no modelo de policiamento japonês, os chamados *koban*, que atendia alguns bairros na região do posto, que tinha segundo Souza (1996, p. 52), a seguinte estrutura e funcionamento: o total do efetivo é de 34 (trinta e quatro) homens, sendo um 2º tenente, um 2º sargento, cinco 3º sargentos, seis cabos e vinte e um soldados.

Na verdade, mesmo sem se falar em policiamento comunitário na época, era o início da idéia, pois era um policiamento que fazia a combinação de dois patrulheiros que compunham uma viatura e mais dois patrulheiros que faziam o patrulhamento a pé, devidamente armados e equipados e com comunicação com a base modular e com a viatura.

O que se pretendia era um avanço em termos de Segurança Pública. Mas não se sustentou por muito anos, vindo o SMPU (Sistema Modular de Policiamento Urbano), a ser definitivamente desativado no início da década de 1990, por problemas em sua política de condução e falhas no sistema de implantação, conforme verifica-se abaixo:

***Falhas na implantação do sistema modular*** – Na prática, o Sistema Modular comprovou ser no início de fato, um sistema moderno, bem estruturado e eficaz, no policiamento ostensivo urbano. Teve a quase totalidade das suas vantagens doutrinárias comprovadas, quer quanto a eficácia, quer quanto a aceitação pública. Apenas alguns aspectos, como falta de patrulhamento na área de cobertura dos módulos, a morosidade no atendimento, detectada pelas pesquisas de opinião pública e analisadas no capítulo anterior; no aspecto gerenciamento, a falta de efetivo, material e equipamento do sistema, bem como a escassez de recursos financeiros. Estes problemas de gerenciamento foram causados principalmente pela ingerência política, pois na medida em que os postos eram inaugurados, outros não constantes do projeto original foram construídos aleatoriamente, principalmente durante períodos eleitorais, e muitas vezes com recursos da própria comunidade e auxiliados por empresários locais. Com a disseminação dos postos, a Corporação não acompanhou a demanda em razão das dificuldades de orçamento para a manutenção física dos imóveis e disponibilidade de pessoal.

Em conseqüência, os postos foram dotados de reduzido efetivo para um grande número de postos fixos, ocasionando imobilização considerável de policiais militares como atendentes de populares circunvizinhos e na

*vigilância das instalações e equipamentos contra os furtos ou depredações a que ficaram sujeitos aqueles imóveis.*

*Apesar desses senões, o Sistema Modular mostrou trazer em seu bojo um melhor aproveitamento por área de atuação com relação ao Sistema de Policiamento tradicional, empregado anteriormente pela Polícia Militar do Paraná. (MATIKE, 1995, p. 118)*

O projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante) foi outra inovação na época. Implantado em outubro de 1993, funcionava naquela época da seguinte forma: era dotado de uma Estação de Policiamento Móvel – POVO – composta de uma viatura tipo furgão (Kombi, Besta, FurgLaine, entre outros), duas motocicletas, uma Guarnição de quatro Policiais Militares, telefone celular e rádio. Tal estação é designada para atendimento a um bairro onde, não necessariamente existia um módulo.

Era dotado de mobilidade relativa dentro de áreas especificadas pelo pré-planejamento, obrigava, graças à relativa mobilidade, a alocação de policiais militares que residiam próximos e que fossem conhecidos na área onde iriam atuar, reduzindo, dispêndios com uma excessiva fiscalização de parte da Polícia Militar que passava, a ser, em muito, auxiliada pela população dos bairros onde o policiamento estava atuando.

Era também uma idéia avançada, agora já trabalhando com conceitos de Polícia Comunitária, visitando a população, distribuindo cartões com o telefone e fotos dos policiais militares da área e número do celular que pertencia a respectiva viatura que servia a localidade, porém por problemas parecidos como do SMPU, este projeto também naufragou, conforme observamos no texto abaixo:

*As mesmas colocações são aplicáveis ao projeto POVO. Não obstante ter sido implementado sob os auspícios da filosofia de Polícia Comunitária, inclusive com muito maior ênfase, através da distribuição nas comunidades (bairros) atendidas, de folders com a foto dos policiais-militares que iriam trabalhar na área, juntamente com o número do telefone celular que possibilitava o acionamento direto da guarnição, o maior problema enfrentado foi a falta de qualificação e comprometimento dos PM integrantes do projeto – sem conscientização sobre a filosofia, nenhum profissional consegue desenvolver o policiamento comunitário.*

*Tanto no SMPU como no Projeto POVO, pela predominância da atuação PM no “modelo tradicional de polícia”, as guarnições continuaram a desenvolver suas atividades de radiopatrulhamento, sem qualquer tipo de aproximação comunitária.*

*Nesses termos, é que a radiopatrulha consolidou-se e permanece, até os dias atuais, com o principal sistema de policiamento ostensivo geral, na Capital do Estado do Paraná.(TORTATO, 2001, p.94)*

Já no governo Lerner no período de (1995 a 2002), num momento pré-eleitoral no final do de 1998, em que coincidentemente Curitiba vivia uma onda de assaltos a banco; por determinação governamental implantou-se em Curitiba um sistema de postos de comunicação direta com o COPOM denominados "TOTEM", que consistia numa estrutura de concreto, com um interfone que acionado permitiria ao usuário falar diretamente com o atendente do serviço 190.

Ainda complementarmente ao TOTEM ficava um Policial Militar e uma viatura, que quando se ausentasse para atender alguma ocorrência, o usuário solicitava apoio pelo sistema de interfone existente. A instalação do TOTEM foi uma concepção equivocada de policiamento, pois a própria população não aprovava o posicionamento do policial fixo em um determinado local, como observa-se no texto abaixo.

*Sobre Totem, a maioria da população desconhecia o serviço, e aqueles que o conheciam discordam da sua localização, mesmo percebendo que a viatura com o policial inspira confiança, acham que ele deverá sempre estar patrulhando nos arredores.*

*Sobre a permanência dos mesmos Policiais em um totem, a população considera uma atitude errônea, pelo fato de que estes acabam se familiarizando com algumas pessoas ou situações, facilitando assim a marginalização do Policial Militar.*

*No final da pesquisa, a população acredita que a melhor maneira da PM manter um policiamento é através da RPAs e com um policiamento a pé, com este último, aumentando o contato do Policial com o cliente, fortalecendo a relação e a confiança entre ambos.(BONDARUK e SOUZA, 2004, p. 41)*

Em 2003, com o novo mandato do governador REQUIÃO, foi reeditada uma nova versão do projeto POVO, agora efetivamente com base no policiamento comunitário, que tem como ideal uma viatura com dois policiais em cada bairro, apoiados com duplas de motocicletas, sendo atualmente o sistema de policiamento aplicado pela Polícia Militar do Paraná em Curitiba.

A Polícia Militar do Paraná que tem ao longo de sua existência, estado sempre presente na história do Estado, pela bravura e coragem de seus integrantes

que derramaram o próprio sangue pela ordem, pelo Paraná e pela Pátria. Tenta também, através das diversas experiências acima apresentadas, acompanhar a evolução tecnológica e a evolução da criminalidade, procurando sempre bem atender aos anseios da população do Paraná, razão maior da existência da Corporação, através da atuação preventiva tentando evitar o acontecimento do delito ou reprimindo-o após sua ocorrência.

## 2.8. DESMILITARIZAÇÃO DAS POLICIAIS MILITARES

### 2.8.1. Desmilitarização

A característica militar das Policiais Militares, que foi durante a Constituinte de 1988 mantida com muito esforço de convencimento aos então constituintes, vem sendo até os dias de hoje objeto de discussão no sentido da desmilitarização das Polícias Militares em todo o Brasil, que contam hoje com um efetivo de aproximadamente 400.000 homens.

Após a Constituinte várias foram as propostas de emenda constitucional tentando desmilitarizar as Polícias Militares do Brasil, muitas delas deixando um explícito revanchismo, pois elaboradas por ex-perseguidos políticos; ficando evidente o ressentimento contra a instituição, esquecendo seus mentores que o momento político social no Brasil é outro; e não é a característica militar das Policiais que gera a crise na Segurança Pública, como defendem alguns, e talvez esta característica seja a que ainda dê sustentabilidade à Segurança Pública Nacional.

Uma das propostas e a mais difundida delas, principalmente pela PEC 21 de 2005, seria a da unificação institucional que pressupõe reunir as duas polícias estaduais existentes, civil e militar, em uma única instituição em cada Estado brasileiro. Elas deixariam de existir como instituições autônomas e independentes e seriam reunidas em uma única polícia estadual, responsável pelo ciclo completo de Polícia.<sup>29</sup>

A unificação pode se dar com ou sem a desmilitarização. Na primeira hipótese, teríamos o inverso: a hegemonia da Polícia Civil, na medida em que a Polícia Militar perderia o seu caráter de militar e teria que se adaptar ao ordenamento da Polícia Civil; com a criação da Polícia Única Civil. Na segunda hipótese, o processo de unificação teria a hegemonia da Polícia Militar, que não perderia essa sua característica distintiva, de tal modo que a Polícia Civil teria de adaptar às estruturas já existentes, com a criação da Polícia Única Militar.

Outras idéias caminham no mesmo sentido, uma delas é a integração institucional, que implica a incorporação de determinadas rotinas, procedimentos e

---

<sup>29</sup> *Ciclo completo de Polícia, situação em que o policial inicia e conclui a ocorrência, desde primeiro atendimento ao fim da investigação.*

estruturas de ambas as polícias, civil e militar, que podem ser compartilhadas. Por ela, cada polícia mantém a sua independência, a sua autonomia e a sua identidade, não havendo a constituição de uma única polícia. Em termos práticos, a integração de estruturas que podem ser compartilhadas por ambas as polícias induz, a médio e longo prazo, a unificação. A integração institucional também pode ser com ou sem a desmilitarização.

Com a desmilitarização, a integração institucional tende à unificação, na medida em que teremos duas instituições de mesma natureza, ou seja, civis, uma ostensiva e outra investigativa. Sem a desmilitarização, a integração tende a manter a atual dualidade, mesmo que em condições funcionais mais aprimoradas e vantajosas do que as atuais, entre ambas as polícias, pois uma delas, a militar, manteria a sua natureza organizativa e institucional que a distingue da Polícia Civil, situação que percebe-se vem paulatinamente acontecendo.

Outra possibilidade seria a unificação via integração progressiva, a qual constitui uma modalidade de reestruturação das organizações policiais que se situa entre a integração e a unificação institucionais. Nela, parte-se da integração entre ambas as polícias, de suas estruturas, rotinas e procedimentos comuns para, de uma forma paulatina, atingir-se a unificação organizacional e institucional completa em uma única instituição. Ela também pode acontecer com ou sem desmilitarização.

Uma outra possibilidade ainda discutida seria a complementação do ciclo sem unificação, que implica a extensão do ciclo completo da atividade policial para uma das polícias ou para ambas. No primeiro caso, ter-se-ia uma complementação unilateral do ciclo completo da atividade policial. No segundo, ocorreria uma complementação bilateral do ciclo completo da atividade policial, com uma dualidade institucional em que ambas as organizações policiais exerceriam o ciclo completo, com as funções investigativas e ostensivas.

Pelo que se pode verificar há uma forte tendência pela corrente que quer desmilitarizar a Polícia Militar, tentando desconstitucionalizar o tema, transferindo aos Estados a competência para organizar as suas Polícias. Ao mesmo tempo, estabelecer-se-ia uma atribuição maior para o município na organização de sua guarda municipal, condicionando a criação da guarda a um determinado número de habitantes, a partir do qual ela poderia ser criada, bem como ampliando suas

competências, de tal modo que possam exercer, de forma complementar, as atribuições das Polícias civil e militar.

Tentar imputar ao modelo policial brasileiro a falência da Segurança Pública no Brasil é uma resposta muito simplista, porque a Polícia trabalhando com as conseqüências, de falhas anteriores no sistema da organização social e do Estado, como a desestruturação familiar, a miséria, principalmente nas grandes cidades, a falta de oportunidade profissional, a má qualidade da educação pública, e crise de valores morais que vive o país, não pode dar resposta a todos os acontecimentos que se verificam diariamente, em especial nos grandes centros.

Fica evidente que uma reorganização das polícias é de vital importância para o enfrentamento da violência e da insegurança pública, mais que uma reforma gerencial dos métodos de atuação e de organização das Polícias. Seria importante criar condições mais adequadas de trabalho e de valorização humana do profissional de Segurança Pública, adequando melhor a atuação da Polícia aos dias de hoje, bem como uma aplicação mais rápida de penas que realmente impute a pena a quem cometa o delito, acabando de vez com a sensação de impunidade que existe no país.

O que não se pode é, nessa cantilena de desmilitarização das Polícias, esquecer a situação crítica que vive o país em termos de Segurança Pública e que sendo uma área extremamente sensível não pode se sujeitar a experiências. O texto a seguir nos traz a idéia da importância do caráter militar e do pensamento da comunidade:

*Verifica-se que, muito do que existe de pensamento em relação à atividade policial, e particularmente da atividade policial militar, está baseado em conceitos equivocados de grande parte da sociedade. Muitos vivem a acusar o comportamento das polícias militares, atualmente, como resquícios da ditadura militar, sem no entanto ter vivido naquela época, e, menos ainda, sem entender os fundamentos doutrinários que regem a vida militar. Quero dizer com isto que na realidade as distorções não ocorreram, e não ocorrem, em função do caráter militar que pode existir em determinadas atividades humanas; mas, justamente, pela ausência deste caráter e, conseqüentemente, de seus valores.(COSTA, 2003, p.3)*



### 2.8.2. Das conseqüências da desmilitarização

A retirada da característica militar da Polícia trará conseqüentemente várias desvantagens com relação ao modelo hoje existente. Procuramos abaixo descrever alguns deles com maior ou menor gravidade à Segurança Pública e também, por extensão, à própria Segurança Nacional.

Com o fim do Servidor Militar Estadual, as instituições que sobrevierem terão conseqüentemente o afrouxamento da hierarquia e principalmente da disciplina; tais condições são imprescindíveis, pois embora possa-se dizer que na iniciativa privada a disciplina e hierarquia são até em alguns casos mais ferrenhas que na vida militar, no trato da coisa pública sabemos que não funciona dessa maneira, isto pelos exemplos de outras instituições, e ainda, pelo fato de que no emprego de policiamento ostensivo sempre estão envolvidos milhares de homens armados, que necessariamente precisam estar sujeitos a um forte controle de uma autoridade, que possa comandar, coordenar e limitar suas atividades, enfim, fazendo com que a disciplina e a hierarquia sejam exercidas com efetividade para trazer a integração a um sistema maior, como podemos denotar do texto abaixo:

*A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes "invenções" técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder, que traz consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema "integrado", ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo de onde ele é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede relações de altos a baixo, mais também até certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede sustenta o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder e que se apóiam uns sobre os outros; fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. (FOUCAULT, 2001, p. 148)*

O afrouxamento ou a falta de disciplina em uma instituição que fosse não militar levaria conseqüentemente a um outro grave problema, a obrigatoriedade da dedicação integral ao serviço, o que na prática, já não ocorre nos dias de hoje, o servidor militar sabe desse impedimento legal e que o não-cumprimento desse dispositivo pode trazer a ele penalidades administrativas.

Ainda como conseqüência da desmilitarização teríamos uma possível sindicalização, com um sindicato forte, pois só no Paraná poderia ter de 17.222 mil

homens armados<sup>30</sup>, o que poderia trazer dificuldades para a Segurança Pública em caso de greve<sup>31</sup>, situação que é terminantemente proibida no modelo atual.

Outro problema seria a impossibilidade da convocação geral do efetivo, principalmente em situações emergenciais, pois não sendo militares não teriam como obrigação a dedicação integral ao serviço, nem o dever legal de permanecer à disposição do Estado, ainda para servidores não militares há um regime normal de trabalho, com carga horária definida, o que não valeria para militares em caso de grave convulsão estadual ou nacional.

Um dos aspectos negativos e que mais chama a atenção com relação desmilitarização é o enfraquecimento do Sistema de Defesa Nacional, pois desmilitarizando os 400 mil homens, que é, o efetivo das Policiais Militares aproximadamente em todo o Brasil, o Sistema de Defesa composto por militares se reduziria aos aproximadamente 150 mil homens das Forças Armadas.

Evidentemente há muitos interessados na desmilitarização, primeiramente quem se beneficiaria dessa possibilidade seria o crime de forma geral e o crime organizado particularmente; num segundo momento as empresas que vendem Segurança Privada, que ganham fortunas vendendo Segurança, porém, só a quem pode pagar pelo serviço; e muito provavelmente potências internacionais que mantêm seus olhares vigilantes sobre as nossas riquezas naturais como, por exemplo, os minérios e os grandes recursos hídricos.

A respeito da desmilitarização das Polícias Militares há muitos tratados importantes, dos quais pode se observar abaixo o trecho da obra “Estudos de Direito Administrativo”.

*[...]a desmilitarização da polícia ostensiva implicaria em graves prejuízos à estrutura do policiamento preventivo propiciando, diante da conhecida realidade brasileira – ou realidades, porque o Brasil é um país de muitas realidades - , o aumento da violência e da corrupção – já difícil de controlar da formação militar - , na esteira do afrouxamento da hierarquia e disciplina que inexoravelmente se seguiria. Esse quadro, outrossim comprometeria gravemente o Sistema de Defesa do País, contra eventual inimigo externo. Vimos anteriormente que as Polícias Militares, com cerca de quatrocentos mil homens, constituem, na ativa, a reserva do Exército, mobilizável de imediato para formar a primeira linha de defesa. Pois, embora preparadas prioritariamente como “força operativa-policial”, sua estrutura e adestramento permitem a atuação na defesa territorial.*

<sup>30</sup> Fonte: 1ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar.

<sup>31</sup> A greve e sindicalização é proibida pelo Art. 142 §3º da Constituição Federal.

*É importante destacar que o pessoal profissional das Forças Armadas é mínimo para defender o Brasil de dimensões continentais e imensas reservas, a exemplo da Amazônia. Sobre o qual voltam-se os olhos das grandes potências, desta feita de forma clara e aberta. Iludem – se aqueles que entendem que a guerra é algo distante ou impossível de ocorrer no território brasileiro. Os confrontos armados, em que pese os horrores, representam instrumentos de política internacional, como bem asseverou Clausewitz ao escrever, no século passado, o clássico Da Guerra, com ensinamentos que a realidade mostra serem atuais.*

*A hipótese de desmilitarização das Polícias Militares e dos Corpos de bombeiros Militares, além de outros inconvenientes, teria que contemplar a recomposição e aparatos de defesa da Nação, exigindo recursos financeiros elevados.*

*Isso não está a indicar que o Brasil mantém um modelo exótico de polícia com as suas Polícias Militares. Os militares de polícia - observa-se que é militar de polícia e não polícia de militar – como foi explicado, são encontrados em países da Europa e de outros continentes, cuidando da ordem pública e integrados nos respectivos sistema de defesa nacional, tudo em perfeita harmonia. Em todos esses países democráticos e indiscutivelmente evoluídos como sociedade, funciona bem o sistema de segurança pública, com índices de contenção criminosa considerados satisfatórios.(LAZZARINI, 1999, p.113)*

### 2.8.3.O Sistema Policial no Mundo

Como já foi dito, o militar de polícia está a serviço da sociedade civil e a atividade militar no policiamento se confunde nos mais remotos tempos da história humana, pois o ato de policiar traz implícito em si o uso da força e a coerção de uma atividade danosa à coletividade.

Observando os países europeus vê-se, por exemplo a Itália, os conhecidos Carabinieri, a principal Polícia daquele país, que se constitui numa organização eminentemente militar e que faz o Policiamento Administrativo; e também atua como Polícia Judiciária; ou na França, a Gendarmerie, organização militar subordinada ao Ministério do Exército, com funções de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa; também a Guarda Civil na Espanha que, apesar do nome, é de caráter estritamente militar, tendo como posto máximo a patente de General, fazendo parte dos chamados ministérios militares.

Na Ásia, o Japão, onde a Polícia não é militar mas tem um regime disciplinar aparentemente mais rigoroso que as nossas Polícias Militares. Na América do Sul o Chile têm os Carabineiros, tropa do governo central e altamente militarizada; nos Estados Unidos, embora não militares, as polícias em sua maioria são forças páramilitares.

Criticam muito as Polícias Militares e sua forma de atuação, bem como em razão disso atribuem o fracasso das Políticas de Segurança Pública ao fato da Polícia ser militar e que, se unificassem as forças desmilitarizando a Corporação Policial Militar, num passe de mágica os problemas se resolveriam. Nosso entendimento é que o que sustenta a Segurança Pública em nosso país é essa característica militar da Polícia, porque os desvios de conduta cometidos pelos integrantes da Corporação podem, com base nos ditames militares da hierarquia e disciplina, na ampla defesa e contraditório, pelos superiores de quem cometeu a irregularidade celeremente punidos, o que é um instrumento ainda muito eficaz num país carente de bons exemplos, quando falamos em ética e moralidade no serviço público.

## 2.9. A POLÍCIA COMUNITÁRIA, COMO BASE PARA UMA NOVA VISÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

### 2.9.1. A Origem do Policiamento Comunitári

Segundo Skolnick e Bayley (2002, p. 57), o policiamento comunitário teve seu início a partir da idéia de que a polícia poderia responder de modo sensível e apropriado aos cidadãos; Arthur Woods, que foi comissário de Polícia da cidade de Nova York de 1914 a 1919, talvez tenha sido o primeiro americano a propor uma versão comunitária do policiamento

Contudo a Polícia de Nova York, nasceu sob inspiração da Polícia Inglesa, portanto seguidora dos princípios de Robert Peel; verifica-se então ter a filosofia de Polícia Comunitária se inspirado nele, sendo este sim o precursor de idéias do policiamento comunitário, pois se não vejamos um dos princípios deixados por ele:

*A polícia em todos os momentos deve manter um relacionamento com o público que dê realidade à tradição histórica de que a polícia é povo e o povo é a polícia; a polícia é somente os membros do povo que são pagos para dar atenção todo o tempo aos deveres de que são encarregados cada cidadão, nos interesses do bem estar da comunidade e do próprio ser. (BONDARUK e SOUZA, 2002, P.12)*

### 2.9.2. Polícia Comunitária

Para falar sobre Polícia Comunitária é interessante entender que Polícia Comunitária, conceitualmente é diferente de Policiamento Comunitário. Para entendermos melhor nos socorremos na obra POLÍCIA COMUNITÁRIA POLÍCIA CIDADÃ PARA UM POVO CIDADÃO, que nos traz os seguintes conceitos:

*Atividade de Polícia Comunitária é um conceito mais amplo que abrange todas as atividades voltadas para as soluções dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgãos governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, freqüentemente chamadas de os "seis grandes". São eles a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, comunidade de negócios, outras instituições e a mídia (BONDARUK e SOUZA, 2004, p. 48).*

Na mesma obra os autores trazem também o conceito de Policiamento Comunitário.

*Já o policiamento comunitário é uma atividade específica de polícia, compreendendo todas as ações policiais decorrentes desta estratégia. Deste conceito decorrem os princípios do policiamento comunitário descritos, a seguir. (BONDARUK e SOUZA, 2004, p.49).*

A partir do ano 2000 a idéia de Polícia Comunitária começou a ganhar força no âmbito da Polícia Militar; hoje o direcionamento filosófico de Polícia Militar no Paraná e no Brasil é voltado para esse tipo de policiamento, integrado junto à comunidade, no entanto muito há que se fazer nesse campo, pois a Polícia Militar precisa ganhar o respeito e a confiança da população, que vê com descrença a atuação da Corporação.

Em parte essa desconstrução de imagem deve-se à atuação da mídia falada, televisiva e escrita do jornalismo irresponsável praticado no Brasil, que tem por objetivo maior o sensacionalismo alarmante e aterrorizante, para com isso poder aumentar a venda de seus periódicos ao invés de informar a população com a verdade dos fatos, sem criar o terrorismo, em especial nas grandes cidades, pois o fazer jornais com competência exige muito trabalho. O que se critica não é a denúncia da violência, mas o culto ao noticiário violento em detrimento de uma análise mais séria e profunda<sup>32</sup>.

Portanto uma avaliação melhor da Corporação passa necessariamente por uma aproximação com a população a que se serve, pois observa-se na literatura que todos os países democráticos e principalmente os mais desenvolvidos, seguem pelo caminho da Polícia Comunitária.

### 2.9.3. A Polícia Moderna

Segundo o autor Marcos Rolim, em seu livro “A Síndrome da Rainha Vermelha” a polícia brasileira, tal como Alice no País das Maravilhas, corre, corre sem sair do lugar; vendo a situação da Segurança Pública hoje, pode-se concordar em parte com o autor, mas a polícia, em especial a militar, faz um trabalho hercúleo, que se não tem grandes resultados, com certeza estaria a Segurança Pública em nível muito mais caótico, sem a existência desse trabalho policial, que evidentemente poderia ser melhorado se a polícia retomassem suas raízes, ou seja, a integração com a comunidade.

---

<sup>32</sup> *Mídia e Violência, Gazeta do Povo, 12 de Março de 2007.*

Os três recursos trazidos pela tecnologia: o veículo de patrulha, o telefone e o rádio, desconstituem a identidade que existia entre a população e a força policial mudando radicalmente o perfil do policiamento moderno.

O que mudou na verdade foi a relação da Polícia com a comunidade, pois antes do advento do automóvel, essa relação era muito mais próxima, embora tenhamos que ressaltar que as populações e as cidades eram muito pequenas em relação aos dias atuais, e após o automóvel, rádio e telefone, a relação com a comunidade foi se desvinculando paulatinamente.

O uso de automóveis com rádios, para atender a chamadas enviadas pela central de atendimentos isolou os policiais que fazem rondas num determinado bairro, onde geralmente a dupla de policiais das viaturas está enclausurada dentro de um veículo, eles estão como meros espectadores dos acontecimentos que passam pela janela das viaturas em que se encontram, sem que realmente haja um resultado mais eficaz na diminuição do crime.

Já citado neste trabalho, Marcos Rolim, em seu mesmo livro comenta sobre o assunto do distanciamento entre Polícia e comunidade.

*De fato as patrulhas motorizadas ofereciam chance de cobrir áreas muito maiores do que aquelas policiadas pelas rondas, o que, imaginava-se, haveria de ampliar as possibilidades e a eficácia do trabalho. Neste mesmo movimento, a popularização do telefone permitiria que a polícia passasse a receber chamadas de toda a cidade: logo os cidadãos não teriam razões para deslocar até um posto policial quando precisassem de ajuda. Os rádios de intercomunicação, por sua vez, possibilitariam que cada policial recebesse comandos operacionais centralizados e atendesse aos chamados da população, em qualquer lugar, muito rapidamente. O que ninguém percebeu em que durante décadas em que essas transformações foram se consolidando é que os novos recursos tecnológicos que passavam a ser empregados maciçamente pelas forças policiais em todo o mundo, estavam criando, também um modelo de policiamento cuja a principal característica seria de responder as ocorrências criminais após a comunicação do fato pelas vítimas ou por testemunhas. Um modelo substancialmente distinto do anterior, que não teria mais chance de agir proativamente e que estaria marcado pelo afastamento entre os policiais e as comunidades (ROLIM, 2006, p.30).*

#### 2.9.4. A Reaproximação com a População

A Polícia Militar vem, principalmente após o final do governo militar, procurando criar meios de reaproximar a população da Corporação, missão que não é fácil, pois embora passados mais de vinte anos do final da chamada ditadura

militar, os resquícios ainda permanecem no imaginário coletivo, até por quem nem viveu na referida época.

Entretanto passos importantes foram dados no sentido de aproximação com a população, com a ênfase nos Direitos Humanos: principalmente diversos incentivos, inclusive oferecidos pelo Governo Federal através do Fundo Nacional de Segurança, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que estimula programas de Policiamento Comunitário, vêm aos poucos mudando a concepção popular sobre a Polícia, especialmente a Militar.

A Polícia Militar do Paraná já há alguns anos, empenhada no objetivo de trazer a população para participar da solução dos problemas de Segurança Pública, procurando dar ênfase à atuação preventiva, com finalidade de dar à população paranaense a sensação de segurança pela qual tanto clama, inseriu na sua DIRETRIZ GERAL DE PLANEJAMENTO E EMPREGO DA PMPR, a Polícia Comunitária como um dos seus pressupostos básicos para atuação.

*A Polícia Militar não é mero suplemento social, mas componente vital da sociedade, situada no vértice de causas e efeitos, como desaguadouro natural da ansiedade e tensões da comunidade.*

*O profissional de segurança pública tem sido um ponto de referência para a população. Porém, mais do que isso, a população deve ver na figura do policial militar, atuante e prestativo, um zeloso guardião da ordem e disciplina da vida social, digno da confiança e da admiração pública.*

*Os problemas sociais, aí incluídos os de segurança pública, ultrapassam a capacidade técnica dos órgãos policiais e só terão solução efetiva se tratados em conjunto com a comunidade.*

*Destarte, em termos de Segurança Pública, não é possível que a comunidade permaneça em atitude passiva. A sua colaboração e apoio são imprescindíveis como forma de expansão dos recursos alocados à Polícia Militar pelo Estado.*

*A polícia comunitária, como uma nova "filosofia de pensar e agir na proteção e socorro públicos", baseia-se na crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, na medida em que haja a participação da população na sua identificação, análise e discussão(PARANÁ, 2000).*

## 2.9.5. A Nova Visão de Policiamento Ostensivo

### 2.9.5.1. Do conceito de policiamento

Não há como falar em policiamento, sem antes tentar entender seu significado, para tanto buscou-se na legislação e na língua vernácula o entendimento do que seja o ato de Policiar.



*Policiamento Ostensivo – ação policial, exclusiva das Polícias Militares, em cujo o emprego o homem, a fração de tropa enganados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública .(Brasil, 1983)*

O dicionário Escolar do Ministério da Educação e Cultura, no traz o sentido de Policiar como sendo: *v.t. Vigiar ou guardar, segundo leis ou regulamentos policiais; zelar; civilizar; conter; refrear; fiscalizar.*

Observa-se no significado de policiar que é também um ato de civilizar, sendo assim novamente recorrendo ao referido dicionário nota-se que civilizar é: *v.t. Dar civilização a; tornar bem educado; cortês, instruído: p. tornar-se cortês, educado.*

Portanto o ato de Policiar dentre seus muitos significados, também quer dizer educar, sendo então que o Policial, em especial nos locais de pobreza tem um importante papel de educador e pode dar capilaridade ao tecido social de comunidades pobres, levando a elas uma força positiva de Progresso Social, de Promoção Humana e de Direitos Humanos.

O policial como educador e exemplo pode ser fundamental nesses locais, pois, conforme disse o Capitão Felipe Gonçalves Romeo, comandante do GPAE, morro do Cavalão, Niterói, Rio de Janeiro, ao ser entrevistado pelo autor e perguntado se poderia afirmar-se que com o afastamento dos traficantes, além de melhorar a Segurança Pública, houve um afastamento do convívio de traficantes com jovens e crianças do morro e tal medida previne o surgimento de novos traficantes ou outros tipos de marginais.

*Respondeu que: “Com as ocorrências policiais e projetos para melhorar a qualidade de vida dos moradores, os policiais passaram a ser exemplos positivos para as crianças, o que antes eram os traficantes de drogas, é o trabalho de antecipação aos problemas, hoje essas crianças com 6, 7 anos de idade formarão suas personalidades com uma visão diferente da polícia e quando elas tiverem 16,17 anos, dificilmente estarão no tráfico. É um trabalho que demora, porém os resultados são positivos, fato já observado aqui no Cavalão, pois quando aqui chegamos há cinco anos atrás, crianças com 10 anos e que hoje estão com 15 anos de idade nunca se envolveram com nenhum tipo de delito, o que não é regra, pois já houve alguns casos(minoria)”.(ROMEO, 2008).*

Ainda sobre o policial educador na obra *Direitos Humanos coisas de Polícia*, encontra-se um trecho bastante esclarecedor quanto atividade pedagógica do policial.

*Sou psicopedagogo, educador de profissão, e considero os policiais como colegas, porque todo policial, antes de ser policial, tem, obrigatoriamente, que ser um pedagogo da cidadania sob pena de ser um arremedo de policial e exercer muito mal a sua missão. Analogamente, todo médico tem que saber que é um educador antes de ser médico, assim como todo advogado, todo juiz, todo jornalista, só para citar alguns exemplos. (Balestreri, 2003, p.95)*

#### 2.9.5.2. A visibilidade policial como forma de presença do Estado

Uma pessoa em Paris na França, Nova York nos Estados Unidos, ou Sidney na Austrália, ou até mesmo em São Paulo, ou ainda em qualquer local do mundo, seja nacional ou estrangeira, sempre terá como referência de presença do Estado, a figura do policial uniformizado.

Com base nesse raciocínio pode-se dizer que, o policial uniformizado de forma ostensiva, é a expressão mais visível do Estado Democrático de Direito, garantindo a todos os cidadãos a liberdade e segurança para seu desenvolvimento pessoal e conseqüentemente da nação.

Sendo assim um elemento de extrema importância, também no desenvolvimento econômico, pois questões de segurança afetam diretamente a referida área. Em locais de bolsões de pobreza a ausência da Polícia desencadeia, uma série de dificuldades entre elas: o desenvolvimento de ações de cunho social, pois em áreas dominadas pelo tráfico, só se faz o que convém aos traficantes, bem como também desestimula o desenvolvimento econômico nas referidas localidades, no texto abaixo pode se observar o efeito deletério da ausência policial em bolsões de pobreza.

*[...]O comércio em torno da praça Manoel Lopes prosperou depois da implantação da base comunitária. Não há mais estabelecimentos comerciais desocupados como há quatro anos. "Antes trabalhávamos de manhã para entregar tudo à tarde para os bandidos". Afirma Giudete Bispo Serafim, dona de uma loja de alimentos. "Quando correu o boato de que a base seria removida da praça, todos ficamos apavorados", diz. "Felizmente, era só boato."*

*Para Janete Silva de Oliveira, que administra com a família uma barraca de roupas, "todos os que trabalham aqui acham boa" a ação dos policiais*

*comunitários. Ela atesta que a segurança aumentou significativamente: "Não somos mais roubadas; antes era todo dia". Assegura que o aumento da segurança não se restringe à região em torno da base, mas atinge todo o Jardim Ângela, e exemplifica: "Todas as noites é feita a patrulha na rua em que moramos." [...].(OLIVEIRA, 2002, p.53).*

### 2.9.5.3. Atuar proativamente dentro de uma nova visão de policiamento

Marcos Rolim em sua obra *A Síndrome da Rainha Vermelha*, através da situação transcrita abaixo traz uma idéia do que seria o atuar proativamente.

*Vamos imaginar que você esteja passeando ao longo de um rio e que, subitamente, perceba que uma criança está sendo arrastada pela correnteza. Se você for uma pessoa minimamente solidária, por certo se jogará na água para tentar resgatar a criança. Suponhamos que você tenha sorte e seu gesto seja bem-sucedido. Assim, como bom nadador, você consegue trazer a criança sã e salva em seus braços e tem razões de sobra para comemorar seu feito. Vamos imaginar agora que toda vez que você passe por aquele lugar haja uma criança sendo levada pela correnteza, fazendo com que você seja, sempre, obrigado a repetir a mesma façanha. Certamente, as chances de salvar todas as crianças seriam menores e, ao mesmo tempo, o risco de você ser tragado pelas águas aumentaria. Mas, se isso ocorresse, pareceria evidente que algo estava acontecendo com essas crianças em um ponto anterior da correnteza. Portanto, tão logo a repetição das ocorrências fossem comprovadas, pareceria não apenas óbvio, mas urgente, descobrir o que estava acontecendo com as crianças antes delas caírem na água. Então, você provavelmente iria percorrer as margens do rio em direção a sua nascente para tentar descobrir a causa de tão chocante e misteriosa sucessão de tragédias.(ROLIM, 2006, p. 67)*

Realizar o policiamento dentro de uma nova visão é fazer o policiamento proativo, onde realmente ele se faz necessário, ou seja, em bolsões de pobreza onde o crime e o criminoso se têm sua origem. Tal como acontece no Morro do Cavalão, em Niterói, Rio de Janeiro ou Jardim Ângela, na capital paulista; trabalhando de forma antecipar-se aos problemas no seu nascedouro, que no caso da Segurança Pública brasileira, está localizada em quase sua totalidade nesses locais .

A criminalidade no Brasil aumentou após a década de 80, a população brasileira cresceu muito nesses últimos anos, tendo os bolsões de miséria nas cidades aumentado de forma acelerada em decorrência da alta taxa de nascimento em localidades mais pobres e porque mesmo em ritmo menor, muita gente deixou o campo e veio tentar a sorte nas cidades.

Passou-se então a conviver com um fenômeno nunca antes visto, a violência desmedida e grupos de marginais afrontando o Estado legalmente constituído como se fosse um país inimigo, invadindo o Território Nacional e muitas vezes, passando a impressão de que o Estado, está invadindo outro território.

O quadro de caos em que vive a Segurança Pública do país, só através de um investimento a longo prazo, em pessoas que vivem à margem da sociedade, poderia reverter tal situação. Nesse local deveria atuar a Polícia Militar, fazendo o patrulhamento ostensivo normal que é de sua competência, fomentando e induzindo ações sociais através de técnicos em suas respectivas áreas, tornando concreta essa nova visão de policiamento.

Enfim não há como reinventar o policiamento ostensivo, mas é possível ter uma nova visão do mesmo, fazendo que comunidade carentes passe a ver na Polícia um serviço do Estado que quer ajudar no seu desenvolvimento e na sua Segurança. Embora a pobreza não seja o único fator para gerar o crime ou o criminoso, parcela expressiva de moradores, de comunidades pobres se tornam marginais e traficantes por falta de opção.

Portanto o que diferencia a nova visão de policiamento, do policiamento ostensivo normal, e até mesmo do policiamento comunitário, é que neste caso o policial atuará como pedagogo da cidadania, através do exemplo, e irá ao local para se integrar à comunidade, como representante do Estado e do Estado Democrático de Direito, fixando-se nas áreas pobres através de uma base comunitária, interagindo e corrigindo distorções de conduta através de um trabalho proativo, apoiado em ações sociais, que tenham como maior objetivo, concorrer o tráfico, no sentido de impedir que esse venha a cooptar jovens e crianças para o tráfico e o crime de maneira geral.

## 2.10. O POLICIAMENTO NOS BOLSÕES DE POBREZA EM OUTROS ESTADOS

### 2.10.1. O Caso Jardim Ângela, em São Paulo.

Jardim Ângela é um distrito situado na região sul da cidade de São Paulo, que fica às margens da Represa de Guarapiranga, no leito norte, e que juntamente com Jardim São Luís, conforma a região da cidade conhecida como M'Boi Mirim, também denominação da Subprefeitura da referida região.

Já foi considerada pela ONU como a região urbana mais violenta do mundo. Entretanto, ações da comunidade em conjunto com a polícia, o governo do Estado e a Prefeitura Municipal ocasionaram uma drástica redução nos índices de criminalidade da região<sup>33</sup>.

Oferecer cursos profissionalizantes e esporte a jovens de bairros com altos índices de insegurança não diminui a exposição deles à violência, mas tende a fazer com que eles pratiquem menos atos agressivos (como ameaça com arma de fogo e roubo).

O projeto chamado RAC (Redescobrimo o Adolescente na Comunidade) é aplicado no Jardim Ângela e abrange oficinas profissionalizantes de cabeleireiro e pizzaiolo, cursos de inglês, música e teatro, além de acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais. No ano de 2004, 131 jovens se inscreveram, 97 permaneceram.

O NEV (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo) avaliou a ação no Jardim Ângela. Fizeram pesquisas qualitativas e quantitativas com os grupos participantes dos projetos e com adolescentes de uma escola pública, dentro do mesmo bairro das ações, que não tinham relação com os programas analisados, para ter uma base de comparação.

Em comparação com o grupo da instituição de ensino, os jovens envolvidos com a atividade do Jardim Ângela receberam menos dinheiro por bens roubados (1,9%, contra 3,2%), não foram presos por vender drogas (enquanto 1,1% dos estudantes foi) e roubaram menos (3,8% contra 8,5%). Além disso, fizeram menos ameaças com armas de fogo (1,9%, contra 2,1%), apesar de terem declarado ter mais acesso a armamentos desse tipo (17,9%, contra 11,7%)<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jardim\\_%C3%82ngela\\_%28distrito\\_de\\_S%C3%A3o\\_Paulo%29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jardim_%C3%82ngela_%28distrito_de_S%C3%A3o_Paulo%29)

<sup>34</sup> [www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1499&Itemid=29](http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1499&Itemid=29)

Outros tipos de atos violentos considerados “mais leves” pelos pesquisadores foram mais freqüentes entre os adolescentes ligados ao RAC (Redescobrimo o Adolescente na Comunidade) alguns deles cumprindo medidas sócio-educativas. Eles participaram mais de brigas nas escolas (48,1%, contra 28,2%), começaram mais brigas (30,2%, contra 21,8%) e arrombaram mais algum local para roubar (3,4%, contra 1,1%). O envolvimento com o tráfico de drogas também foi maior neste grupo (1,9%, em comparação a 0,5%).

O bairro do Jardim Ângela, onde é desenvolvido o RAC, como já visto é um dos mais violentos de São Paulo, de acordo com o NEV. Mas, devido principalmente ao envolvimento da própria comunidade, tem sido possível reduzir as taxas de mortes por homicídio. De 2001 para 2005, a taxa de mortalidade por assassinato caiu 63% (de 110,6 por 100 mil habitantes para 40,8). Entre os jovens de 15 a 24 anos, porém, o recuo foi menor, de 46% (de 191,33 por 100 mil para 103,8). O projeto começou a ser desenvolvido pela organização não governamental Sociedade Santos Mártires, em 1999 e oferece as oficinas para jovens entre 12 e 21 anos.<sup>35</sup>

O Subtenente David Monteiro da Conceição foi o primeiro comandante do destacamento Policial Militar do Jardim Ângela; morador do local, começou a patrulhar o local quando ainda era Cabo, iniciou o Policiamento Comunitário da área em 1997.

A ação da polícia comunitária, associada ao trabalho assistencial promovido pela paróquia e outras entidades sociais, aumentou a confiança da população no bairro e vem diminuindo a violência no bairro, como verificamos no texto abaixo.

#### *CARINHO PELOS POLICIAIS*

*O aumento da confiança na polícia é visível: os 22 policiais da primeira base comunitária são íntimos da população, que os reconhece pelo nome. A sede da base, na praça principal, a Manoel Lopes, é muito procurada por pessoas que pedem ajuda para solucionar problemas variados, desde uma simples informação até necessidades de remédio ou de transporte em casos de urgência, confecção de documentos, crises domésticas, acidentes de trânsito etc. Um telefone público está instalado dentro. Quem precisar utilizá-lo terá necessariamente que entrar no recinto policial - o que é feito com toda a naturalidade e sem nenhuma formalidade.*

*Os moradores não só não temem como demonstram carinho pelos policiais. Dona Severina Lucinda da Silva é uma admiradora deles, admiração que externa levando-lhes diariamente algum tipo de alimento. Paraibana, mora há 30 anos no Jardim Ângela, ganha a vida pedindo esmola num semáforo e aponta como local de residência um endereço que só os profundos*

---

<sup>35</sup> <http://www.pnud.org.br/seguranca/reportagens/index.php?id01=2492&lay=jse>

*conhecedores das vielas do bairro são capazes de identificar: "a casa do seu Joaquim", onde ela divide o quarto alugado com um filho deficiente. [...] [..]Ao lado dessa base - há uma outra situada centenas de metros adiante, no Jardim Ranieri - foi construído um palco, que integra o projeto Pólo Cultural. Ali semanalmente são apresentados shows de música e dança de estilos os mais variados, com predomínio do hip-hop, ritmo preferido de nove entre dez jovens da periferia da maior parte das cidades brasileiras. O som alto e cadenciado incomoda às vezes os policiais da base, mas, comenta o subtenente David, "é melhor ter os jovens ao nosso lado se divertindo de maneira sadia do que longe de nós, matando-se entre si".*

*O palco do Pólo Cultural serve para outras atividades promovidas pela Polícia Comunitária, como a distribuição de presentes em 22 de dezembro, quando se comemora o aniversário de implantação da base - os presentes são entregues por um policial devidamente fantasiado de Papai Noel - e se faz a entrega de troféus e prêmios aos vencedores da Corrida pela Paz e a Vida do Jardim Ângela, que ocorre a cada ano em setembro. O número de participantes da corrida tem aumentado ano a ano: passou de 550 em 2000 a 680 no ano seguinte e 750 em 2002. Para participar, é preciso doar alimentos, que serão repassados pelos policiais comunitários aos moradores mais necessitados do bairro. No ano passado foram distribuídas 5 toneladas de alimentos. A corrida recebe ajuda de comerciantes da região. Um deles doou camisetas a todos os participantes.*

*"Trabalhamos com o coração, mais com o lado humano que com o militar", define o cabo Marcos Aparecido Dias, e "isto nos dá uma enorme satisfação pessoal". O lado humano do cabo Dias é um exemplo da filosofia do policiamento comunitário, segundo Sérgio Luís Ferreira, coordenador da Unidade Comunitária de Álcool e Drogas (Ucad), um dos programas desenvolvidos em conjunto pela Paróquia dos Santos Mártires e a Polícia Militar. O cabo Dias, lembra Ferreira, flagrou um morador tomando álcool puro num bar. Por falta de viatura, levou-o de ônibus à Ucad. Mas o estado do homem era crítico e ele precisava ser transferido a um hospital. Novamente o cabo Dias se prontificou a ajudá-lo e, novamente, não havia viatura disponível. Como fazer? O coordenador da Ucad conseguiu um carro emprestado e o cabo Dias serviu de motorista. (OLIVEIRA, 2002, p.52).*

### 2.10.2. Favela Morro das Pedras

O governo de Minas Gerais adotou o projeto de combate a homicídios que, desde agosto de 2002, o CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública), da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), vem desenvolvendo no Morro das Pedras, o aglomerado urbano mais violento de Belo Horizonte. Esse programa piloto, denominado Fica Vivo, tem como pilares a repressão e a mobilização social e seria levado a outros 21 aglomerados urbanos do Estado.

A meta era de reduzir em 20% os homicídios nesses lugares, especialmente entre os jovens. Nos cinco primeiros meses de implantação do projeto, o número de homicídios, tentativas e assaltos caíram cerca de 50% em relação aos cinco meses anteriores à sua execução. De março a julho de 2002, foram 17 homicídios, contra nove mortes entre agosto e dezembro.

No período, a taxa de mortes na capital mineira, excluindo as seis favelas consideradas violentas, cresceu 11,6%, segundo o CRISP. Com o Fica Vivo, o número de homicídios no Morro das Pedras, considerando a taxa por 100 mil habitantes, caiu em 47,1%, comparando os cinco meses que antecederam a implantação do projeto com os cinco meses seguintes. Na estatística das seis favelas violentas da cidade, incluindo o Morro das Pedras, a taxa caiu 26,6%<sup>36</sup>.

Sobre a redução nas outras favelas, os pesquisadores têm como hipótese o fato de a notícia sobre o projeto no Morro das Pedras ter se espalhado nos outros morros. Seria a queda por extensão. O responsável pela "oficialização" desse projeto é o sociólogo Luiz Flávio Saporì, secretário-adjunto de Defesa Social de Minas Gerais, ex-Secretário da Segurança. Disse que: *"Trata-se de um projeto inovador e pluriinstitucional que oferece todas as condições para impactar as grandes metrópoles."*

Do grupo de Intervenção Estratégica, que age na parte repressiva, fazem parte as Polícias Militar, Civil e Federal, o Ministério Público e a Justiça. Coube a eles identificar os criminosos e prendê-los. Foram presas três "pessoas-chave", responsáveis por vários crimes, segundo o sociólogo Cláudio Beato Filho, coordenador do CRISP. Por extensão, outros nove sumiram da favela ou passaram a viver escondidos, disse ao CRISP um líder da comunidade. A integração entre as instituições possibilitou a agilidade nas prisões. Cada um dos órgãos designou uma pessoa para o projeto. Tão logo as polícias prendiam, um promotor fazia a denúncia, que era analisada por um juiz.

A UFMG, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o Sebrae, a Câmara de Dirigentes Lojistas, Organizações não governamentais, movimentos sociais e a comunidade cuidam da integração social na favela. As instituições empresariais, por exemplo, ofereceram bolsas de estudo profissionalizante e orientação para ações microempresariais.

A Prefeitura cuidou da assistência social e das melhorias em infra-estrutura, como iluminação e praças públicas, organizações não governamentais promoveram palestras, atividades culturais e esportivas nas escolas, como teatro e cinema.

O projeto de "Controle de Homicídios" em áreas de risco de Minas, incorporado pelo Estado, integra o Plano Emergencial de Segurança Pública, que

---

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/>



tem verba da União. O custo das 16 ações, entre elas a criação de um grupo para combater o crime organizado, será de 42 milhões de reais, 35 milhões de reais do Governo Federal. O projeto que menos exige grandes somas é o de implantação do controle de homicídios nas favelas. Segundo o CRISP, o Fica Vivo no Morro das Pedras teve custo "quase zero".

A Universidade Federal de Minas Gerais no boletim Informativo Nº 1392 - Ano 29 - 17.04.2003, em matéria publicada no mesmo boletim e assinada por Jurandira Gonçalves, traz o seguinte relato:

*A redução pela metade do número de homicídios na região do Morro das Pedras, uma das áreas mais violentas de Belo Horizonte, é o principal resultado do projeto Fica Vivo, desenvolvido pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (Crisp). O projeto baseia-se em parcerias com as polícias Militar e Civil de Minas Gerais, Polícia Federal, Ministério Público, Prefeitura de Belo Horizonte, Sebrae, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), organizações não-governamentais, movimentos sociais e comunidade.*

*O Fica Vivo foi implantado em agosto de 2002 e, nos seus primeiros cinco meses, registrou uma redução de 50% no número de homicídios, tentativas de homicídios, roubos e assaltos a padarias e supermercados. As mortes caíram de 17, no período de março a julho, para nove nos meses de agosto a dezembro. No mesmo período, a taxa de homicídios em Belo Horizonte aumentou em 11,6%. "É uma idéia inédita no Brasil. Muito já foi feito em termos de mobilização social para reprimir o crime, mas o diferencial do projeto é que ele consegue integrar todos os atores envolvidos", enfatiza o pesquisador Róbson Sávio Reis Souza, um dos coordenadores do projeto.*

#### **Área-piloto**

*A partir de diagnóstico, que revelou um crescimento de 100% no número de homicídios entre 1997 e 2001, em Belo Horizonte, o Crisp elaborou um plano de intervenção para redução da criminalidade em vilas e favelas. O Morro das Pedras foi escolhido como área-piloto pelos altos índices de criminalidade \_ é uma das seis favelas mais violentas da capital mineira \_ e por dispor de grupos sociais organizados.*

*O projeto foi dividido em duas frentes de trabalho. A primeira, voltada para ações de repressão ao crime, é formada por profissionais do sistema de justiça criminal que agem de maneira articulada para inibir a criminalidade na região. Envolvidos nesta frente estão as polícias Civil, Militar e Federal, o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Sistema Penitenciário, que realizam reuniões semanais para preparar diagnósticos e planejar ações. "Assim, é possível agir de maneira integrada", explica Róbson Sávio.*

*A segunda, direcionada a ações de mobilização social, une o poder público e a sociedade organizada. São os casos da Prefeitura de Belo Horizonte, que administra os serviços de assistência social e infra-estrutura urbana da comunidade; a CDL, que oferece bolsas profissionalizantes para os jovens; o Sebrae, que abre oportunidades de trabalho a grupos da comunidade,*

*como associações de moradores, rádios comunitárias, escolas, igrejas, além do Crisp, que elaborou e implantou o projeto. Segundo Róbson Sávio, essa frente é responsável pela organização de discussões, produção de programas de rádios, colônias de férias e oferta de serviços, como impressão de documentos. Para ele, ações como essas favorecem a adesão da comunidade ao projeto. "A idéia é mostrar às pessoas que elas também são cidadãs e têm direitos. Quando percebe que está obtendo ganhos concretos, a comunidade transforma-se em parceira", afirma o pesquisador.*

*Apesar do pouco tempo de implantação do projeto, a comunidade local já comemora os seus primeiros resultados. "Nove bandidos perigosos saíram de circulação. Se não fosse o Fica Vivo, todos estariam soltos", afirma Hermes dos Santos, presidente da Associação Social Cristã do Aglomerado do Morro das Pedras. Ele também destaca a realização de cursos e oficinas, que "tiram os jovens da rua e impedem que eles fiquem expostos à criminalidade" e a integração de todas as instâncias do aparelho judicial e da própria comunidade no combate ao crime. "A comunidade está consciente de que cada um pode contribuir, de alguma forma, para reduzir a violência", diz o líder comunitário. (Gonçalves, 2003)*

### 2.10.3. Morro do Cavalão, em Niterói-Rio de Janeiro

No morro do Cavalão, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, já se tinha feito a urbanização do local, com a pavimentação das ruas, mas só essas medidas não foram suficientes, pois o morro do Cavalão era um local com altos índices de violência, situação que só mudou com a chegada do GPAE (Grupo de Policiamento de Áreas Especiais).

Apesar da tranqüilidade incomum em relação às outras favelas, o fim dos tiroteios não quer dizer que a criminalidade cessou. O presidente da associação de moradores, Marcos da Conceição, assume que, apesar de o policiamento ter extinguido as bocas-de-fumo e a exibição de armas pesadas, o tráfico ainda persiste no local.

Não obstante esses incidentes, a favela é apontada por líderes comunitários do Rio, como um modelo de sucesso do que eles exatamente vêm pedindo em reuniões com autoridades do governo estadual: fim da troca de tiros entre polícia e traficantes para evitar mais vítimas de projéteis perdidos, com política de Polícia Comunitária, acompanhada de projetos sociais e urbanização.

O projeto Médico de Família, da prefeitura, já existe há 14 anos, mas antes da paz se instalar no Cavalão nem sempre os médicos conseguiam cumprir a carga de trabalho de 40 horas semanais. Mesmo quando era possível entrar na comunidade, havia em toda parte homens armados. E quando a polícia subia, os

médicos sentiam-se sempre em risco - conta a médica Cláudia Capella que atende na favela do morro do Cavalão, e atua há cinco anos e meio no bolsão de pobreza localizado entre dois bairros nobres da Zona Sul da cidade, Icaraí e São Francisco.

Um dos fatores que mais faz a diferença no Morro do Cavalão é a Polícia Comunitária. O posto do GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais) fica instalado dentro da comunidade, atuando em parceria com os moradores. O resultado disso é a confiança mútua. “*A gente não tem medo de falar com a polícia, confiamos no Capitão Romeu*”, diz Marcos Antonio da Conceição, presidente da Associação de Moradores.<sup>37</sup>

O sucesso do GPAE na favela do morro do Cavalão é por excelência um sucesso de Policiamento Comunitário combinado com Ações Sociais, pois era no passado uma das favelas mais problemáticas de Niterói e agora está há mais de três anos sem troca de tiros entre a polícia e traficantes, em razão do sucesso desse grupamento policial que atua dentro da favela. Conforme pelo Capitão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Felipe Gonçalves Romeu, Comandante do GPAE (GRUPO DE POLICIAMENTO DE ÁREAS ESPECIAIS) do Morro Cavalão em Niterói, em entrevista ao autor, que constará como apêndice desta Monografia.

---

<sup>37</sup> disponível <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd040507.htm>

**FIGURA 2 - VISTA PARCIAL DO PALCO DE ATIVIDADES CULTURAIS JUNTO AO GPAE**



FONTE: GPAE MORRO DO CAVALÃO – 12ºBPM-PMRJ(2008)

**FIGURA 3 - CRIANÇAS EM ATIVIDADE CULTURAL (ONG VIVA RIO)**



FONTE: GPAE MORRO DO CAVALÃO – 12ºBPM-PMRJ (2008)

Portanto verifica-se que há projetos que trazem resultados positivos e reduzem drasticamente o crime ocorrido naquelas localidades dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e conseqüentemente diminuem as estatísticas criminais brasileiras, e como se constata nem precisa um investimento muito alto para tirar crianças e jovens do caminho da criminalidade.

O que precisa é, vontade política para se fazer alguns investimentos, pessoas voluntárias que tivessem vocação para filantropia e policiais militares, que possam mostrar à população que, mesmo militares, são pessoas como elas próprias, que fazem parte da comunidade e que só momentaneamente estão representando autoridade do Estado, pelo uso de seu uniforme.

## 2.11. DA ACEITABILIDADE DO PROJETO

### 2.11.1. Da Aplicação dos questionários

Foram realizados dois tipos de questionários, um para o público interno verificando a receptividade do mesmo e outro para o público externo, também para verificar a aceitabilidade do projeto de policiamento combinado com ações sociais.

O questionário direcionado a policiais militares, foi aplicado dentro do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, principalmente com o efetivo da Diretoria de Apoio Logístico, pois são policiais que trabalham administrativamente, portanto afastados de funções operacionais que têm contato direto com as populações a que se destina o objeto do estudo; isso para que houvesse uma isenção na emissão de opiniões.

### 2. A aceitabilidade do projeto pelos Policiais Militares

Com relação aos policiais militares pesquisados, só havia um com mais de 30 anos de serviço, dois com menos de 10 anos, dez entre 11 e 21 anos de serviço e treze entre 21 e 30 anos de serviço.

Dos policiais com 21 a 30 anos de serviço, 100% deles não trabalharam no Projeto Povo; com relação à Polícia Comunitária 7,68% dos pesquisados acha ótima, 46,15% deles acham a atividade boa, 15,33% acham a atividade ruim e 30,76% responderam que não trabalharam na Polícia Comunitária.

Com relação à idéia da Polícia Militar basear um destacamento dentro de uma favela, para fazer policiamento comunitário, coordenando ações sociais dentro do aquartelamento, e com isso diminuindo o surgimento de novos marginais; 53,8% dos pesquisados acreditam que sim, essa atividade diminuiria o surgimento de novos marginais, 23,07% disseram que não e 23,07% restantes responderam não saber.

Quando a pesquisa pergunta se seriam voluntários para realizar um trabalho dessa natureza, 38,46% disseram que seriam voluntários para trabalhar numa favela, responderam que não 38,46% dos pesquisados, e 23,07% responderam que não sabem.

Quanto à recuperação de marginais, 69,23% acham que têm recuperação jovens marginais, 23,07% acham que não têm recuperação, e 7,69% responderam que não sabem.

Do universo de policiais militares pesquisados, 23,07% responderam se achar preparados para trabalhar com moradores de favelas, 69,23% disseram não estar preparados, e 7,69% disseram não saber se estariam preparados para trabalhar com pessoas faveladas.

Dos policiais militares com 11 a 20 anos de serviço 100% por cento deles não trabalharam no projeto POVO; 90 % deles acha a atividade de Polícia Comunitária boa e 10% responderam que acha ótima a atividade.

Com relação a serem voluntários para trabalharem numa favela, num policiamento da forma com que foi apresentado, 40% disseram que sim, seriam voluntários, 40% disseram que não seriam voluntários, e 20% responderam não saber.

Quanto à recuperação de jovens marginais, 50% disseram que sim, seria possível recuperá-los; 30% responderam não ser possível a recuperação dos mesmos e 20% disseram não saber se é possível recuperar jovens marginais.

Dos policiais militares nessa faixa etária, 40% seriam voluntários para participar dessa atividade, 50%, responderam não, que não seriam voluntário e 10% responderam que não sabem se seriam voluntário para esse policiamento.

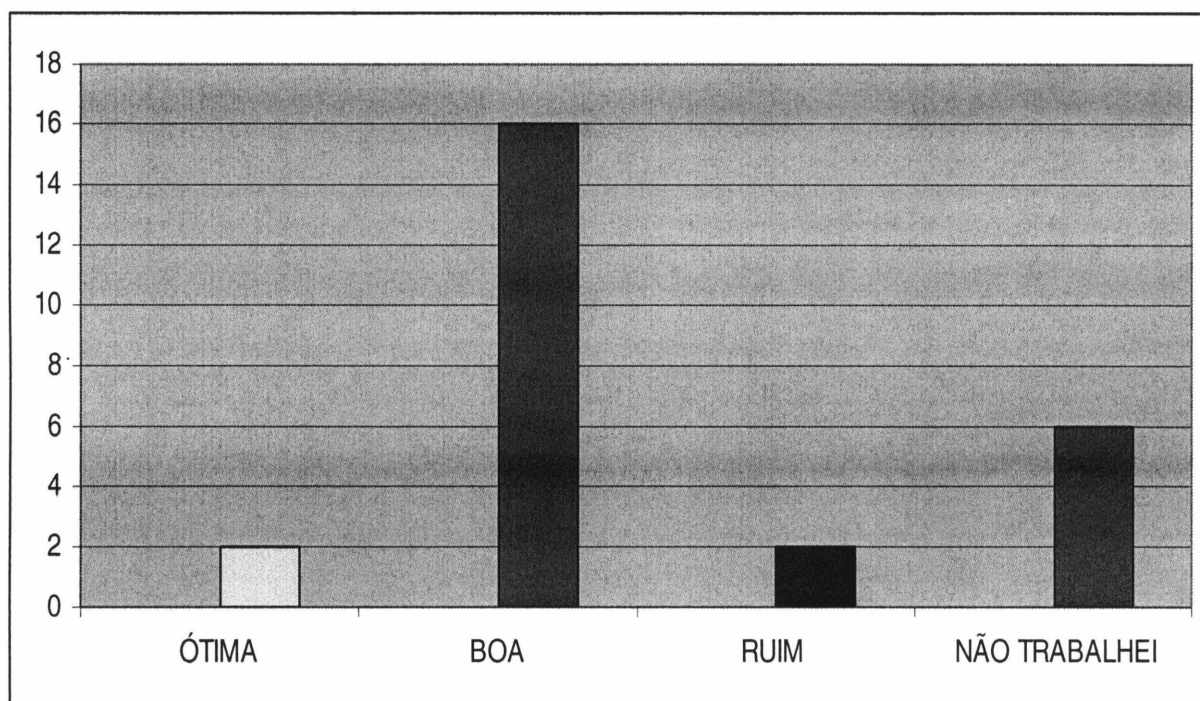
Entre os dois Policiais Militares com menos de 10 anos de serviço, um deles trabalhou e outro não trabalhou no Projeto Povo, os dois responderam que a Polícia Comunitária é um boa atividade e que acreditam que a Polícia Militar coordenando atividades nas favelas diminuiria o surgimento de novos marginais; sendo que um seria voluntário e outro não, sobre a recuperação de jovens marginais um deles acredita que sim, é possível recuperar marginais; outro disse não saber se é possível a recuperação.

O único policial militar com mais de 30 anos de serviço pesquisado, respondeu que não trabalhou no projeto POVO, mas acha a atividade de Polícia Comunitária ótima, acredita que a Polícia Militar atuando diretamente nas favelas com programas sociais diminuiria o surgimento de novos marginais e que seria voluntário para participar de um trabalho dessa natureza, acredita também ser possível recuperar jovens marginais e se acha preparado para trabalhar com moradores de favelas.

### 2.11.3. Uma visão geral do grupo pesquisado

Do grupo pesquisado, que foi de 26 Policiais Militares, 7,6% disse achar ótima a atividade de policiamento comunitário, 61,53% acham boa a atividade de Polícia Comunitária, 7,6% responderam ser ruim a atividade e 23,07% responderam que não trabalharam, como se observa no gráfico abaixo:

**GRÁFICO 3 - OPINIÃO DO EFETIVO SOBRE A POLÍCIA COMUNITÁRIA**

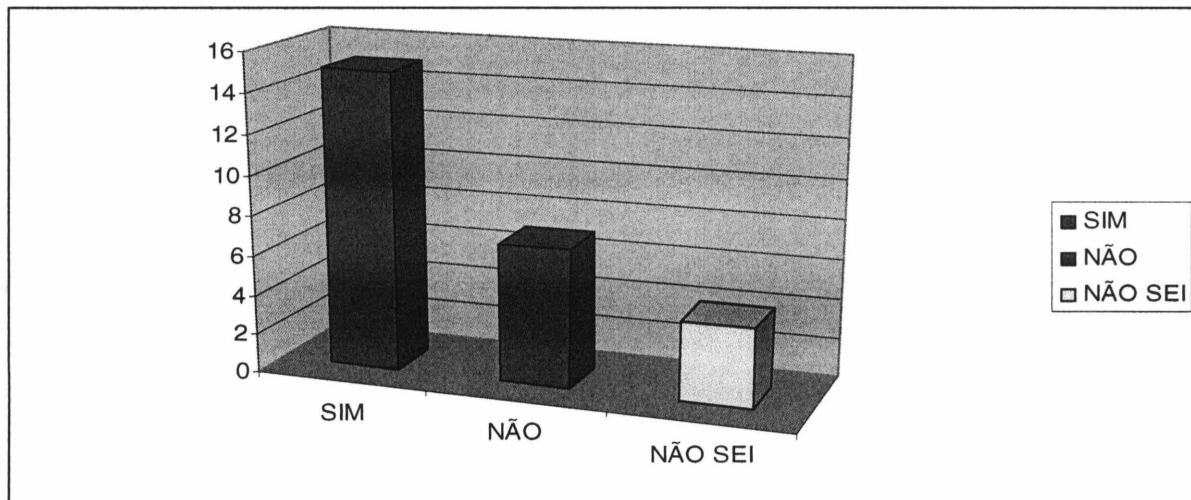


FONTE: Pesquisa do Autor (2008)

Sobre a instalação de quartel da Polícia Militar (destacamento policial onde funcionaria a base comunitária) em favelas, coordenando serviços sociais para diminuir o surgimento de novos marginais, 57,69% dos pesquisados acharam que sim, tal medida diminuiria o surgimento de novos marginais; 26,92% acha que não diminuiria o surgimento de novos marginais e 15,38% responderam não saber, conforme gráfico seguir:



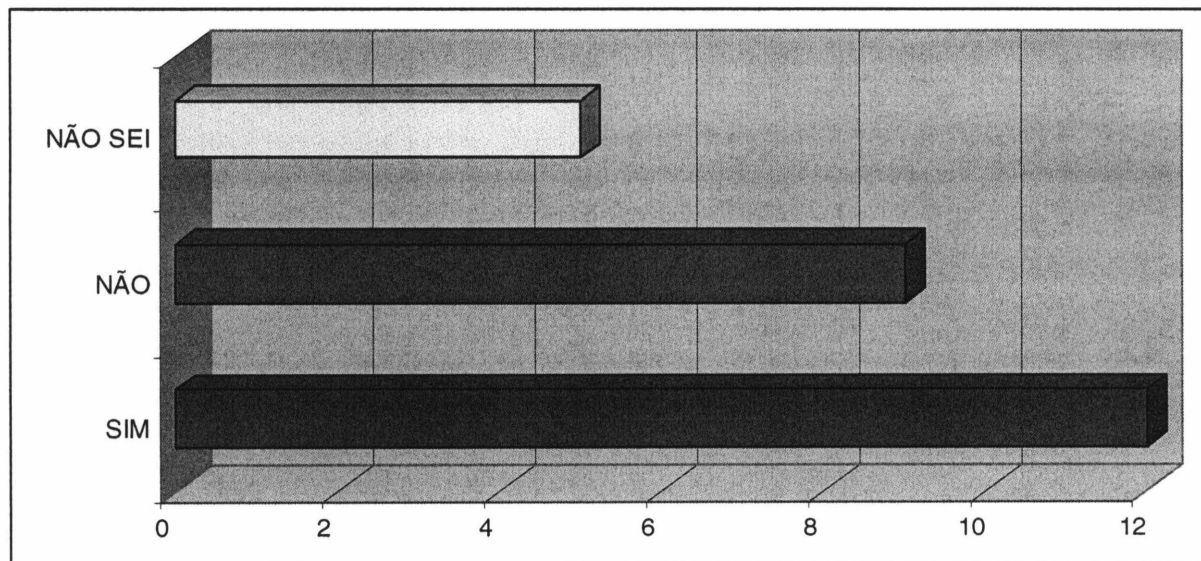
#### GRÁFICO 4 - POLICIAMENTO COM AÇÕES SOCIAIS



FONTE: Pesquisa do Autor (2008)

A respeito do voluntariado para servir nesses locais, dos Policiais Militares pesquisados; 46,15% dos entrevistados seriam voluntários para trabalhar nesse tipo de policiamento, 34,61% responderam não se voluntariar e 19,23% disseram não saber, como se observa no gráfico abaixo:

#### GRÁFICO 5 – POLICIAIS VOLUNTÁRIOS PARA O POLICIAMENTO EM FAVELAS

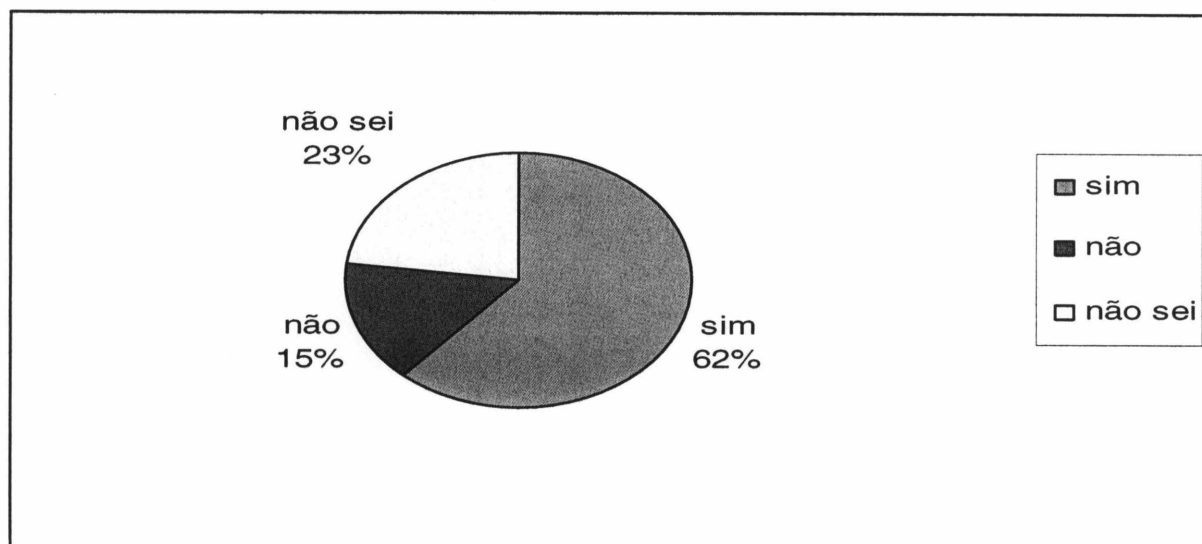


FONTE: Pesquisa do Autor (2008)

A respeito da recuperação de jovens, 62% dos pesquisados acreditam que eles podem se recuperar, sendo que 23% acham que não há recuperação para os

juvems marginais, e 15% disseram não saber se podem se recuperar. O gráfico a seguir nos ilustra melhor esse quadro:

**GRÁFICO 6 – RECUPERAÇÃO DE JOVENS MARGINAIS**



FONTE: Pesquisa do Autor (2008)

#### 2.11.4 Da aceitação pela População de bolsões de pobreza

##### 2.11.4.1. Da aplicação do questionário externo

O questionário foi aplicado a moradores da Vila Zumbi com a colaboração do Senhor Genésio, líder comunitário da localidade, sendo aplicado a 30 moradores, os quais, expuseram seus anseios e sua satisfação a respeito dos serviços públicos.

Perguntado aos moradores como estava a prestação de serviços públicos em sua localidade; sobre o policiamento especificamente, 33,33% acham o policiamento ótimo, 30% acham o policiamento bom, 26,66% acham ruim o policiamento na Vila Zumbi, e 10% disseram que não existe policiamento.

Dos serviços de água e esgoto, 36,66% dos entrevistados acham que o serviço é ótimo, 50% acham o serviço bom, e 10% acham que o serviço prestado de água e esgoto é ruim e 3,33% diz que o serviço não existe.

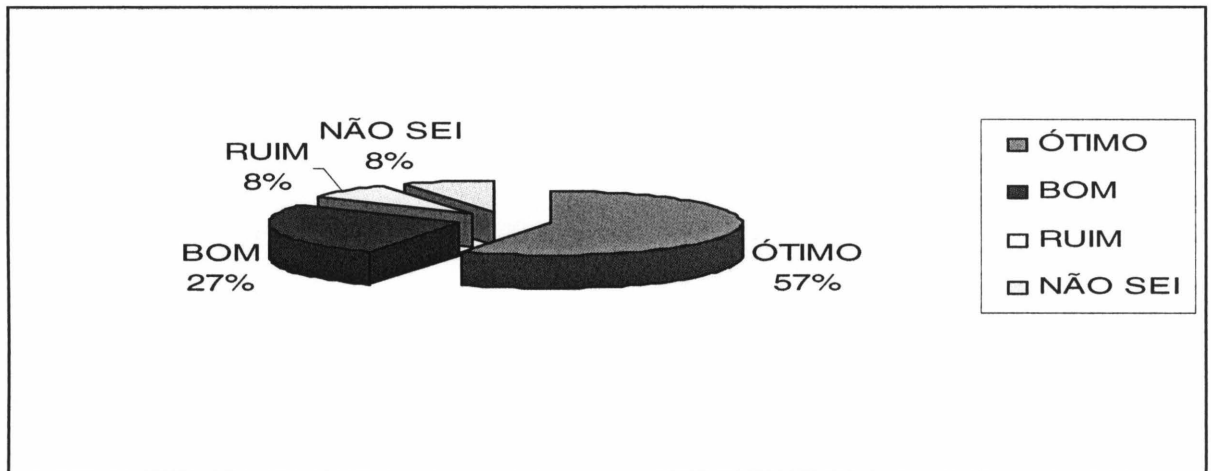
Sobre o atendimento médico, 10% acham o atendimento ótimo, 46,66% acham o atendimento bom, 40% dizem que é ruim o atendimento e 3,33% dizem não existir atendimento médico.

O atendimento odontológico é bom para 46,66% dos pesquisados, 43,33% acham ruim o serviço, e 10% dizem não existir atendimento odontológico e ninguém respondeu que é ótimo o tratamento odontológico oferecido à comunidade.

Dos pesquisados, 33,33% acham ótimo o serviço escolar, 56,66% entendem que a escola é boa, 10% acham o serviço escolar ruim; 90% dizem que não há serviço de psicologia na localidade, 3,33% disseram ser bom e 6,66% disseram ser ruim o serviço de atendimento psicológico.

Sobre o destacamento policial onde funcionaria a base comunitária, 57% dos moradores acha a idéia ótima, 27% responderam que a idéia é boa, 8% disseram ser a idéia ruim e 8% disseram não saber, como verifica-se no gráfico a seguir:

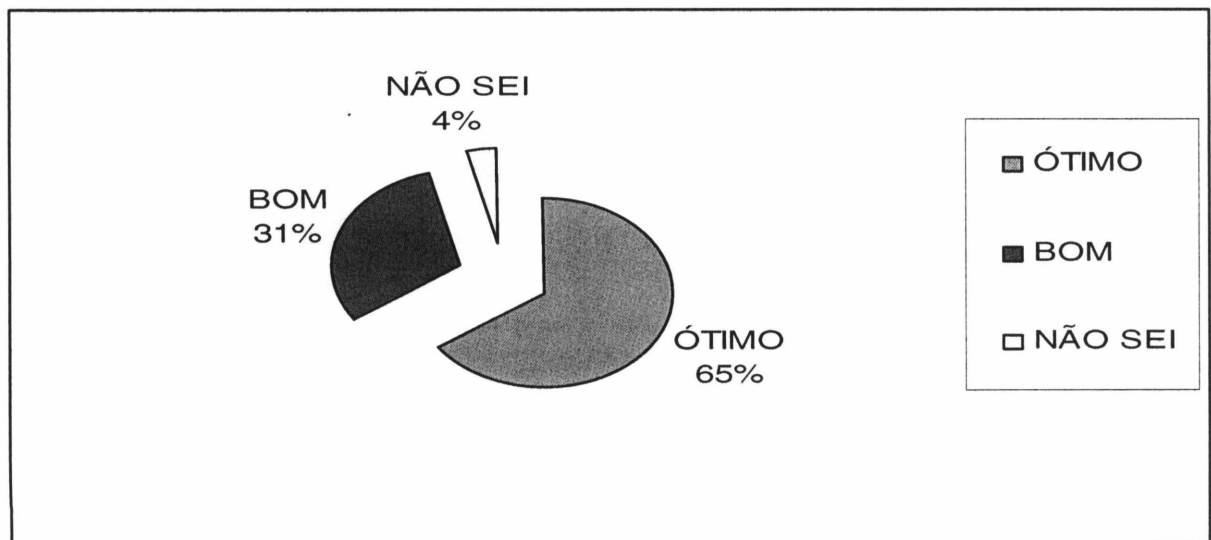
**GRÁFICO 7 – ACEITAÇÃO DA INSTALAÇÃO DO QUARTEL NA LOCALIDADE**



FONTE: Pesquisa do Autor (2008)

Sobre os serviços médicos odontológicos dentro do quartel a ser instalado na localidade, 65% acharam a idéia ótima, 31% responderam ser a idéia boa e 4% disseram que não sabem, conforme vemos no gráfico a seguir

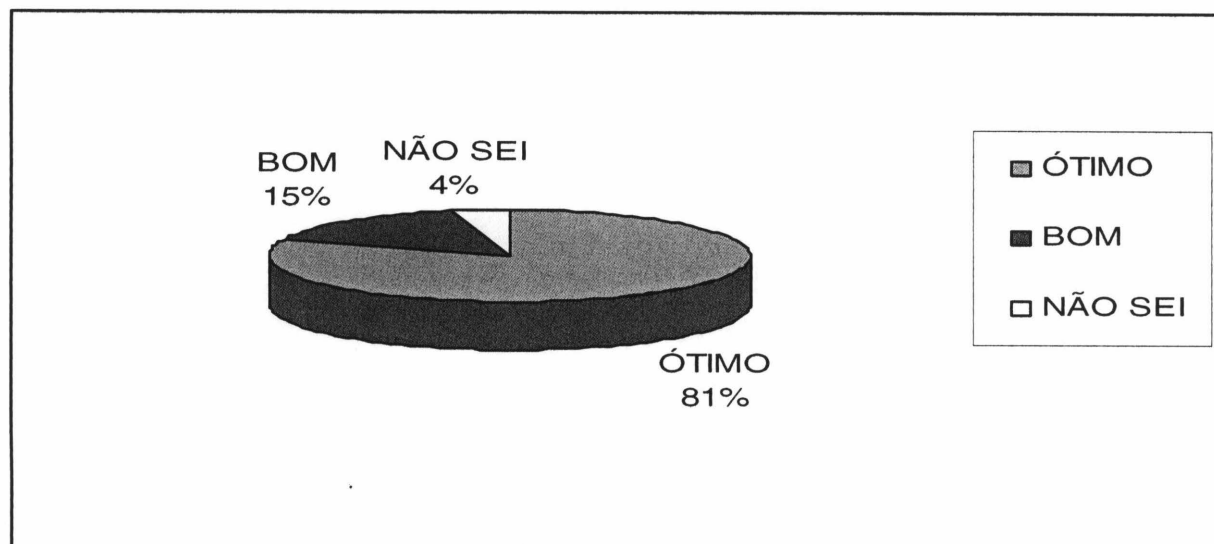
**GRÁFICO 8 – SERVIÇO MÉDICO ODONTOLÓGICO DENTRO DO QUARTEL**



FONTE: Pesquisa do Autor (2008)

Da implantação de atividades esportivas, danças, música dentro do quartel, 81% dos pesquisados acham ótima a idéia, 15 % responderam que acham a idéia boa e 4% responderam que não sabem, conforme observa-se no gráfico abaixo:

**GRÁFICO 9– ATIVIDADES ESPORTIVAS E LÚDICAS DENTRO DO QUARTEL**



FONTE: Pesquisa do Autor (2008)

Sobre a implantação de oficinas de treinamento profissional, 86% dos pesquisados disseram ser uma ótima idéia, sendo que 13,4% responderam ser a idéia boa, ninguém opinou pela opção “ruim” ou “não sei” e 100% dos pesquisados responderam que as atividades acima ajudariam no seu futuro ou de sua família, afastando principalmente seus filhos do envolvimento com drogas e 100% dos pesquisados se cadastrariam voluntariamente em programas dessa natureza que fossem desenvolvidos a partir de um quartel da Polícia Militar (destacamento policial onde funcionaria a base comunitária).

Observa-se com grata surpresa que o miliciano paranaense é um homem sensível aos problemas que o cercam e ao verificar-se os dados coletados, percebe-se que quase a metade dos pesquisados seriam voluntários para trabalhar num programa dessa envergadura e que a Polícia Militar goza da confiança das pessoas, principalmente das pessoas que mais precisam dela.

## 2.12. UMA NOVA VISÃO DE POLICIAMENTO: PROPOSTAS

### 2.12.1. O trabalho da Polícia

A sociedade brasileira, tão conturbada, conflitante e violenta, necessita de um Estado forte e presente em todos os extratos do tecido social. Portanto falar em mudanças, principalmente em áreas de invasões, onde se localizam bolsões de pobreza, é falar do poder do Estado, através dos seus meios de coerção ou da possibilidade de seu uso. É praticamente impossível qualquer ação estatal ou de organizações não governamentais, em âmbito da promoção humana, pois, qualquer coisa que se faça nessas localidades, passa necessariamente pela aquiescência de traficantes que dominam a região. Temos como exemplo disso a Vila Parolim, onde assistentes sociais, ao fazerem um trabalho voluntário junto a jovens e crianças, não podem falar sobre os malefícios da droga e outros vícios, dedicando-se apenas a falar sobre higiene, escovação de dentes e outros assuntos que não confrontem o interesse dos traficantes da região.

Nessa conjuntura de fatos só uma intervenção policial, militarizada, com um efetivo, altamente disciplinado e treinado, sob um comando bem estruturado, pode fazer frente à situação de tal proporção. Em ações desse porte, só a Polícia Militar reúne essas características; a hierarquia e a disciplina, o uso de uniforme e das armas são justamente o que diferenciam o Policial Militar do cidadão ou funcionário comum.

Sobre o que faz a polícia e o uso da força pela mesma, extraímos da obra "Padrões de Policiamento", texto que traz a necessidade do uso da força e essa característica única entre os serviços prestados pelo Estado:

*A única característica exclusiva da polícia é que ela está autorizada a usar a força física para regular as relações interpessoais nas comunidades. Essa é uma definição; ela ensina como reconhecer minimamente a polícia. Mas não é uma descrição de tudo que a polícia faz, a polícia frequentemente recebe outras responsabilidades. Além disso nem sempre ela emprega a força para regular as relações interpessoais, ainda que esteja autorizada a isso. Em termos de atividades cotidianas, o trabalho que a polícia executa varia enormemente ao redor do mundo, a despeito do fato de que as leis estabelecendo o policiamento são notavelmente semelhantes em termos de obrigações atribuídas. Padrões modais de comportamento e autorização formal não são os mesmos. (BAYLEY, 2006, p.117)*

### 2.12.2. Da intervenção em áreas de invasão (onde se localizam bolsões de pobreza)

Evidente que ações dessa envergadura, só seriam desencadeadas em bolsões de pobreza que realmente necessitem da demonstração de força por parte do Estado, essas ações impactantes só ocorreriam inicialmente, com um efetivo expressivo que corresponderia à área que se pretende ocupar para restabelecer a ordem.

Em Curitiba e Região Metropolitana, muitos desses bolsões de pobreza, como por exemplo a Vila Zumbi, pela característica do local e da população não haveria, atualmente a necessidade de uma ocupação de uma força policial, mas sim de uma presença maior do Estado através da Polícia Militar, juntamente com órgãos governamentais ou não, que realizem a promoção social.

Em casos em que houvesse necessidade de intervenção em bolsões de pobreza, evidentemente que a mesma seria temporária, pois a Polícia Militar não dispõe de um efetivo para ficar perpetuamente no local e nem esse é o propósito dessa Monografia, porém deveria ser deixado claro à população e a criminalidade local que a força policial retornaria com toda a força, quando fosse necessário.

Para se fazer um trabalho de promoção social e revitalização de áreas invadidas, há que necessariamente fazer um trabalho prévio de inteligência, levantando os possíveis pontos críticos (pontos de venda de drogas) e quem são os agentes delituosos e seus chefes.

Num segundo momento, de posse do mandado de busca e apreensão, e com provas, realizar as apreensões, prendendo os delinquentes, bem como apreendendo drogas e os demais produtos do crime, como foi realizado pela Secretaria de Segurança Pública através do CPC (Comando do Policiamento da Capital), na Vila Torres.

Como um desdobramento para garantir a efetividade da ação haveria a necessidade da fixação do policiamento no local, a princípio com um grande efetivo, que deveria ser reduzido gradualmente, mas sempre com a possibilidade de aumentá-lo se necessário, para se garantir que marginais não voltem a atuar naquele local. Segundo Zaluar et al (2000, p. 67), as metáforas da guerra, criticadas ao mesmo tempo que reforçada nas interpretações veiculadas pela mídia, ameaçam transformar-se na lógica da guerra efetivamente seguida no cotidiano dessa população.

Numa etapa final dessa primeira fase, construir instalação física ou aproveitar existentes que possam comportar uma unidade destacada da Polícia Militar, onde funcionaria uma base comunitária, com espaço suficiente para que sejam implantados programas sociais, coordenados pela Polícia Militar.

Por ser essa monografia uma idéia teórica, com um escopo de criar soluções para problemas de Segurança Pública relacionadas a bolsões de pobreza, não será aqui tratado de aspectos relacionados, à operacionalização da idéia, relacionadas à localização e tamanho de construção, efetivo e possíveis convênios.

### 2.12.3. O Controle Estatal dessas Comunidades.

Um dos grandes problemas geradores de crime no Brasil e em nossa região é o anonimato. Via de regra o Estado não tem o controle das populações que moram em áreas de invasão, o que entendemos não ser uma medida de exceção, pois a sociedade chamada de "incluída" é constantemente fiscalizada pelo fisco, municipal, estadual e federal.

Esse controle seria a princípio voluntário aos que quisessem aderir ao cadastramento para os programas de ação social a serem implantados na localidade. Eventualmente, os que se negassem ser fiscalizados, desde que houvessem fundados motivos, através de ordem judicial se submeteriam à fiscalização.

Nessa situação os institutos constitucionais, principalmente em se tratando do controle de populações carentes; do princípio da legalidade e do respeito aos direitos humanos, devem ser preservados, pois um dos aspectos desse emprego de policiamento ostensivo é justamente a garantia da legalidade, dos direitos humanos e a promoção social do ser humano.

### 2.12.4. A fixação da Polícia Militar em bolsões de pobreza.

Como já foi falado anteriormente, essa Monografia tem um cunho teórico e ideal. Num país como o Brasil onde não se tem recursos sobrando e nem vontade política para resolver problemas sociais, não se pretende com esse modesto trabalho resolver os problemas de Segurança da cidade de Curitiba e Região Metropolitana, mas indicar um caminho possível para uma considerável melhoria na qualidade de vida regional, sendo assim, se algumas dessas idéias fossem

implementadas, já seria um grande avanço na promoção social daquelas pessoas chamadas “excluídas”.

Portanto não se tratará aqui da operacionalização das idéias aqui apontadas, pois o custo, dimensões, fazem parte de uma implementação do assunto que se fala neste trabalho.

Com relação a quantidade de efetivo a ser fixado nos referidos locais, também faz parte da operacionalização; trazendo para o mundo real, o idealizado em tese nesta Monografia, mas como relação ao efetivo, se tem como referência o efetivo do GPAAE, morro do Cavalão, Niterói, Estado do Rio de Janeiro

A continuidade é um princípio da administração pública que deve ser utilizado, principalmente nesse caso, pois pouco resolveria se ocupássemos uma área de ocupação irregular e posteriormente após, prisões e cadastramento de pessoas, abandonássemos novamente à sorte dos marginais.

Essa unidade da Polícia Militar, tal como acontece no Morro do Cavalão em Niterói, Rio de Janeiro, tem que necessariamente funcionar como um Centro de Atividades e acontecimentos na localidade. Acontecimentos que podem ser atividades, esportivas e lúdicas, como música, dança, teatro amador e shows, até palestras, que seriam muito importantes nessas localidades, ou ainda cultos católicos e evangélicos e as atividades de formação profissional.

O espaço para ser implementado esse quartel poderia ser de tal forma que contivesse um campo de futebol, com uma pista de atletismo em torno dele e uma quadra poliesportiva, aparelhos para treinamento de ginastas, e aparelhos de treinamento físico; espaços para o desenvolvimento de atividades de aprendizado de cursos profissionalizantes, com salas de aula, que poderiam também ser utilizadas para programas de erradicação do analfabetismo, bem como salas para atendimento médico ambulatorial, odontológico, assistência social e psicológica.

Essas bases comunitárias poderiam, quando fosse possível, ser construídos anexos a colégios estaduais e municipais, dos quais poderiam utilizar estruturas esportivas existentes naquelas unidades educacionais, melhorando também o próprio nível de segurança dos estabelecimentos em que houvesse tal possibilidade, bem como fazendo com que crianças e adolescentes, nos contra turnos escolares, mantivessem-se ocupadas com as atividades anteriormente descritas.



### 2.12.5. A Coordenação do Serviço Social pela Polícia Militar.

A função da Polícia Militar nessa forma de aplicação do efetivo Policial Militar, basicamente seria o policiamento comunitário, chegando a ponto de os policiais se tornarem conhecidos pelo nome, como ocorre em locais que têm policiamentos em áreas desse tipo. Também seria a garantidora para que funcionários e voluntários pudessem desenvolver seus trabalhos de forma livre e segura, o que hoje não é possível.

Na base comunitária, se localizaria o comando do efetivo destacado da Polícia Comunitária local. O que se acrescentaria a esse sistema é a responsabilidade do comando local, em coordenar o emprego de profissionais e voluntários que atuariam no local; sendo que necessariamente atuariam de forma disciplinada de acordo com diretrizes daquele comando, como por exemplo: voluntários que não cumprissem com o que se comprometeram seriam dispensados, organizações não governamentais teriam necessariamente que corresponder com que se prestaram a colaborar, funcionários públicos que não atendessem à população de forma digna seriam dispensados.

O comando seria, portanto, o grande Diretor desse sistema, cujo trabalho principal, além de fazer a Promoção Humana, conseqüentemente a promoção dos Direitos Humanos, seria concorrer com tráfico de drogas e outros ilícitos vantajosos financeiramente, evitando a cooptação de crianças e adolescentes, através de incentivo à manutenção desses na escola e uma orientação comportamental de bons princípios e orientação religiosa, da mesma forma a ensinar a jovens, ofícios que o mercado de trabalho pode absorver e as vantagens de serem cidadãos úteis à sociedade mesmo que não possam ganhar muito dinheiro rapidamente, mas consolidando sempre no imaginário daquela população que todos podem chegar onde almejam de forma lícita.

### 2.12.6. Como Funcionaria o Centro de Atividades (Base Comunitária).

#### 2.12.6.1 O policiamento e o Centro de Atividades.

O Centro de Atividades seria uma referência para os moradores desse local, que pode ser chamado de “Base Comunitária”, onde funcionaria o comando do unidade policial destacada, que além de comandar o policiamento local, que

ocorreria através do patrulhamento regular da área, também teria a missão de fomentar de políticas públicas de ações sociais para promoção humana.

Como Já foi falado anteriormente as questões de como operacionalização a implementação das propostas, não é objeto da presente Monografia, não se falará aqui em questões de vigilância sanitária, contratação de funcionários, custos e detalhes relacionados a colocação em prática da proposta.

#### 2.12.6.2 Na Área da Saúde:

Médicos do Município, do Estado, do Governo Federal ou até mesmo não funcionários públicos, devidamente designados, preferencialmente entre voluntários, deslocar-se-iam até essas unidades Policiais Militares, onde fariam o atendimento ambulatorial.

Da mesma forma o serviço odontológico atenderia fazendo o atendimento ambulatorial e microcirurgias possíveis, preferencialmente entre profissionais que estivessem dispostos a colaborar.

Também funcionaria um serviço de enfermagem, que suportasse até pequenas cirurgias, ou atendimentos, como por exemplo, o engessamento de pés, pequenas suturas, retirada de pontos, etc.

#### 2.12.6.3 Na Área de Atividades Esportivas:

Essas bases comunitárias deveriam ser dotadas de quadras poliesportivas, preferencialmente cobertas, nas quais poderiam ser desenvolvidas não só atividades esportivas, como também dança, ensaio de música, teatro amador, cultos evangélicos, católicos, palestras de orientação a jovens, o que criaria um local de Identidade à população.

Também haveria um campo de futebol, que por ser o esporte de maior preferência no país atrairia a juventude, com uma pista de atletismo e torno desse campo, onde poderiam até surgir revelações para o esporte nacional.

A criação de uma Academia com aparelhos para ginástica olímpica e Academia para musculação e outras alternativas possíveis, que pudessem melhorar a qualidade de vida da população.

#### 2.12. 6.4 Espaço Cultural

Esse Espaço Cultural como já foi mencionado funcionaria no mesmo espaço da quadra poliesportiva, com atividades como danças, principalmente as de gosto dos jovens.

Cultura também significa assistir a sessões de cinema, fazer teatro amador, participar de oficinas musicais, que têm resultados espetaculares com jovens carentes, bem como a formação de coral, que cria espírito de grupo entre os participantes.

Nessas unidades Policiais Militares poderiam até mesmo ser realizados festas, sem cunho lucrativo, desde que devidamente controladas e sem exageros pelos participantes.

#### 2.12.6.5. Na Área da Assistência Social

Uma equipe de assistentes sociais deveria trabalhar no sentido de dar atendimento ao público assistindo-os e dando encaminhamento às suas necessidades como advogados, psicólogos, médicos, dentistas, enfim fariam uma triagem e ao mesmo tempo, o cadastramento da população, sabendo quem são as famílias, quantos filhos têm, se são atendidos por programas sociais do governo, etc.

Evidentemente esse trabalho seria complementar ao que deve ser feito, quando da retomada do local pelo Estado, através da Polícia Militar e os demais órgãos governamentais envolvidos, esse último controle também gerenciado pela Polícia Militar.

Poderia, ainda ser criado um sistema de alimentação diária a essas crianças e jovens, garantindo-lhes um mínimo de três refeições assim como uniformes e calçados para a prática de atividades esportivas, desde que devidamente cadastrados.

#### 2.12.6.6. Na Área da Educação Profissional

Nas salas de aulas a serem instaladas, ministrar-se-iam aulas em laboratórios de informática, cursos de mecânica de automóvel, eletricitas, pedreiros, encanadores, de corte e costura, culinária, enfim profissões que tenham absorção rápida no mercado e que podem, a partir de suas próprias comunidades, iniciarem seu próprio negócio gerando renda e com isso construindo riquezas.

Salas de aulas que teriam múltiplas funções, que iriam desde instruções à tropa até programas de erradicação do analfabetismo. Cursos profissionalizantes também seriam oferecidos aos pais desses jovens e crianças, público alvo deste trabalho monográfico, mas que uma vez beneficiados, poderiam também gerar em benefício a esses jovens e crianças.

#### 2.12.6.7. A Execução das atividades sócio-educativas

Da forma como idealizamos tal projeto, a Direção, Coordenação e o Gerenciamento será do comando do policiamento local, que terá como responsabilidade a Segurança Pública da área, cabendo à Polícia Militar estabelecer o policiamento comunitário na área, procurando através do patrulhamento interagir com a população, também assegurar o funcionamento do projeto, bem como dar garantias de segurança aos participantes civis do mesmo.

A execução de atividades de assistência social, saúde, esportivas e educacionais, ficarão em princípio a cargo de órgãos dos governos federais, estaduais e municipais e complementarmente de organizações não governamentais e voluntários devidamente cadastrados, que não ficarão subordinados à Polícia Militar, tão-somente trabalharão dentro de diretrizes, que disciplinarão as atividades.

Como se trata de um trabalho a ser desenvolvido em favelas, portanto uma área de difícil atuação, quer seja na área de Segurança Pública, ou nas áreas de ações sociais, as pessoas que fossem para o local desenvolver este trabalho, deveriam a princípio ser voluntários, mesmo entre funcionários militares, em razão de trabalharem com um público carente em todos os aspectos, em especial o do relacionamento humano. Tal aspecto ficou evidenciado na entrevista concedida pelo comandante do GPAE, do morro do Cavalão, Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

#### 2.12.6.8. Da Urbanização da área de bolsões de pobreza.

Em áreas invadidas onde fosse implementado o policiamento com ações sociais, seria necessária também uma reestruturação urbanística e de infraestrutura, pois uma outra forma também de resgatar o ser humano da marginalidade, em sentido amplo, é criar a ele condições para viver em um ambiente sadio, com ruas asfaltadas, água, esgoto, sem lixo nas ruas, dar condições mínimas de uma vida decente.

A revitalização urbana de locais como geralmente são as favelas, não só resgata a pessoa da marginalidade social em seu sentido mais amplo, mas cria também um sentimento de dignidade humana, e de importância enquanto indivíduo e não simplesmente, de um cidadão de segunda classe.

2.12.6.9. Proposta para um Projeto Experimental.

**FIGURA 4 - DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR (PRÉDIO DE PROPRIEDADE DA SANEPAR)**



FONTE: Pesquisa do Autor (2008)

A partir de um contato com o líder comunitário da Vila Zumbi e do resultado das pesquisas feitas no local, acreditamos que aquela localidade, embora já tenha alguma estrutura, poderia receber este projeto como forma experimental, visto que a receptividade favorável do projeto é de quase 100% dos pesquisados da Vila e já existe um destacamento da Polícia Militar (foto acima), pertencente a 4ª Cia. do 17º BPM dentro da localidade, que precisaria ser adaptado para implementação do projeto.

A Vila Zumbi já conta com infra-estrutura de água e esgoto, a rua principal asfaltada e as ruas secundárias com calçamento; tem escola pública de boa qualidade segundo os moradores, mas com exceção de alguns prédios de moradia construídos pelo Governo do Estado, as demais construções são irregulares.

**FIGURA 5 - VISTA PARCIAL DA VILA ZUMBI**

FONTE: Pesquisa do Autor (2008)

Existem ainda na Vila Zumbi muitos desempregados, traficantes de drogas e outros marginais. Só nesses três meses e meio, decorridos do ano de 2008, duas pessoas foram mortas a tiro dentro da Vila, numa população de aproximadamente sete mil pessoas. Embora, segundo o líder comunitário, a Vila tenha melhorado, ainda há muito a ser feito.

Só a partir do esforço dos governos em todos os níveis e da solidariedade humana para com os mais carentes direcionando-os para o caminho do bem, ensinando-os como fazer e não apenas dando-lhes o pão, sem qualquer contraprestação, é que poderemos construir uma sociedade mais justa, onde, a partir desse equilíbrio, possamos viver de forma mais segura.

### 3. CONCLUSÃO

#### 3.1. Desenvolvimento das pesquisas

A pesquisa monográfica através de questionários, entrevista e revisão bibliográfica, tentou trazer a discussão o intrigante tema que é: o que fazer para melhorar a Segurança Pública no Brasil.

Durante a realização das pesquisas, procurou-se buscar subsídios de coleta nos bolsões de pobreza várias vezes mencionados neste trabalho, em especial na Vila Zumbi onde aplicamos o questionário destinado ao público externo.

No transcurso das pesquisas e da interação com Policiais Militares, moradores de favelas, enfim todos que poderão estar envolvidos num processo de policiamento combinado com ações sociais; observa-se que há possibilidade de mudanças, pois algo que existe ainda na cultura nacional é espírito de solidariedade que se verifica na voluntariedade de policiais em participarem de um trabalho dessa natureza e na aceitabilidade da idéia com as pessoas com quem tivemos contato.

#### 3.2. Conclusões finais

Ao observar-se outros Estados que fazem programas similares e que apresentam resultados positivos, como o violento morro do Cavalão em Niterói no Rio de Janeiro, que hoje está há mais de três anos sem tiroteios e policiais são exemplo e referência para crianças e jovens daquele local, ou do Morro das Pedras em Belo Horizonte ou ainda o Jardim Ângela na Região Metropolitana de São Paulo, outrora considerado o lugar mais violento do mundo, vê-se que soluções são possíveis e que seus custos são até baixos se considerar-se as conseqüências do que poderá ser evitado.

A realidade paranaense é bem melhor que de outros estados brasileiros e se considerarmos as regiões, vê-se que a Região Metropolitana de Curitiba ainda pode ser considerada segura e o Estado ainda tem controle sobre seus administrados.

Mas precisa-se achar caminhos para prevenir os problemas que deverão surgir com crescimento desordenado das cidades, procurando mecanismos de controle e de promoção humana das pessoas que moram nos bolsões de miséria, que geralmente se aglomeram no entorno das grandes e médias cidades brasileiras.

Só assim com essas medidas preventivas, pode-se esperar a possibilidade de um futuro mais seguro, medidas como essa de mudar a visão do policiamento direcionando-o aos mais pobres, levando a eles a possibilidade de por meio de ações sociais de melhoria da condição de vida, certamente não resolverão todos os problemas, mas contribuirá no tão sonhado estado de paz social que a sociedade deseja, o futuro da cidade de Curitiba e Região Metropolitana em consequência do próprio futuro da população local, dependerá do que se fizer no presente.

Constatou também o autor, durante o transcurso do trabalho, que embora por ser teórico, não tratou de custos, que a implementação de soluções podem custar pouco, em se falando de ação governamental ou até ter custo insignificante, dependendo da ação que se proponha.

Dentro da realidade brasileira, as propostas aqui apresentadas, podem até parecer fantasiosas, mas, se pelo algumas das idéias propostas nesta Monografia fossem implementadas, como acontecem em projetos que ocorrem em outros Estados brasileiros, já seria um grande avanço na promoção humana daquelas pessoas.

Com este modesto trabalho monográfico não se pretende resolver o problema da Segurança Pública, porém agora chegando ao final do mesmo, entendemos por cumprido, o proposto que foi encontrar um caminho para a prevenção da cooptação de jovens e crianças pela criminalidade.

Tentou-se apresentar um caminho, para antecipar-se aos problemas de Segurança que existem e surgirão, pois como foi falado anteriormente o que faz a diferença do policiamento tradicional, da Nova Visão de Policiamento Ostensivo, é que o Estado entrará nas áreas pobres da cidade, para se fixar através de bases comunitárias, trazendo a promoção humana daquelas pessoas, através de ações sociais.



## REFERÊNCIAS

AFONSO, L. Archanjo. et al. **O Alferes**. 6. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

AMORIM; Carlos. **A Irmandade do Crime**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BAYLEY, David. H. **Padrões de Policiamento**. Tradução de: BELMONTE, Renê Alexandre , 2.ed. São Paulo: ed. edusp, 2006.

BALESTRERI, R. Brisola, **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**, Passo Fundo, RS, CAPEC, 2003.

BECARIA, César, De los delitos y de las penas. **Libro Parcial**, Madrid, 15 Maio de 2000, Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/335073/beccaria-espanol-libro-parcial>, Acesso em 10/11/2007.

BONDARUK, R.; Luiz. **A prevenção do crime através do desenho urbano**. Curitiba : do Autor, 2007.

BONDARUK, R. L.; SOUZA, C. A. **Polícia Comunitária, polícia cidadã para um povo cidadão**. 2. ed. Curitiba: Comunicare, 2004.

BONDARUK, R. L.; SOUZA, C. A. **Polícia Comunitária**, 95 f. Trabalho Técnico para Revisão Curricular. Apresentado ao Departamento de Técnica Policial Militar da Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Decreto-lei n. 667, de 02 de Julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 de Julho de 1969. Disponível em <<http://presidência.gov.br>>. Acesso em 01 de Janeiro de 2008.

BRASIL, Decreto-lei n. 88.777, de 30 de Setembro de 1983. Aprova o regulamento para as Polícias Militares e Bombeiros Militares. (R200). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 de Outubro de 1983. Disponível em <<http://presidência.gov.br>>. Acesso em 01 de Janeiro de 2008.

BRASIL, Regulamento para as Polícias Militares e Bombeiros Militares. (R200). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 de Outubro de 1983. Disponível em <<http://presidência.gov.br>>. Acesso em 01 de Janeiro de 2008.

CERQUEIRA, Daniel R.C e et. al. Análise dos custos e consequências da Violência no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada**, Brasília, março 2007 Disponível em <http://Epoca.globo.com/edic/466/criminalidade.pdf>. Acesso 14/11/2007.

CÉSAR ALBERTO SOUZA, **Atendimento da Radiocorrências no 12º BPM-PMPR:Comparativo do Sistema Modular de Policiamento Ostensivo volante**. 157. Trabalho Técnico-Científico apresentado como requisito para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, 1996.l

COMANDO DO POLICIAMENTO DA CAPITAL, 3ª Seção do Estado Maior. **Relatório Operacional**, Curitiba, 2000/2005 e 2007.

COSTA W. Takasaki; **Participação do Município na Segurança Pública**. 66 f. Monografia (Especialização Em Planejamento Em Segurança Pública) Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Aplicadas da Universidade Federal e Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê, Curitiba, 2003.

CLEMENTE, I. O Custo da Violência no Brasil. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 17 Junho 2004. Disponível: <http://revistaepoca.globo.com/RevistaEpoca> Acesso em 15/11/2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução de: RAMALHETE Raquel. 24. ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

GOIS, A. População das cidades se iguala à rural no planeta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 Junho 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2806200706.html>. Acesso em: 15/ 11/2007.

GONÇALVES, Jurandira, Boletim Informativo nº 1392-, Ano 29, **Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 17 Abril 2003, Disponível em: <http://www.ufmg.br/boletim/bol1392/quinta.shtml>. Acesso em 20/11/2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de Desemprego**, Brasília, 2007, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 22/02/2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). Grupo de Estudos da Violência. **Custos Sociais da Violência no Brasil**, Brasília, 2005, Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 01/02/2008.

LAZZARINI, Á. **Estudo de Direito Administrativo** 2 ed. São Paulo. Revista dos Tribunais,1999.

MATIKE, G. Luiz. **Reativação do Sistema Modular em Curitiba**. 127 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) Centro de Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo,1995.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ). Secretaria Nacional de Segurança Pública, **Mapa Crime 2004-2005**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/senasp/>>. Acesso em 22/11/2007.

MONTEIRO, Tobias. **Um Relato sobre Curitiba**. Boletim do Arquivo do Paraná. Ano 11, n.19, nov. 1986.

OLIVEIRA, V. NILSON. **POLICIAMENTO COMUNITÁRIO** Experiências no Brasil 2000-2002. São Paulo: Página Viva, 2002.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2007**. Londres, 2007. Disponível em: < [http://www.unfpa.org.br/relatorio2007/swp\\_mensagem.htm](http://www.unfpa.org.br/relatorio2007/swp_mensagem.htm) >. Acesso em 20/11/2007.

PADILLA,Ivan. Favela globalizada. **Revista Época**, Rio de Janeiro,17 Junho 2004.Disponível em:<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG67403-6014-339,00.html>. Acesso em: 15 nov. 2007.

PARANÁ. Constituição (1989). **Constituição do**: Estado do Paraná. Curitiba, PR: Assembléia Constituinte,1989.

PARANÁ, Diretriz nº 004/2000. **Diretriz Geral de Planejamento e emprego da PMPR**. Curitiba, PR, 3ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná, 2000.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1ª Seção do Estado Maior. **Relatório de Pessoal**, Curitiba, Março 2008.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROMEO, F. Gonçalves, Comandante do GPAE (Grupo de Policiamento de Áreas Especiais), morro do Cavalão, Niterói, Rio de Janeiro. **Entrevista ao Autor**, Niterói, Abril de 2008.

SAPORI, F. LUIZ. Boletim Informativo nº 1392-, Ano 29, **Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 17 Abril 2003, Disponível em: <http://www.ufmg.br/boletim/bol1392/quinta.shtml>. Acesso em 20/11/2007.

SOARES, L. Eduardo. A origem da criminalidade, **Revista Especial Super Interessante**, ano 21, Rio de Janeiro, p. 10, abril de 2002

SKOLNICK , H. J.; BAYLEY, D. H. **Policiamento Comunitário**, . Tradução de: PINHEIRO, A. Ana Luísa, 2.ed. São Paulo: edusp, 2002.

TORTATO, Maurício. **Polícia Comunitária Sob a Ótica da Criminologia: Preceitos Práticos de Integração**. 129 f. Monografia (Especialização Em Planejamento Em Segurança Pública) Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Aplicadas da Universidade Federal e Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia Policial Militar do Guatupê, Curitiba, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP), Relatório sobre A população abaixo da linha da miséria. Campinas, 2006. Disponível em <[www.unicamp.br/unicamp/canal\\_aberto](http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto)>. Acesso em 13/02/2008.

VERGARA, Roberto. A Origem da Criminalidade, **Revista Super Especial de Segurança**, São Paulo, p.10, abr. 2002.

ZALUAR, A.; **A Máquina e a Revolta**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ZALUAR, A et al. **A Cidadania e a Violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ e FGV, 2000.

**APÊNDICE - 01**

**QUESTIONÁRIO AO PÚBLICO EXTERNO PARA VERIFICAR INTERESSES E  
NECESSIDADES RELACIONADOS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR  
QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR**

**QUESTIONÁRIO AO PÚBLICO EXTERNO PARA VERIFICAR INTERESSES E  
NECESSIDADES RELACIONADOS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR  
QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR**

Assinale Com "X" a alternativa correspondente à sua resposta

1. Como são os serviços públicos em seu bairro:

| Serviço                  | Ótimo | Bom | Ruim | Não Existe |
|--------------------------|-------|-----|------|------------|
| Policiamento             |       |     |      |            |
| Rede Água e Esgoto       |       |     |      |            |
| Atendimento Médico       |       |     |      |            |
| Atendimento por Dentista |       |     |      |            |
| Atendimento Psicológico  |       |     |      |            |
| Escola                   |       |     |      |            |

2. O que o Senhor(a) acha, da criação de um quartel da Polícia Militar em seu bairro?

| Ótimo | Bom | Ruim | Não sei |
|-------|-----|------|---------|
|       |     |      |         |

Justifique se achar ruim

---



---

3. O que o Senhor(a) acha se serviços, médicos e dentários fossem criados dentro de um quartel da Polícia Militar em seu bairro?

| Ótimo | Bom | Ruim | Não sei |
|-------|-----|------|---------|
|       |     |      |         |

Justifique se achar ruim

---



---

4. O que o Senhor(a) acha se serviços, como atividades esportivas, dança, musica fossem criados dentro de um quartel em seu bairro?

| Ótimo | Bom | Ruim | Não sei |
|-------|-----|------|---------|
|       |     |      |         |

Justifique se achar ruim

---



---

5. O que o Senhor(a) se profissões, como por exemplo, pedreiro, electricista, informática, mecânica automóvel, e outros fossem ensinados dentro de um quartel em seu bairro?

| Ótimo | Bom | Ruim | Não sei |
|-------|-----|------|---------|
|       |     |      |         |

6. O Senhor(a) acha que as atividades acima ajudariam no seu futuro ou de sua família, afastando principalmente seus filhos de envolvimento com drogas.

| Sim | Não | Talvez |
|-----|-----|--------|
|     |     |        |

7. O Senhor(a) se cadastraria ou a sua família num programa desse tipo?

| Sim | Não | Talvez |
|-----|-----|--------|
|     |     |        |

**APÊNDICE – 02****QUESTIONÁRIO AO PÚBLICO INTERNO PARA VERIFICAR A ACEITABILIDADE  
DE TRABALHO COM FAVELADOS**



**QUESTIONÁRIO AO PÚBLICO INTERNO PARA VERIFICAR A ACEITABILIDADE DE TRABALHO COM FAVELADOS**

RESPONDA ASSINALANDO COM UM "X"

1.Quantos anos você tem de serviço na Polícia Militar?

 – de 10       11 a 20       21 a 30       + de 30

2. Você trabalha no Projeto POVO?

 sim       não       Já trabalhei?

3.Qual sua opinião sobre a atividade da Policia comunitária

 Ótima       Boa       Ruim       Não trabalhei

Justifique sua resposta

---

---

4.Você acha que A Polícia Militar coordenando e apoiando serviços sociais nas favelas ajudaria a diminuir o surgimento de novos marginais?

 sim       não       não sei

5. Se houvesse voluntariado você se candidataria para trabalhar num quartel dentro de uma favela?

 sim       não       não sei

6.Você acha que Jovens Marginais tem recuperação?

 sim       não       não sei

7.Você se acha preparado para trabalhar com pessoas faveladas?

 sim       não       não sei

**APÊNDICE – 03**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FELIPE GONÇALVES ROMEO, COMANDANTE DO GPAE DO MORRO DO CAVALÃO- NITERÓI, RIO DE JANEIRO.**

**ENTREVISTA COM FELIPE GONÇALVES ROMEO, COMANDANTE DO GPAE DO MORRO DO CAVALÃO- NITERÓI, RIO DE JANEIRO.**

**Entrevistador:** Capitão Romeu, há quantos anos o Senhor trabalha na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro?

**Resposta:** 10 anos de Polícia Militar.

**Entrevistador:** Capitão Romeu, há quantos anos o Senhor está envolvido no projeto do GPAE?

**Resposta:** 5 anos de GPAE, desde a inauguração, em 23-12-2002.

**Entrevistador:** Capitão Romeu quantos anos o projeto esta funcionando no Morro do Cavalão ?

**Resposta:** O projeto funciona há 5 anos.

**Entrevistador:** O Senhor poderia confirmar se é verdade que moradores conhecem os policiais militares que servem no GPAE do morro do Cavalão pelo nome, sendo a recíproca verdadeira por parte dos policiais?

**Resposta:** A filosofia do GPAE é do policiamento comunitário, que busca a interação polícia-comunidade, logo no GPAE evita-se a troca constante de policiais; que são voluntários, com isso passam a ser conhecidos pelos moradores e vice e versa, diferente de incursões de rotina de outros batalhões em favelas em que os policiais incursionam, ficam um tempo e vão embora, não dando tempo para o morador interagir.

**Entrevistador:** No Estado do Rio de Janeiro há outras unidades do GPAE em áreas de favela?

**Resposta:** Sim, são eles:GPAE/2ºBPM – Morro do Cantagalo,Pavão e Pavãozinho(Copacabana), GPAE/5º BPM- Morro da Providência(centro do Rio), GPAE/6º BPM – Morros da Formiga,Casa branca e Chácara do Céu (Tijuca), GPAE/12ºBPM – Morros do Cavalão e Estado(Município de Niterói), GPAE/16ºBPM – Vila Cruzeiro (Penha), GPAE/18ºBPM – Favela de Rio das Pedras e bairro Gardênia Azul(Jacarepaguá).

**Entrevistador:** O GPAE equivale, militarmente falando, a uma companhia, é uma companhia independente, ou pertence ao 12º BPM (Batalhão de área de Niterói) da PMRJ?

**Resposta:** O GPAE é um grupamento que só depende do 12ºBPM administrativamente (tesouraria, P1, P2, P4 e publicações em boletim), P3

operações e as demais são com o GPAE, ou seja, grande parte do seu efetivo fica destinado somente para a atividade fim.

**Entrevistador:** Dentro do quartel do GPAE existe serviço de assistência médico-odontológica. Se não existe, o senhor acha viável e há pretensão de disponibilizar tais serviços à população carente?

**Resposta:** Dentro do GPAE existe um gabinete odontológico, que era um desejo da comunidade, já que na comunidade já existe um Posto Médico.

**Entrevistador:** Dentro do quartel do GPAE existe serviço de assistência social ou psicológica? Se não existe o senhor acha viável e há pretensão de disponibilizar tais serviços à população carente?

**Resposta:** O GPAE trabalha em parceria com uma ONG que tem o serviço de assistência social e psicologia, e a Prefeitura de Niterói tem o projeto Balcão de Direitos o qual disponibiliza o serviço de advogado e assistência social.

**Entrevistador:** Dentro do quartel do GPAE existem atividades culturais, como dança, oficina de música, teatro amador? Se não existe, o senhor acha viável e há pretensão de disponibilizar tais serviços à população carente?

**Resposta:** A ONG que trabalha junto com o GPAE oferece à comunidade aulas de dança, coral e ginástica.

**Entrevistador:** dentro do quartel do GPAE, se houver espaço físico, existem atividades esportivas, como atletismo, futebol e outros? Se não existe, o senhor acha viável e há pretensão de disponibilizar tais serviços à população carente?

**Resposta:** Dentro da base existe um espaço onde há aulas de jiu jitsu, ministradas por um sargento do GPAE.

**Entrevistador:** Qual o nível médio de renda dos moradores do Morro do Cavalão?

**Resposta:** Nível de um salário mínimo.

**Entrevistador:** O Senhor confirma a informação de que não há troca de tiros há mais de três anos no Morro do Cavalão?

**Resposta:** O penúltimo confronto armado foi em agosto de 2003, recentemente, em fevereiro de 2008 houve um confronto armado e um marginal morreu, contudo a comunidade voltou ao normal.

**Entrevistador:** Ainda existe o tráfico ou traficantes no Morro do Cavalão?

**Resposta:** O Morro do Cavalão localiza-se na zona sul de Niterói onde moram pessoas de classe média alta e há um grande número de viciados; no Cavalão

residem bastante desempregados, logo, sempre vai existir alguém no morro arrumando uma forma de traficar entorpecentes, pois existe o consumidor.

**Entrevistador:** É possível afirmar que a presença do quartel da Polícia Militar dentro do morro afastou os traficantes e diminui a violência?

**Resposta:** Não é uma “receita de bolo”, porém a partir do momento em que a comunidade passou a confiar na polícia, passou a denunciar os marginais, alguns foram presos, outros morreram e outros acabaram mudando de endereço.

**Entrevistador:** Pode-se afirmar que com o afastamento dos traficantes além de melhorar a Segurança Pública houve um afastamento do convívio de traficantes com jovens e crianças do morro e tal medida previne o surgimento de novos traficantes ou outros tipos de marginais?

**Resposta:** Com as ocorrências policiais e projetos para melhorar a qualidade de vida dos moradores, os policiais passaram a ser exemplos positivos para as crianças, o que antes eram os traficantes de drogas, é o trabalho de antecipação aos problemas, hoje essas crianças com 6, 7 anos de idade formarão suas personalidades com uma visão diferente da polícia e quando elas tiverem 16,17 anos, dificilmente estarão no tráfico. É um trabalho que demora, porém os resultados são positivos, fato já observado aqui no Cavalão, pois quando aqui chegamos há cinco anos atrás, crianças com 10 anos e que hoje estão com 15 anos de idade nunca se envolveram com nenhum tipo de delito, o que não é regra, pois já houve alguns casos(minoria).

**Entrevistador:** Qual é a população do morro do Cavalão?

**Resposta:** Aproximadamente 7.000 moradores.

**Entrevistador:** Atualmente, com base na população de crianças e adolescentes é possível, num cálculo probabilístico imaginar-se quantos jovens e crianças deixaram de se tornar traficantes em razão da presença da Polícia Militar?

**Resposta:** Não com números, mas ocorrências com menores são pouco registradas e as que existem acontecem sempre com os mesmos.

**Entrevistador:** O senhor acha que um projeto semelhante ao GPAE seria viável para ser implantado em uma favela da cidade de Curitiba ou Região Metropolitana.

**Resposta:** Sim , só que o GPAE, não é nenhuma fórmula, a aplicação do policiamento comunitário deve se adequar às características de cada local a ser implantado, e a escolha dos policiais deve ser voluntária.

**Entrevistador:** O Senhor poderia dizer como foi o início da implantação do GPAE, no morro do Cavalão, por exemplo se houve inicialmente ocupação pela Polícia Militar ou se a guarnição se instalou normalmente, sem maiores conflitos. Enfim, como se materializou a possibilidade de haver um quartel da Polícia Militar dentro de um Favela.

**Resposta:** O primeiro ano foi um ano de confrontos, após este, a comunidade passou a confiar na polícia, as parcerias foram feitas e a comunidade viu que não seria uma ocupação temporária (o que normalmente ocorre em uma favela que tem problemas de segurança) mas sim uma ocupação permanente, pois nas ocupações temporárias os moradores que conversavam com policiais durante a ocupação, depois desta, ou seja, quando a polícia deixava a comunidade e o tráfico voltava a mandar na favela, aquele morador que conversava com a polícia ou era surrado, expulso da favela ou morto.

**Entrevistador:** Quais são as organizações não-governamentais, setores do governo federal, municipal, estadual ou setores da sociedade civil, que colaboram no desenvolvimento de ações sociais?

**Resposta:** No Cavalão existe a ONG Gente Brasil (esportes, psicologia) ONG Viva Rio (2º grau, projeto para jovens envolvidos com drogas, projeto para adolescentes que são mães e projeto cultural), Prefeitura de Niterói (telecentro, posto médico, advogado e assistência social), Associação de Moradores do Jardim Imbui (curso de informática), PMERJ (dentista, jiu jitsu, passeios com as crianças no zoológico, circo e Maracanã, realização de eventos festivos na páscoa, dia das mães, festa junina, dia dos pais, dia das crianças e Natal).

**Entrevistador:** O Senhor gostaria de fazer algum comentário ou observação?

**Resposta:** Sem comentários, as perguntas foram bem completas.